



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JOSÉ DAS VITÓRIAS DOS SANTOS

**UMA ANÁLISE DO IFPB CAMPUS PICUÍ E SUA RELEVÂNCIA
SOCIOECONÔMICA PARA O SERIDÓ ORIENTAL PARAIBANO**

CAMPINA GRANDE – PB
2022

JOSÉ DAS VITÓRIAS DOS SANTOS

UMA ANÁLISE DO IFPB CAMPUS PICUÍ E SUA RELEVÂNCIA SOCIOECONÔMICA
PARA O SERIDÓ ORIENTAL PARAIBANO

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – PPGCS da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Márcio de Matos Caniello

CAMPINA GRANDE – PB
2022

S237a Santos, José das Vitórias dos.
Uma análise do IFPB campus Picuí e sua relevância socioeconômica para a Microrregião do Seridó Oriental paraibano / José das Vitórias dos Santos. – Campina Grande, 2022.
140 f.: il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2022.
"Orientação: Prof. Dr. Márcio de Matos Caniello".
Referências.

1. Educação. 2. Desenvolvimento. 3. Políticas Públicas.
I. Caniello, Márcio de Matos. II. Título.

CDU 37:35.073.1(043)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
Rua Aprígio Veloso, 882, - Bairro Universitário, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

FOLHA DE ASSINATURAS PARA TESES E DISSERTAÇÕES

JOSÉ DAS VITÓRIAS DOS SANTOS

UMA ANÁLISE DO IFPB CAMPUS PICUÍ-
PB E SUA RELEVÂNCIA
SOCIOECONÔMICA PARA O SERIDÓ
ORIENTAL PARAIBANO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais como pré-
requisito para a obtenção do título em Mestre
em Ciências Sociais.

Aprovada em 10/06/2022

Prof. Dr. Márcio de Matos Caniello – PPGCS-UFPG
Orientador

Prof. Dr. Mário Henrique Guedes Ladosky – PPGCS-UFPG
Examinador Interno

Prof. Dr. Lucas Pereira da Silva – UFAL
Examinador Externo

Prof. Dr. Frederico Campus Pereira – IFPB
Examinador Externo

Documento assinado eletronicamente por **MÁRCIO DE MATOS CANIELLO, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 10/06/2022, às 17:25 conforme horário oficial de Brasília com:



fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Campos Pereira, Usuário Externo**, em 10/06/2022, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Pereira da Silva, Usuário Externo**, em 10/06/2022, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIO HENRIQUE GUEDES LADOSKY, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 10/06/2022, às 17:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **2466136** e o código CRC **40CD9FE9**.

Dedico este trabalho a minha esposa, Maria Erivaneide e aos meus filhos Kaic Miguel e Isabella Vitória, que foram luz para essa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Sempre enfatizamos que durante a realização da pesquisa e de sua escrita, padecemos de certo isolamento e, em tempos de Pandemia provocada pelo Covid-19, período em que perdurou não somente a pesquisa, mas praticamente todo o curso de mestrado, esse sentimento tendeu a se mostrar mais intenso. No entanto, não podemos afirmar que essas etapas, são de todo isoladas, sendo que o alcance de nossos objetivos depende de uma rede de apoio e colaboração. Para tanto, entendemos ser justo e necessário agradecer a uma série de pessoas que participaram de diversas maneiras para a conclusão desse processo.

Começo agradecendo à Deus pelo dom da vida e por ter me mantido na trilha certa durante todo o período deste curso, por ter me concedido saúde, paz e força para chegar até o final deste projeto.

Agradeço aos meus pais, José Marreiro e Maria Aparecida, aos meus dois filhos, Kaic Miguel e Isabella Vitória, ao meu irmão Joab, a minha esposa Maria Erivaneide, companheira que assumiu muitas tarefas cotidianas em meu lugar para que eu pudesse me dedicar mais a escrita da dissertação. Por serem uma base muito forte e me darem a sustentação necessária para continuar na em busca dessa conquista, agradeço a todos pelo apoio e pela compreensão dos muitos momentos em que a vida acadêmica me afastou do convívio em família.

Expresso minha gratidão aos professores do PPGCS que não participaram das bancas de qualificação e de defesa do trabalho final, mas que tiveram uma participação muito efetiva na minha caminhada dentro do programa. Refiro-me aqui, ao Dr. Gonzalo Adrian Rojas, Dr. José Gabriel Silveira Corrêa, Dra. Mércia Rejane Rangel Batista, Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho, Dr. Luís Henrique Hermínio Cunha e a Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima por proporcionarem aulas enriquecedoras e ao servidor Rinaldo por sua presteza e colaboração.

Agradeço, aos que avaliaram este trabalho nos exames intermediários e no final. Começo pelo professor Dr. Mario Henrique Guedes Ladosky, por sua participação no meu processo formativo que começou na disciplina “Teoria Social I”, por sua participação na banca qualificação da dissertação e nesta banca de defesa do trabalho final. Ao Professor Lucas Pereira da Silva (UFAL) que esteve acompanhando meu trabalho desde a defesa do projeto, passando pela banca de qualificação e na defesa final do trabalho, sendo fundamental em suas observações e contribuições para que a dissertação ganhasse um formato final. Muito Obrigado!

Sou muito grato ao meu orientador, o Professor Dr. Márcio de Matos Caniello, que além de me acompanhar em todo o processo de formulação e construção da dissertação, para que ela

ganhasse sua forma final, me proporcionou inúmeras contribuições científicas e metodológicas no período em que cursei a disciplina “Oficina de Pesquisa” ministrada por ele, sendo crucial para que eu avançasse no programa e encontrasse novas questões para refletir, que foram decisivas para avanço da pesquisa. Muito obrigado Professor, por toda parceria e companheirismo para comigo, durante esses mais de dois anos, que ajudaram na minha maturação pessoal e acadêmica.

Agradeço ao Diretor de ensino do IFPB-Picuí, Hermano Cavalcanti, por toda sua colaboração no fornecimento de dados, documentos e informações do Campus, que foram fundamentais no desenvolvimento da pesquisa. Da mesma forma, agradeço aos coordenadores dos cursos integrados, participantes da pesquisa, Mario Henrique (Edificações), Anderson Medeiros (Geologia), Lúcius Vinícius (Informática) e Lidiane Felix (Geologia). Ao Prefeito, Olivânio Remígio, da cidade de Picuí-PB, que prontamente se dispôs a colaborar com a pesquisa. Meu muito obrigado a todos!

Minha gratidão a todos os egressos que participaram da pesquisa, localizados por mais de 15 municípios, por colaborarem de forma decisiva no fornecimento das informações que foram cruciais para obtenção dos resultados alcançados nesta pesquisa, onde fui muito privilegiado por contar com tamanha disponibilidade e presteza.

A todos que acabei de citar e os que por venturam não foram citados, o meu muito obrigado!

RESUMO

O presente trabalho destina sua atenção a analisar a expansão e a interiorização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como a efetivação de uma política pública em educação, por meio da relação com o desenvolvimento local e regional. Objetivamos, portanto, analisar a implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) no campus de Picuí-PB e seus impactos sociais e econômicos na microrregião do Seridó Oriental Paraibano, considerando a formação profissional dos jovens e a inserção dos egressos no mercado de trabalho regional no período de 2009 a 2020. A partir desse direcionamento, desenvolvemos a pesquisa com base em estudos quantitativos, que necessitam e passam por análises qualitativas a fim de servir como base científica para a comprovação de nossas investigações, culminando em um estudo de caso. Para dar lastro à discussão, construímos um questionário visando buscar respostas dos egressos, que foi aplicado via *Google Forms* a 30% do nosso público alvo; na sequência, foram realizadas entrevistas, através da plataforma *Google Meet*, com egressos e atores sociais que julgamos fundamentais para alcançar uma compreensão mais ampla do processo. Em nossa base teórica, nos valem de diversos autores e de diferentes áreas, como a Educação e a Sociologia, que pudessem nos oferecer o embasamento necessário para discorrer sobre conceitos com amplitude, sobretudo em reflexões como as relações entre educação e desenvolvimento, ou ainda conceitos antagônicos, como desenvolvimentismo e neoliberalismo e de temas como as políticas públicas em educação. Com isso, postulamos discussões acerca da dinâmica de seu crescimento em âmbito nacional, a disposição espacial dos campi pelo estado da Paraíba e as etapas do processo de expansão da Rede Federal de Educação nas fronteiras paraibanas; além disso, pontuamos as principais características regionais e locais referentes à inserção do campus em questão. Com o aprofundamento dos estudos, percebemos que a interiorização dos Institutos Federais não trouxe apenas a qualificação profissional, o ingresso no mercado de trabalho ou o acesso às universidades, mas todo um conjunto de ações benéficas possibilitado pela aplicação de políticas públicas e que tem culminado com um ganho cultural e intelectual incomensurável, incapaz de ser quantificado nesta pesquisa, apenas. Compreendemos, portanto, que a implantação dos Institutos Federais possibilita um avanço qualitativo a partir de uma caminhada singular, um projeto de nação que entende a educação como compromisso de transformação e de ascensão do conhecimento, de objetivos capazes de transformar a vida social.

Palavras – Chave: IFPB. Educação. Desenvolvimento. Políticas públicas.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the expansion and internalization of the Federal Institutes of Education, Science and Technology as the effectiveness of a public policy in education, through the relationship with local and regional development. We aim, therefore, to analyze the implementation of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Paraíba (IFPB) in the Picuí-PB campus and its social and economic impacts on the micro-region of the Seridó Oriental Paraibano, considering the professional training of young people and the insertion of graduates in the regional labor market in the period from 2009 to 2020. From this direction, we developed the research based on quantitative studies, which need and go through qualitative analysis in order to serve as a scientific basis for the substantiation of our investigations, culminating in a case study. To support the discussion, we built a questionnaire aiming to seek answers from the graduates, which was applied via Google Forms to 30% of our target audience; after that, interviews were conducted, through the Google Meet platform, with graduates and social actors we deemed fundamental to reach a broader understanding of the process. In our theoretical base, we made use of several authors and from different areas, such as Education and Sociology, who could offer us the necessary background to discuss concepts with amplitude, especially in reflections such as the relations between education and development, or even antagonistic concepts, such as developmentalism and neoliberalism and topics such as public policies in education. With this, we postulated discussions about the dynamics of its growth on the national level, the spatial arrangement of campuses throughout the state of Paraíba and the stages of the Federal Education Network expansion process in Paraíba's borders; moreover, we pointed out the main regional and local characteristics regarding the insertion of the campus in question. As the studies deepened, we realized that the internalization of the Federal Institutes has not only brought professional qualification, entry into the job market, or access to universities, but a whole set of beneficial actions made possible by the application of public policies and that has culminated with an immeasurable cultural and intellectual gain, unable to be quantified in this research, only. We understand, therefore, that the implantation of the Federal Institutes enables a qualitative advance from a singular path, a project of a nation that understands education as a commitment to transformation and the rise of knowledge, of goals capable of transforming social life.

Key-words: IFPB. Education. Development. Public policies.

RÉSUMÉ

Le présent travail consacre son attention à l'analyse de l'expansion et de l'internalisation des Instituts Fédéraux d'Éducation, de Science et de Technologie en tant qu'efficacité d'une politique publique en matière d'éducation, à travers la relation avec le développement local et régional. Nous visons donc à analyser la mise en œuvre de l'Institut Fédéral d'Éducation, Science et Technologie du Paraíba (IFPB) dans le campus de Picuí-PB et ses impacts sociaux et économiques sur la microrégion du Seridó Oriental Paraibano, en considérant la formation professionnelle des jeunes et l'insertion des diplômés dans le marché du travail régional dans la période de 2009 à 2020. Dans cette direction, nous avons développé la recherche sur la base d'études quantitatives, qui nécessitent et passent par une analyse qualitative afin de servir de base scientifique pour la justification de nos investigations, aboutissant à une étude de cas. Pour soutenir la discussion, nous avons construit un questionnaire visant à obtenir des réponses de la part des diplômés, qui a été appliqué via Google Forms à 30% de notre public cible ; par la suite, des entretiens ont été réalisés, via la plateforme Google Meet, avec des diplômés et des acteurs sociaux que nous considérons comme fondamentaux pour parvenir à une compréhension plus large du processus. Dans notre base théorique, nous avons fait appel à plusieurs auteurs et à des domaines différents, comme l'éducation et la sociologie, qui ont pu nous offrir le bagage nécessaire pour discuter des concepts avec amplitude, surtout dans des réflexions comme la relation entre l'éducation et le développement, ou même des concepts antagonistes, comme le développementalisme et le néolibéralisme et des sujets comme les politiques publiques en matière d'éducation. Ainsi, nous postulons des discussions sur la dynamique de sa croissance au niveau national, la disposition spatiale des campus dans l'état du Paraíba et les étapes du processus d'expansion du Réseau Fédéral d'Éducation dans les frontières du Paraíba; de plus, nous ponctons les principales caractéristiques régionales et locales concernant l'insertion du campus en question. Avec l'approfondissement des études, on se rend compte que l'internalisation des Instituts Fédéraux n'a pas apporté seulement la qualification professionnelle, l'entrée sur le marché du travail ou l'accès aux universités, mais tout un ensemble d'actions bénéfiques rendues possibles par l'application des politiques publiques et qui ont abouti à un gain culturel et intellectuel incommensurable, impossible à quantifier dans cette recherche, seulement. Nous comprenons donc que la mise en place des Instituts Fédéraux permet une avancée qualitative à partir d'une voie singulière, un projet de nation qui comprend l'éducation comme un engagement de transformation et d'essor de la connaissance, d'objectifs capables de transformer la vie sociale.

Mots-clés : IFPB. L'éducation. Développement. Politiques publiques.

Lista de Figuras

| | |
|--|-----|
| Figura 01: Brasileiros de 15 anos ou mais que não concluíram o ensino fundamental | 42 |
| Figura 02: A Rede Federal de Educação antes da expansão | 56 |
| Figura 03: Expansão da Rede Federal de Educação | 57 |
| Figura 04: Distribuição espacial da Rede Federal de Educação | 59 |
| Figura 05: Municípios do semiárido brasileiro | 69 |
| Figura 06: Mapa da Mesorregião da Borborema | 71 |
| Figura 07: Mapa de distribuição dos campi do IFPB por Mesorregião | 74 |
| Figura 08: Mapa de atuação do IFPB | 76 |
| Figura 09: Microrregião do Seridó Oriental Paraibano | 79 |
| Figura 10: Localização do IFPB-Picuí no Seridó Oriental Paraibano | 82 |
| Figura 11: Representação do município de Picuí-PB | 83 |
| Figura 12: Placa informativa de construção do IFPB-Picuí | 84 |
| Figura 13: Vista do Campus do IFPB-Picuí | 85 |
| Figura 14: Mapa da Área de abrangência da pesquisa..... | 101 |

Lista de quadros

| | |
|---|----|
| Quadro 01: Evolução da Rede Federal de Educação do Brasil, por região e unidade da federação (1909 a 2020) | 61 |
| Quadro 02: Evolução da Rede Federal de Educação na Região Nordeste | 63 |
| Quadro 03: Histórico das marcas da Educação Profissional e Tecnológica na Paraíba | 73 |
| Quadro 04: Fases da Expansão da Rede Federal de Educação na Paraíba | 78 |
| Quadro 05: Locais de nascimento dos servidores do IFPB-Picuí..... | 88 |

Lista de tabelas

| | |
|--|-----|
| Tabela 01: Expansão da Rede Federal no Brasil e na Paraíba..... | 77 |
| Tabela 02: IDHM e População estimada (2021) do Seridó oriental Paraibano..... | 81 |
| Tabela 03: Descrição dos blocos A, B e C do IFPB-Picuí | 86 |
| Tabela 04: Início dos cursos integrados do IFPB-Picuí | 94 |
| Tabela 05: Cursos Superiores escolhidos pelos egressos do IFPB-Picuí..... | 110 |

Lista de gráficos

| | |
|---|-----|
| Gráfico 01: Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais em 2019..... | 43 |
| Gráfico 02: Funcionários do Campus do IFPB-Picuí..... | 87 |
| Gráfico 03: Orçamento do Campus IFPB-Picuí (2014-2021)..... | 89 |
| Gráfico 04: Total de alunos do IFPB-Picuí de 2009 a 2021..... | 90 |
| Gráfico 05: Evolução orçamento na média do por aluno do IFPB-Picuí (20014-2021)..... | 91 |
| Gráfico 06: Matrículas dos cursos integrados entre 2010 e 2020..... | 96 |
| Gráfico 07: Taxa de evasão dos cursos integrados do IFPB-Picuí de 2009 a 2020..... | 97 |
| Gráfico 08: Concluintes do IFPB-Picuí até 2020 dos cursos de Edificações, Informática, Geologia e Mineração..... | 99 |
| Gráfico 09: Os egressos e o ano de entrada no IFPB-Picuí..... | 100 |
| Gráfico 10: Origem dos estudantes que responderam o questionário..... | 102 |
| Gráfico 11: Origem dos estudantes com relação à esfera de ensino..... | 104 |
| Gráfico 12: Renda mensal da família dos egressos ao adentrarem nos cursos..... | 105 |
| Gráfico 13: Principais destinos dos egressos do IFPB-Picuí..... | 108 |
| Gráfico 14: Egressos do IFPB-Picuí atualmente empregados..... | 112 |
| Gráfico 15: Vencimentos dos egressos do IFPB-Picuí empregados na mesma área de formação..... | 114 |
| Gráfico 16: Os egressos e a avaliação dos cursos ministrados no IFPB-Picuí..... | 116 |
| Gráfico 17: Arrecadação de ISS do município de Picuí entre 2009 e 2017..... | 123 |

Lista de siglas e abreviaturas

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CAVN – Colégio Agrícola Vidal de Negreiros
CEB – Câmara de Educação Básica
CEFET – Centros Federais de Educação Tecnológica
CF – Constituição Federal
CFET-PB – Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNEC – Campanha Nacional de Escolas da Comunidade
CRC-PB – Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba
EAA – Escola de Aprendizizes e Artífices
EAD – Ensino à distância
EAF – Escola Agrícola Federal
EICM – Escola Industrial Cariolano de Medeiros
EIFPB – Escola Industrial Federal da Paraíba
EIJP – Escola Industrial de João Pessoa
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
ETFPB – Escola Técnica Federal da Paraíba
ETSC – Escola Técnica de Saúde de Cajazeiras
ETV – Escola Técnica de Saúde
EUA – Estados Unidos da América
EUA – Estados Unidos da América
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FMI – Fundo Monetário Internacional
G-20 – Grupo dos 20 países mais ricos do mundo mais a União Europeia
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano

IF's – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFPB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
INSA – Instituto do Semiárido
ISS – Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza
JK – Juscelino Kubitschek
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIJP – Liceu Industrial de João Pessoa
MEC – Ministério da Educação
MG – Minas Gerais
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PB – Paraíba
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB – Produto Interno Bruto
PSCT – Processo Seletivo dos Cursos Técnicos
PT – Partido dos Trabalhadores
RAG – Relatório Anual de Gestão
RJ – Rio de Janeiro
RN – Rio Grande do Norte
SETEC – Secretaria de Educação Tecnológica
SIS – Síntese de Indicadores Sociais
SISU – Sistema Único de Seleção Unificada
UE – União Europeia
UEPB – Universidade Federal da Paraíba
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UTFRP – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 16 |
| 1 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: UMA RELAÇÃO MÚTUA..... | 27 |
| 1.1 Conceituando educação e desenvolvimento..... | 27 |
| 1.2 Desenvolvimentismo, Neoliberalismo e a Educação no Brasil..... | 33 |
| 1.3 Educação e Políticas Públicas..... | 40 |
| 2 O ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE NO BRASIL: UMA HISTÓRIA MARCADA PELA DUALIDADE E O DESCOMPASSO..... | 48 |
| 2.1 A dualidade do Ensino básico e profissional no Brasil..... | 48 |
| 2.2 O Brasil e a trajetória do ensino técnico profissionalizante..... | 51 |
| 2.3 A Rede Federal de Educação e o Neoliberalismo..... | 53 |
| 2.4 O Brasil e a retomada do Desenvolvimento da Educação..... | 55 |
| 3 O ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE NA PARAÍBA, NO SERIDÓ ORIENTAL PARAIBANO E AS CARACTERÍSTICAS REGIONAIS..... | 68 |
| 3.1 IFPB e o seu histórico de implantação na Paraíba..... | 72 |
| 3.2 O IFPB na microrregião do Seridó Oriental Paraibano..... | 79 |
| 3.3 O IFPB-Picuí e uma descrição de seus dados socio-históricos..... | 81 |
| 4 OS EGRESSOS DO IFPB-PICUÍ E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO MICRORREGIONAL..... | 93 |
| 4.1 Os egressos participantes da pesquisa: uma análise do perfil da amostra..... | 99 |
| 4.2 Os Egressos do IFPB-Picuí e sua inserção no mercado de trabalho..... | 111 |
| 4.3 Os atores sociais e suas percepções sobre o IFPB-Picuí..... | 118 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 125 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 131 |
| APÊNDICE | 137 |
| Apêndice A: Questionário..... | 137 |
| Apêndice B: Roteiro para as entrevistas | 140 |

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é resultado de minha inquietação, ou talvez, fosse melhor dizer, de minhas expectativas com as evoluções econômicas e sociais que possivelmente viriam com a chegada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Campus Picuí-PB, instalado de forma definitiva na microrregião do Seridó Oriental Paraibano, no ano de 2009. Sabidamente, a referida microrregião apresenta indicadores econômicos e sociais bem modestos, com a chegada de um Campus do Instituto Federal, que, se comparado com os demais investimentos em escolas públicas na região, tanto na esfera municipal quanto na estadual, mostra de forma abissal a distância dos recursos destinados pelo Governo Federal em relação aos demais entes federados.

A partir desse momento, apontamos informações que esclarecerão os motivos pelos quais houve o interesse no aprofundamento dos estudos acerca do Campus do Instituto Federal de Educação localizado na cidade de Picuí-PB. A sequência dos fatos abaixo relatados não segue necessariamente uma ordem de importância dos acontecimentos, mas sim uma ordem cronológica, a fim de deixar mais claros os motivos que impulsionaram o desenvolvimento de uma pesquisa que culminou com o meu ingresso no Curso de Pós-graduação *stricto sensu* na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

O relato tem início a partir do período em que cursei o ensino médio, no período de 1993-1995, na cidade de Picuí-PB, hoje sede do Campus do Instituto Federal e objeto de nossa pesquisa. Nesse espaço de tempo, conclui o ensino médio técnico em contabilidade na extinta Escola Cenecista Ana Maria Gomes. Concluir o ensino médio e um curso integrado, entre outras oportunidades, me proporcionou duas vertentes: a primeira foi me tornar técnico em contabilidade e a segunda ser aprovado no vestibular para o curso de graduação em licenciatura plena em Geografia, pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Vale ressaltar que já no ano de 1997, entra em vigor o decreto nº 2.208, que regulamentava a educação profissional de nível técnico com organização curricular própria e independente do ensino médio, ou seja, não seria mais possível concluir o ensino médio e o técnico de forma concomitante.

No ano de 2009, passa a funcionar o Instituto Federal na cidade de Picuí. No mesmo ano, dá-se a partida para a construção de sua sede própria e, nesse mesmo período, mais especificamente no mês de janeiro, assumo a pasta de Secretário de Educação do Município de Baraúna-PB. O contato mais íntimo e direto com a educação do meu município e a possibilidade

de observar o surgimento de um Instituto Federal na cidade ao lado, me fez perceber a enorme diferença existente entre a infraestrutura que cada uma das redes tem à disposição.

Acompanhei com certa proximidade a evolução do Instituto nos anos subsequentes e os resultados positivos, principalmente na aprovação dos alunos para as universidades, chamavam a atenção. No ano de 2019, meu filho, a princípio seduzido pelo curso de Informática, se submete ao processo de seleção e é aprovado. A partir desse momento, em virtude da presença do meu primogênito na Instituição, meu contato passa a ser mais próximo e direto, as observações e as comparações entre o ensino técnico integrado ofertado no Campus com o que tive acesso na década de 1990 são inevitáveis, de modo que a constatação que a Rede Federal de Educação do país, que tinha sido sufocada por mais duas décadas, voltava muito mais forte, mais estruturada e com uma nova institucionalidade.

O fato é que presenciei dois momentos distintos da Educação Profissional e Tecnológica no país: a primeira foi sua decadência, onde presenciei in loco, enquanto estudante de um curso técnico de ensino médio e a segunda, de um ressurgimento e de uma ascendência, agora vivenciada diretamente pelo meu filho, estudante desse novo momento e dessa nova realidade que são os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia.

Em uma região onde os investimentos por parte do Estado nem sempre são percebidos ou sentidos por boa parte da população, não é de se estranhar que um investimento do porte de um Instituto Federal viesse a causar em boa parte das pessoas um certo entusiasmo, e comigo não foi diferente. Impulsionado pelo desejo de pesquisar sobre os impactos que a implantação do Campus traria para a região, me inscrevi no final do ano de 2019 e fui aprovado no processo seletivo do Mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS), da Universidade Federal de Campina Grande.

A necessidade de se ter uma mão de obra qualificada no Brasil não é recente, pois retrocede até o período Colonial (BRASIL, 2009). No entanto, o marco inicial do ensino profissional no país é o Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, que criava, inicialmente em diferentes unidades federativas sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices”, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito.

Vários outros acontecimentos ao longo da nossa História foram importantes para a construção desse processo, como a Constituição brasileira de 1937, a primeira a tratar especificamente do “ensino técnico, profissional e industrial”, e a Lei Nº 378 do mesmo ano, que transformava as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional de todos os ramos e graus. Meia década depois, os Liceus Industriais seriam transformados em Escolas Técnicas e Escolas Industriais Federais, passando a oferecer formação profissional em nível equivalente ao secundário, tendo, assim, a inserção do ensino industrial à estrutura do ensino formal do país. Em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas se tornam autarquias e passam a receber o nome de Escolas Técnicas Federais, gozando agora de autonomia didática e também de gestão, atuando prioritariamente nas áreas da indústria e do serviço. Já em 1967, os estabelecimentos da Rede Federal de Educação foram ampliados com os Cursos Técnicos na área agrícola, ofertados nas novas Escolas Agrícolas Federais. Em 1994, a Lei nº 8.948 instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, o que fez com que as Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais fossem gradativamente transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).

Após mais de duas décadas de estagnação e retrocesso do ensino técnico profissional, processo que se agudizou no governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), em 2007 o governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que propôs a reorganização das instituições da Rede Federal para Educação Profissional, a retomada de sua gradual, a valorização e a expansão dos agora denominados Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's), que veio a ser concluída na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016).

Essa reestruturação e ampliação teve um grande impacto na rede de ensino técnico profissional, pois ao longo de quase 100 anos, após a criação das escolas de Aprendizes e Artífices, no ano de 2002, o Brasil contava com 140 escolas técnicas na Rede Federal. Após a unificação da Rede Federal de Educação e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, esses números passam por uma verdadeira metamorfose. Em 2007, na segunda fase do plano de expansão da Rede Federal, a meta era criação de mais 150 instituições federais de educação tecnológica, distribuídas nos 26 estados da federação e no Distrito Federal; em 2011, já em sua terceira fase, o projeto estabeleceu a criação de mais 208 novas unidades e,

como resultado, a expansão chega em 2018 com 659 unidades, o que representou a construção de mais de 500 novas unidades em pouco mais de uma década. No ano de 2021, considerando os respectivos campi associados a estas Instituições Federais, tem-se o quantitativo total de 665 unidades espalhadas por todas as unidades da federação.

Este trabalho tem sua justificativa pautada na ideia de conhecer a contribuição econômica e social advinda da instalação do campus do IFPB na cidade de Picuí¹ para a população residente nos municípios do Seridó Ocidental Paraibano, já que, com mais de uma década de existência, é pertinente e necessário identificar os principais benefícios recorrentes com a sua implantação. Outro ponto a ser observado, ainda, é a relevância dos cursos integrados ao ensino médio ofertados pelo IFPB-Picuí e se os mesmos atendem aos anseios do público-alvo, às necessidades e tendências da economia regional.

A temática toma relevância tendo em vista que em pouco mais de uma década vários profissionais foram capacitados nas áreas ofertadas, adentraram no mercado de trabalho e se disseminaram por várias regiões, sendo que a grande maioria se instalou nas cidades que circundam a região onde está localizado o campus alvo da pesquisa.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia configuram-se como de importância substantiva no atual cenário da educação brasileira, com potencial, inclusive, de demarcar, como inovação exitosa, seu modelo de institucionalidade a partir da educação profissional e tecnológica. Desta forma, sua influência seria determinante para o desenvolvimento socioeconômico nas regiões onde ocorrem suas áreas de atuação.

Desse modo, é importante ressaltar a política de interiorização como uma das características principais da expansão das unidades físicas, posto que apenas 15% dos campi estão nas capitais estaduais, com uma clara e determinante política de potencializar as características locais das regiões onde estão inseridas. A questão que este trabalho procura responder é se a expansão da rede federal de educação técnico-profissionalizante no Seridó Oriental Paraibano trouxe condições de inserção dos jovens egressos do IFPB-Picuí no mercado de trabalho microrregional. A ideia de realizar um estudo sobre o referido Campus surge pela necessidade de analisarmos as implicações acerca de sua relevância para a região, tendo em

¹ Doravante denominado IFPB-Picuí

vista que após mais de dez anos de seu funcionamento, é necessário conhecer a sua importância no mercado de trabalho não apenas no município-sede, mas também nas cidades circunvizinhas, que acreditamos ser a razão maior de sua existência.

Sabemos que os cursos técnico-profissionalizantes surgem, a priori, para atender a determinadas demandas, isto é, com o intuito de “abastecer” o mercado de trabalho que necessita de mão de obra qualificada. Partimos, pois, do pressuposto de que os jovens egressos do IFPB-Picuí estão conseguindo se inserir no mercado de trabalho atuando dentro de sua formação.

Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IF's) têm tido uma importância significativa no atual cenário do processo educativo do país, pois o seu modelo institucional tem se mostrado capaz de influenciar positivamente o desenvolvimento social e econômico das regiões onde os referidos institutos são instalados. Os IF's representam mais do que um novo paradigma institucional, são a expressão maior da política pública da educação profissional brasileira desenvolvida pelos governos Lula e Dilma (OTRANTO, 2010), que, a partir de 2008, sofrem reformulações legais apontando para objetivos educacionais mais abrangentes, dentre elas o incentivo à oferta de licenciaturas (ANDRADE, 2011).

Para a realização do nosso estudo, partimos do pressuposto e, temos como hipótese, que expansão da rede federal de educação técnico-profissionalizante no Seridó Oriental Paraibano tem possibilitado a inserção dos jovens egressos do IFPB-Picuí no mercado de trabalho. Com isso, através da pesquisa sondamos se os já mencionados egressos estão conseguindo atuar dentro dos respectivos cursos de suas formações.

A presente pesquisa tem como principal objetivo analisar a implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) na cidade Picuí e seus impactos sociais e econômicos na microrregião do Seridó Oriental Paraibano, considerando a formação profissional dos jovens e a inserção dos egressos no mercado de trabalho regional no período de 2009 a 2020.

Percurso Metodológico

Neste momento, apresentamos uma explanação sobre os aspectos metodológicos da pesquisa, buscando analisar a dinâmica do processo de expansão da Rede Técnica Federal de Educação com a implantação do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba do Campus Picuí-PB e seus cursos técnicos, integrados ao âmbito do desenvolvimento local e regional. Dessa forma, concebemos como objeto de estudo o referido Instituto e como sujeitos da investigação seus egressos; para tanto, nos detemos a pesquisar os egressos do referido Campus, utilizando como dimensão temporal estudantes que tenham concluído os cursos do ensino médio integrado no período de 2009 a 2020, por entendermos que esse espaço de tempo possibilita um número significativo de egressos para dar lastro a nossa pesquisa.

Apresentamos, portanto, os procedimentos metodológicos e os instrumentos da referida pesquisa, bem como as etapas do levantamento bibliográfico e documental, da pesquisa de campo e da coleta de dados, como se deu a organização e a construção das análises com base nas categorias quantitativas e qualitativas. Para Prandanov e Freitas (2013, p. 24), partindo da concepção de que o método é o procedimento ou o caminho para alcançar determinado fim e que a finalidade da ciência é a busca do conhecimento, podemos afirmar que o método científico é um conjunto de procedimentos adotado com o propósito de atingir o conhecimento.

O processo para a escolha da temática, a delimitação do problema a ser investigado, os objetivos e lócus da pesquisa foi resultado de longas análises e diversas discussões que levaram a considerar a importância da implantação do IFPB-Picuí na microrregião do Seridó Oriental Paraibano. Ressaltamos o fato de o pesquisador ter sido aluno de um curso técnico na década de 1990 na mesma cidade e hoje seu filho ser aluno do referido Instituto Federal. Não objetivamos, portanto, empreender uma análise comparativa e/ou temporal entre as duas instituições, mas vale ressaltar que as comparações, principalmente com relação à infraestrutura e nível dos profissionais, são visíveis e abissais.

O levantamento da pesquisa se deu a partir de livros, revistas, publicações em periódicos, artigos científicos, dissertações e teses. Através da internet, realizamos consultas a sites oficiais, o que nos permitiu a montagem de gráficos, quadros, tabelas e mapas que demonstraram as informações necessárias para a interpretação dos dados e a possibilidade de contextualizar historicamente seu processo de evolução até os dias atuais, a partir de uma realidade dualista que caracteriza a educação profissional no Brasil.

Após a definição do Objetivo Geral da pesquisa, elencamos os rumos a serem tomados para o levantamento bibliográfico da dissertação e análise dos impactos sociais e econômicos advindos com a implantação do IFPB-Picuí, considerando a formação profissional dos jovens e a inserção dos egressos no mercado de trabalho regional no período de 2009 a 2020. A partir dessas ponderações, houve o delineamento dos objetivos específicos e o relacionamento com a temática, que envolve a Educação Profissional e Tecnológica com a educação e desenvolvimento socioeconômico em um contexto local e regional, possibilitando a posterior análise dos dados obtidos.

Como método de pesquisa, o estudo tem como prioridade uma abordagem exploratória e descritiva. Segundo Prandanov e Freitas (2013, p. 51), a pesquisa exploratória, quando se encontra na fase preliminar, tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento. Já a pesquisa descritiva, por sua vez, observa, registra e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador.

Na sequência, nos aprofundamos na parte exploratória e, nesta etapa da pesquisa, vivenciamos uma aproximação com a definição dos temas “educação” e “desenvolvimento”, percebendo uma relação indissociável, sobretudo a partir de seus desdobramentos temáticos, como as discussões sobre desenvolvimentismo e neoliberalismo. Conhecer esses fenômenos e sua magnitude histórica foi fundamental para compreendermos a atual configuração social, política e econômica do país, de modo que pesquisar sobre suas origens foi indispensável para evoluir no debate de ideologias extremamente relevantes na contemporaneidade brasileira.

A presente pesquisa se desenvolve de forma quantitativa e qualitativa, buscando o desenvolvimento e aperfeiçoamento de novas ideias. Para Prandanov e Freitas (2013, p. 69), na abordagem quantitativa considera-se tudo que pode ser quantificável, o que significa traduzir em números as opiniões e informações, a fim de classificá-las e analisá-las. Na abordagem qualitativa, por sua vez, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados, em que a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo.

A fim de construirmos nosso método de investigação, fomos em busca de dados quantitativos de fontes primárias e secundárias que pudessem fundamentar a pesquisa, para tanto, utilizamos dados obtidos em sites oficiais do Ministério da Educação (MEC), do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Nacional do Semiárido (INSA). A partir dessas fontes, foi possível elaborar alguns gráficos, mapas e tabelas que nos permitiram realizar uma análise acerca das condições socioeconômicas das regiões do semiárido brasileiro, da Borborema e da micro região do Seridó Oriental Paraibano.

Após o levantamento dos dados contidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Relatório Anual de Gestão (RAG), ambos documentos elaborados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, entramos em contato com a direção do IFPB-Picuí para solicitarmos informações relativas ao Campus, tais como: matrículas dos cursos técnicos integrados entre os períodos de 2009 a 2020 e os egressos desse período, os quantitativos de evasão, o orçamento anual do Instituto, a infraestrutura do prédio e todos os servidores da instituição. Os referidos dados foram de extrema importância para a sistematização dos dados estatísticos, fundamental para o desenrolar deste trabalho.

Considerando os propósitos da nossa pesquisa, entendemos que o método qualitativo se apresenta como o caminho mais coerente para a obtenção dos objetivos almejados, sendo possível, pois, conhecer a trajetória dos egressos após a conclusão do ensino técnico profissionalizante e seus pontos de vistas acerca da importância do IFPB-Picuí para sua vida profissional e como cidadão.

Nesta etapa, utilizamos documentos institucionais, que são atas, portarias, formulários, planilhas, sites, leis, decretos e o Projeto Político Pedagógico dos cursos do referido Campus, em que, a princípio, pretendemos utilizar fontes de primeira e de segunda mão, bem como os dados contidos no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Relatório Anual de Gestão, ambos documentos elaborados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Constituem fonte primária ou de primeira mão os documentos adquiridos pelo próprio autor da pesquisa, que podem ser encontrados em arquivos públicos, particulares, anuários estatísticos. Segundo Gil (2008) São ainda consideradas fontes primárias fotografias, gravações de entrevistas, de programas radiofônicos ou provenientes de televisão, desenhos, pinturas, músicas, objetos de arte, cartas, diários, filmes, entre outros.

Nesta etapa da pesquisa, compreendemos que o mais adequado seria realizar um estudo de caso, a fim de coletar e analisar informações acerca de determinados grupos de estudantes, percebendo aspectos variados de seus comportamentos e buscando esclarecimentos e respostas

para a pesquisa, tendo por base o tema abordado. Segundo Prandanov e Freitas (2013, p. 51), “o estudo de caso consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa. É um tipo de pesquisa qualitativa e/ou quantitativa”.

Com base nessas afirmações, definimos como unidade de estudo o Campus do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia localizado na cidade de Picuí-PB, tendo como foco os estudantes egressos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio de Edificações, Informática e Geologia e do curso técnico subsequente ao ensino médio de Mineração, ambos abrangendo o período de 2009 a 2020.

Neste momento, elaboramos questionários com perguntas abertas e fechadas, a serem entregues aos alunos egressos com o intuito de identificar pontos que auxiliem nas respostas dos objetivos propostos pela pesquisa, definimos que será aplicado o quantitativo de 30% para os egressos de cada curso alvo da pesquisa. De acordo com Gil (2008, p. 57), os estudos de campo “procuram muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis”.

Para contornarmos os limites impostos pela pandemia da COVID-19, entendemos que a melhor e mais segura opção seria enviar os questionários em formato virtual, a partir do *Google Forms*, aplicados entre os meses de outubro e novembro de 2021. Para viabilizar essa alternativa, entramos em contato com os egressos através de grupos de WhatsApp e seus líderes (administradores), convidando seus integrantes a participarem da pesquisa.

A estratégia de utilizarmos os líderes dos grupos para divulgar e dar amplitude ao questionário funcionou até um determinado momento. Após certa estagnação em relação às respostas dos questionários, observamos a necessidade de mudança na estratégia e na maneira de obter o contato de novos egressos. Evidenciamos durante a pesquisa que a abordagem é algo fundamental, que a apresentação pessoal e dos objetivos do questionário é decisiva na conquista de novas respostas. Passamos, então, a entrar em contato com amigos, principalmente professores residentes em cidades que fazem parte da área de abrangência da pesquisa, o que impulsionou a aquisição de novas respostas. Realizamos, também, contato com coordenadores dos cursos do IFPB-Picuí, e ambas as ações surtiram efeito, mas não foram suficientes para alcançar a meta estabelecida. Para conseguirmos atingir os 30% de respostas de cada curso, a

ação que se mostrou com maior eficácia dentre as já descritas foi o contato direto mediante ligações telefônicas ou mensagem através do aplicativo WhatsApp. Para isso, alguns pontos foram fundamentais para a aquisição de novas respostas: informar previamente o nome de quem repassou o contato, a elaboração de uma boa apresentação pessoal e uma descrição clara do objetivo da pesquisa, o que quase sempre culminava com a informação de um novo contato.

Na sequência, para dar maior contundência às respostas obtidas nos questionários, decidimos realizar uma série de entrevistas e, por ainda estarmos sob os efeitos da Pandemia do COVID-19, entendermos ser mais seguro e coerente que elas fossem realizadas através do aplicativo *Google Meet*, nas últimas duas semanas do mês de fevereiro de 2022. Assim, buscamos entrevistar atores sociais, que, pelo espaço que ocupam, pudessem oferecer contribuições relevantes para nossa pesquisa. Demos início com o Prefeito do município de Picuí; na sequência, entrevistamos, separadamente por curso, os egressos já participantes dos questionários; em seguida, entrevistamos o Diretor de ensino do IFPB-Picuí e, por fim, os coordenadores dos cursos de Edificações, Informática, Geologia e Mineração da referida Instituição.

Estrutura da Dissertação

A partir deste ponto, descrevemos como os capítulos de nossa dissertação foram organizados. Nossa pesquisa está estruturada em 5 capítulos, de modo que os três primeiros foram dedicados ao desenvolvimento da argumentação teórica, tendo por base a revisão bibliográfica que serve de lastro para o nosso estudo e que oferece o subsídio necessário para a apresentação dos conceitos que nortearam a pesquisa. No capítulo seguinte, direcionamos a nossa atenção para os estudos dos dados primários contidos nos questionários e nas entrevistas. Como última etapa, postulamos as considerações finais de nossa pesquisa.

No primeiro momento de nosso trabalho, abordamos os conceitos de educação e de desenvolvimento, que servirão de subsídio para o desenrolar das reflexões, em que realizamos uma abordagem entre duas ideologias antagônicas existentes no sistema capitalista: o desenvolvimentismo e o neoliberalismo, analisando como o neoliberalismo e suas ideias têm influenciado o processo da educação brasileira nos últimos anos, interferindo inclusive na

formatação dos marcos legais de nossa legislação educacional. Observamos, ainda, a importância das políticas públicas na solução dos problemas da coletividade.

O segundo capítulo apresenta o processo de evolução da Rede Federal de Educação no Brasil, explicitando as várias mudanças impostas ao seu funcionamento no decorrer dos mais de 110 anos de sua existência, bem como as transformações e fases que compuseram o recente processo de expansão dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia do país, os critérios estabelecidos para sua execução e a atual composição da referida rede.

No terceiro capítulo, mostramos a trajetória da implantação e evolução do IFPB no estado da Paraíba, destacando as denominações e as marcas recebidas, as principais características apresentadas em cada uma delas e em cada período de sua vigência. Discorreremos sobre a dinâmica de sua expansão, a disposição espacial dos Campi pelo estado e como se desenvolveram as etapas do processo de expansão da Rede Federal de Educação nas fronteiras paraibanas, percebendo as principais características que envolvem a Microrregião do Seridó Oriental Paraibano, da Mesorregião da Borborema e do semiárido brasileiro.

O quarto capítulo, por sua vez, é destinado a buscar informações acerca do público alvo de nosso trabalho. Promovemos uma análise mais detalhada do perfil dos egressos que participaram de nossa pesquisa, tomando por base os questionários aplicados e as entrevistas realizadas. Com base nas informações coletadas, é possível apresentar os dados que consideramos mais relevantes para a elucidação de nossos questionamentos.

Por fim, as considerações finais de nosso trabalho destacam o resultado da investigação do estudo de caso e as contribuições advindas da implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia para a Microrregião do Seridó Oriental Paraibano.

1 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: UMA RELAÇÃO MÚTUA

No primeiro capítulo de nossa pesquisa, mais especificamente na primeira seção, abordamos os conceitos que servem de lastro teórico para o desenvolvimento deste trabalho, sem tentar trazer um novo conceito para as temáticas da educação e do desenvolvimento, mas buscando elucidar a relação mútua existente entre essas áreas. Para tanto, nos apoiamos nos escritos de vários autores que abordam os temas em questão, a fim de melhor compreender os princípios que embasam nossas reflexões.

Na segunda seção, realizamos uma abordagem entre duas ideologias antagônicas existentes no sistema capitalista: o desenvolvimentismo e o neoliberalismo, buscando identificar suas origens, expondo e analisando as principais características e divergências de cada doutrina. Na sequência, postulamos uma análise de como o neoliberalismo e suas ideias tem influenciado o processo da educação brasileira nos últimos anos, interferindo inclusive na formatação dos marcos legais de nossa legislação educacional.

Na terceira seção, discorreremos sobre alguns dados da educação brasileira no momento, de como as ações desenvolvidas pelo governo ainda são insuficientes para garantir um direito que é universal, o direito a educação, em especial na região Nordeste que apresenta os piores indicadores entre os pesquisados. Apresentaremos conceitos e definições em políticas públicas e quais os percursos necessários para que elas venham ganhar importância na pauta governamental e posteriormente sejam implantadas.

1.1 Conceituando educação e desenvolvimento

A educação é, por seus fins, objetivos, origens e funções, um fenômeno social, que está intimamente ligado ao contexto político, econômico, científico e cultural de uma sociedade historicamente determinada.

Para cada sociedade, a educação é “o meio pelo qual ela prepara no coração das crianças as condições necessárias de sua própria existência”. Assim, cada tipo de povo possui uma educação que lhe é própria e que pode defini-lo ao

mesmo título que a sua organização moral, política e religiosa (DURKHEIM, 2011, p. 104).

Assim, podemos deduzir que, não obstante, é um processo constante na história de todas as sociedades, não sendo a mesma em todos os tempos e lugares, de modo que se vincula ao projeto de homem e de sociedade que se pretende emergir através do processo educativo.

Sendo assim, Saviani (1991) afirma que:

O estudo das raízes históricas da educação contemporânea nos mostra a estreita relação entre a mesma e a consciência que o homem tem de si mesmo, consciência esta que se modifica de época para época, de lugar para lugar, de acordo com um modelo ideal de homem e de sociedade. (SAVIANI, 1991, p. 55)

Dessa forma, a educação é, sem dúvidas, um processo social que se encaixa numa determinada concepção de mundo, que estabelece os fins a serem atingidos pelo ato educativo em concordância com as ideias reinantes numa determinada sociedade. O fenômeno educativo não pode ser, pois, entendido de forma descontínua ou como uma abstração válida para qualquer tempo e lugar, mas sim como uma prática social, situada historicamente, numa realidade total, que envolve aspectos valorativos, culturais, políticos e econômicos, que permeiam a vida do homem concreto a que a educação diz respeito.

Em sua etimologia, a palavra “Educação” em português vem de “Educar”, e esta tem sua origem do Latim (**Educare**), que, segundo consta no dicionário de Gramática da Língua portuguesa, é um derivado de “Ex”, que significa “fora” ou “exterior”, e “Ducere”, que tem o significado de “guiar”, “instruir”, “conduzir”. Ou seja, em latim, Educação tinha o significado literal de **“guiar para fora”**, e pode ser entendido que se conduzia tanto para o mundo exterior quanto para fora de si mesmo, mediante a ideia de promover o desenvolvimento intelectual e cultural do indivíduo, incentivando-o na aprendizagem de novos conhecimentos e novas habilidades.

A noção de educação pode ser compreendida de diversas formas, adquirindo significados distintos, principalmente ao levarmos em consideração o local e o contexto em que a definição foi construída, sendo observada por vários autores como algo que está em constante evolução e presente em um dinamismo com inúmeras peculiaridades.

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja, ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprende-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. (BRANDÃO, 2007, p. 7)

Com base na citação acima, percebermos que a educação pode ser proferida em ambientes distintos e que, de uma maneira ou de outra, ela estará presente em nosso cotidiano e nos acompanhará por toda nossa existência. É bem verdade que no caso da educação escolar, um dos focos de nossa pesquisa, a modalidade pode ser optativa, ou em muitos casos, negada. A temática da exclusão escolar é extremamente pertinente, principalmente para compreendermos vários fatores postos na sociedade, mas que não cabe neste momento elaborarmos tamanha discussão.

Se buscarmos em Freire (2016) uma definição para educação, encontraremos facilmente o pensamento de que a educação é o processo constante de criação do conhecimento e de busca da transformação-reinvenção da realidade pela ação-reflexão humana.

Já Luckesi (1994) nos traz:

A educação é um típico “que-fazer” humano, ou seja, um tipo de que se caracteriza fundamentalmente, por uma preocupação, por uma finalidade a ser atingida. A educação dentro de uma sociedade não se manifesta como um fim em si mesma, mas sim como um instrumento de manutenção ou transformação social. Assim sendo ela necessita de pressupostos, de conceitos que fundamentem e orientem seus caminhos. A sociedade dentro de qual ela está deve possuir alguns valores norteadores de sua prática (LUCKESI, 1994, p. 30).

Não pretendemos, portanto, criar uma nova definição para o conceito de educação, mas apenas demonstrar a concepção de alguns autores que discutiram sobre a temática, procurando ser coerente entre aqueles que a entenderam na mesma concepção. Já para o pai da Sociologia da Educação, Émile Durkheim, que a definia a educação da seguinte maneira:

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social. Ela tem como objetivo suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais exigidos tanto pelo conjunto da sociedade política quanto pelo meio

específico ao qual ela está destinada em particular (DURKHEIM, 2011, p. 53-54).

Durkheim (2011) também afirma que o homem e que o processo que a educação deve desenvolver em cada um de nós não diz respeito ao homem que a natureza fez, mas ao homem que a sociedade deseja que ele seja; ela o quer conforme sua economia interna necessita, exercendo sobre ele uma força que muitas vezes é irresistível.

A educação é uma prática social (como a saúde pública, a comunicação social, o serviço militar) cujo fim é o desenvolvimento do que na pessoa humana pode ser aprendido entre os tipos de saber existentes em uma cultura, para a formação de tipos de sujeitos, de acordo com as necessidades e exigências de sua sociedade, em um momento da história de seu próprio desenvolvimento (BRANDÃO, 2007, p. 73-74)

Outro ponto abordado em nossa pesquisa é o desenvolvimento, que pode apresentar diversos conceitos, porém o citamos pautado nas questões econômicas e sociais, o que pode ser medido em seus aspectos quantitativos e qualitativos, que teve foco predominante neste trabalho.

Segundo Vasconcelos e Garcia (1998):

O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diversos setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem estar econômico e social” (VASCONCELOS; GARCIA, 1998, p. 205)

Já para Furtado (1961), sob o prisma econômico, o desenvolvimento é, basicamente, o aumento de renda real, isto é, o incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade. Definida nestes termos, a noção de desenvolvimento econômico passa a ser encarada como um processo, com pressupostos de um fenômeno histórico de países que já passaram.

O desenvolvimento econômico é o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em

consequência, dos salários e dos padrões de bem-estar de uma determinada sociedade (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 1)

O fato é que se espera que com o desenvolvimento econômico sejam melhorados os índices de pobreza, desemprego, desigualdade social, condições de saúde, educação, moradia e alimentação. Mesmo não sendo o intuito da pesquisa estabelecer uma discussão a respeito do conceito de desenvolvimento econômico, entendemos ser importante fazer um breve relato a respeito da temática.

A dupla relação entre educação e desenvolvimento não está presente apenas em sua definição, mas é possível destacá-la também nos principais marcos legais que regulamentam a educação do país. Segundo a Constituição Brasileira de 1988:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1998, p. 124)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu Art. 2º, traz:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, p. 10)

Já em seu Art. 22, a LDB afirma que a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (BRASIL, 1996).

Ambos os documentos, que são os dois principais marcos legais que regem a Educação do país, trazem em seus textos a relação entre desenvolvimento e educação, o que nos impulsiona a discorrer sobre a temática, buscando saber se existe reciprocidade entre o dinamismo relacional.

Essa relação, como pressupostos e consequências mútuas, é tema recorrente especialmente neste período que atribuímos como pós-modernidade. Para Ávila (2012), a dupla relação entre educação e desenvolvimento se constrói como causa e efeito em recíproca

alternância, que, no cerne da legislação nacional vigente, tem seu amparo legal, o que a priori não garante sua execução.

Assim, resta saber:

Como a reciprocidade desse duplo dinamismo relacional se caracteriza em termos de entendimentos básicos e de perspectivas operacionais, explicitamente preceituadas para a Educação Básica brasileira, nos termos da citação supra, como também de fato extensivas a todos os graus, níveis e formas educacionais, tanto no Brasil quanto em qualquer outro país do planeta. (ÁVILA, 2012, p. 14).

Contraopondo-se a uma relação mútua, o Banco Mundial teve como estratégia para o ano de 2021 definir o papel da educação como uma “ferramenta para desenvolver nas crianças e jovens aptidões e conhecimentos necessários para conseguir um emprego produtivo no mercado de trabalho do século XXI”. Segundo Haddad (2020), dessa forma, ao reduzir o papel da educação a uma ferramenta para alcançar um objetivo estritamente econômico – o emprego –, deixa-se de lado sua ampla dimensão formativa, que, por exemplo, facilita ao cidadão a participação política, a convivência em sociedade, a preservação e o uso sustentável dos bens naturais.

Para Oliveira e Moraes (2016) a educação é o principal item de formação de capital humano, devendo ser incentivado e promovido para um país que pretende ter um desenvolvimento que implique não só em crescimento econômico, mas também em progresso social e diminuição das desigualdades.

É crescente a presença e a influência de economistas nas tomadas de decisões em políticas públicas no campo do debate da relação entre educação e desenvolvimento. Para Haddad (2020), dependendo da orientação e das posições ideológicas, eles podem situar-se, de um lado, na defesa intransigente da educação como fator promotor do desenvolvimento e, de outro, entre aqueles que veem no desenvolvimento a condição necessária para a conquista de uma boa educação.

A promoção da educação deve ser feita por uma gestão pública, decorrente de políticas públicas, que são formuladas por discussões entre os diversos setores sociais e formalizadas em processos legislativos, que legitimam todas as ações a serem implementadas posteriormente.

1.2 Desenvolvimentismo, Neoliberalismo e a Educação no Brasil

Passadas duas décadas do século XXI, o desenvolvimento econômico continua como um desafio a ser alcançado pelo Brasil, situação que também é comum à maioria dos países. Apesar de um breve período das melhorias econômicas e de avanços sociais em pouco mais de uma década, em que os governos de esquerda conduziram a política nacional, o país ainda está distante de alcançar os níveis desejados na redução das desigualdades sociais.

O abismo social, provocado em grande parte pela excessiva concentração de renda e pela pobreza que assola grande parte de nossa sociedade, parece deixar o Brasil longe do sonhado desenvolvimento. E, como se não fosse o bastante, ainda temos que enfrentar uma pandemia e um governo de extrema direita (liberal e negacionista), fatos que não pretendemos nos aprofundar.

A priori, percebemos que os fatores estruturais que travam o desenvolvimento do país continuam latentes e que alguns têm ganhado robustez, fato que nos possibilita compreendermos que o desenvolvimentismo ainda continua sendo o caminho a ser trilhado para o futuro da sociedade brasileira. Dessa forma, “a sedução do liberalismo com sua ideologia individualista, é muito forte, mas não é o caminho para o desenvolvimento econômico e social” (DATHEIN, 2015, p. 49).

Para Salomão (2017), o desenvolvimentismo é um fenômeno de magnitude histórica e incontestável para a atual configuração social, política e econômica do país e, pesquisar sobre suas origens, é mister para evoluir no debate desta ideologia tão relevante para a constituição da contemporaneidade do Brasil. Para muitos, é um fenômeno desenvolvido e vivenciado no século XX e que em nosso país teve seu surgimento após a ascensão do Presidente Getúlio Vargas.

Salomão (2017) afirma que:

(...) a historiografia reserva a alcunha desenvolvimentista – um fenômeno político e intelectual eminentemente brasileiro – à política econômica empregada após a década de 1930, em especial, aos governos Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek (SALOMÃO, 2017, p. 425).

Entretanto, existem outras linhagens de interpretações, que afirmam que a gênese do desenvolvimentismo tem suas raízes no final do século XIX, tendo seu nascedouro ocorrido entre o império e a república, impulsionados por personagens políticos, burocratas e intelectuais que versavam sobre temas – que viriam num futuro breve estar escritos em nossa bandeira – como a ordem e o progresso.

Os analistas simpáticos a essa tese argumentavam que a gênese das ideias as quais forjaram a estrutura do desenvolvimentismo não se deu de forma súbita. Resultado de um processo de condicionantes históricos e de amadurecimento intelectual, não apenas antecedeu a sua prática enquanto política consciente e deliberada, como também foi concebido em um período em pleno exercício do liberalismo econômico (SALOMÃO, 2017, p. 428).

Nesse contexto, é possível compreendermos que o desenvolvimentismo não surge de um acaso ou de repente, mas sim de um processo de construção do momento político e intelectual vivenciado pela sociedade brasileira naquele período e, sobretudo, pela inquietação da elite do país, que não se conformava com a situação de retardo econômico que se encontrava o Brasil, “de modo que, ao grupo que assumiu o poder em 1930 não se fazia totalmente desconhecido, o corpo das ideias desenvolvimentistas – embora qualificações de rumo e de vulto foram a ele posteriormente adicionadas (SALOMÃO, 2017, p. 429).

Percebemos que não existe uma unanimidade a respeito da gênese do desenvolvimentismo, por isso, não nos aprofundamos acerca dessa temática, mas reconhecemos a necessidade de analisarmos sua relevância e potencial para o desenvolvimento da sociedade e do setor econômico do país.

Estudioso do tema, Fonseca (2004) conclui que com o desenvolvimentismo o país passaria a ter um desenvolvimento sustentável e de longo prazo, abarcando em sua essência a capacidade de direcionar a sociedade a um nível superior de bem-estar. Desta forma, conceitua o desenvolvimentismo como:

A política econômica formulada e/ou executada de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacando a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista (FONSECA, 2015, p. 40)

Nos deparamos frequentemente com a ideia de que o desenvolvimentismo faz menção tanto ao fenômeno ideológico ou teórico quanto às práticas históricas de políticas econômicas e que geralmente são relacionadas a um Estado Desenvolvimentista, que tem a industrialização como objetivo preponderante. Para tanto, fica a cabo do Estado pôr em prática as ações para alcançar determinado fim. Ao buscarmos na literatura, torna-se perceptível que os teóricos que abordam o desenvolvimentismo não são homogêneos quanto às suas afirmativas, mas apontam com assiduidade para determinadas semelhanças ao tentarem estabelecer as principais características do tema, o que Fonseca denominou de “núcleo comum principal”:

1 A existência de um projeto deliberado ou estratégico tendo como objeto a nação e seu futuro. Esta pode ser associada com certa licenciosidade, a projeto nacional, desde que não entenda com isso repulsa ao capital estrangeiro nem rompimento com a ordem internacional, mas simplesmente como epicentro e destinatário do projeto. 2 Intervenção consciente e determinada do Estado com o propósito de viabilizar o projeto o que supõe atores aptos e capazes de executá-lo no Aparelho do Estado e com respaldo social e político de segmentos e classes no conjunto da sociedade. 3 A Industrialização, como caminho para acelerar o crescimento econômico, a produtividade e a difusão do progresso técnico, inclusive para o setor primário (FONSECA, 2015, p. 20-21)

Desta forma, evidencia-se o papel protagonista do Estado, mas os especialistas atentam para a necessidade do governo ou dos governantes criarem uma base social e política para a viabilidade e sucesso na execução do projeto que está pautado no aumento da produção e da produtividade, em que a função principal do Estado é organizar as estruturas institucionais para a viabilização dos objetivos desenvolvimentistas.

Esse é um fato que não ocorre no neoliberalismo, ao defender a não intervenção do Estado na economia, tendo o setor econômico ele próprio que se regulamentar, de maneira a percebermos que o Liberalismo econômico “é uma doutrina que rege os modos do comportamento econômico avesso aos princípios socialistas. O liberalismo defende, em suma, a não intervenção do Estado na economia, pois esta deveria regular-se por si mesma”. (PORFÍRIO, 2020, p.1)

Na economia, temos a divisão entre o liberalismo clássico e a versão revista dessa doutrina no século XX, o neoliberalismo. A crise de 1929 foi um fator decisivo para a cisão de governos com as doutrinas liberais, pois os governos

das maiores potências mundiais precisaram injetar dinheiro na economia e retomar as rédeas para que o mundo não falisse. Esse período foi necessário para a retomada econômica e para que se implementasse medidas de proteção aos trabalhadores no mundo todo, como a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) no Brasil. (PORFÍRIO, 2020, p. 1)

A revisão dessa doutrina, apoiada nas ideias da Escola Austríaca de Economia e na Escola de Economia de Chicago, ambas com teorias semelhantes, trouxeram-na para o século XX, dando, assim, origem ao neoliberalismo, principalmente a partir da década de 1980. As posições neoliberais eram bem claras: como na antiga doutrina, defendiam com veemência a liberdade do mercado, com uma sutil e mínima intervenção do Estado na política econômica. Não negavam a necessidade e a importância do Estado e do governo para estabelecer algumas relações, mas exigiam de volta para a iniciativa privada a liberdade. “Os neoliberais (ou “novos liberais”) da virada do século XIX para o início do século XX possuíam certa interferência de ideologias mais à esquerda e pendiam a uma posição socialmente reformista e intervencionista, o que ia contra as bases do pensamento liberal clássico” (FERNANDES, 2020).

Para os neoliberais, o indivíduo não é uma construção histórica, pois cada um é aquilo que a sorte determina. A desigualdade de classes é vista como necessária para o equilíbrio econômico. O estado na perspectiva neoliberal, é a instituição que mais tem valor, atribuindo-lhe características de “pessoa”, porém com poderes “limitados”, pois a atividade econômica é própria da sociedade civil e o Estado não pode intervir em sua regulamentação (SILVEIRA, 2009, p. 52)

Assim, o neoliberalismo tende a se caracterizar por sua mínima intervenção na economia, com sua quase ausência na regulamentação econômica do setor privado, criando apenas algumas normas de regulamentações e permitindo aos indivíduos agirem com base em seus próprios interesses, incentivando a concorrência e a competitividade. Desta forma, os defensores do neoliberalismo entendem que a economia de livre mercado é fruto da livre concorrência entre as pessoas.

A política econômica neoliberal não encontrou espaço para pôr em prática suas ações até o final da década de 1970. Segundo Silveira (2009, p. 51), “a primeira oportunidade surgiu de fato em 1979, na Inglaterra, com a ascensão de Margareth Thatcher. Em seguida nos EUA, em 1980, com Ronald Reagan”. Já na América Latina, o neoliberalismo tem suas raízes

inicialmente no Chile, com a ditadura de Augusto Pinochet, que, entre outras medidas, realizou inúmeras privatizações de empresas estatais.

Após mais de duas décadas de regime militar, o Brasil apresentava uma economia fragilizada e um cenário que possibilitou à expansão do ideário neoliberal, ao passo que a redemocratização trouxe consigo o neoliberalismo, já que desde o início do Governo do presidente Fernando Collor de Melo, em 1990, ficou visível sua inclinação para a implementação dessa política, que foi continuada com a ascensão ao poder central do até então vice-presidente Itamar Franco.

A política neoliberal só veio a se consolidar no país após a chegada de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, à Presidência da República. A partir de então, passaram a ser postas em prática as medidas que deixavam claro que o Brasil começava a vivenciar um período neoliberal.

Desde então, com a política de privatização e a série de ajustes realizados, houve um processo de transferência de riquezas para o setor privado, um fortalecimento dos grandes monopólios privados, a desindustrialização e a desnacionalização da economia nacional. Esse fenômeno levou a adoção do Estado Mínimo, cujas as funções básicas seriam manter a educação primária, a saúde, e a infraestrutura essencial ao desenvolvimento econômico. (SILVEIRA, 2009, p. 56).

Notoriamente, os neoliberais têm como um de seus objetivos reduzir os investimentos sociais por parte do governo. No Brasil, essa política tem como foco beneficiar certas partes das classes sociais mais abastadas, fazendo, assim, emergir um novo setor na burguesia brasileira: a burguesia do serviço, que tem seu surgimento ou ascensão nas práticas do neoliberalismo. De acordo com Silveira (2009), a burguesia do serviço, que atua nas áreas de educação, saúde e previdência social, se beneficia pela desintegração da área social do Estado, ou seja, com a diminuição dos investimentos em direitos sociais, passando o Estado a receber uma forte pressão para reduzir os recursos destinados a área social.

Não há dúvidas de que, com relação à educação, o neoliberalismo brasileiro tem sua gênese no mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, tendo por base as inúmeras mudanças implantadas por ele no nosso sistema educacional, que por meio dessas mudanças passa a enxergar a educação como uma mercadoria.

Tais pontos fornecem uma ideia do reflexo do neoliberalismo sobre a educação, tudo se transforma em mercadoria. A educação virando um negócio e, em muitos casos, altamente rentável. A instituição escolar oferece um produto que é o cliente, o consumidor, adquire convicto de que está investindo em si mesmo, na sua ascensão social. Desse modo a educação é vista como uma mercadoria a ser adquirida. (SILVEIRA, 2009, p. 59)

Para o neoliberalismo, a educação não é mais do que um produto que deve ser subordinado aos interesses econômicos, formando mão de obra para atender as necessidades do mercado de trabalho. Sendo assim, cabe a esse mercado ser aquele que regula e orienta os rumos que serão tomados pela educação no âmbito da economia capitalista. O discurso protagonizado pelo neoliberalismo leva a educação a deixar de lado o campo social, assim como o político, para imergir no mercado e funcionar de acordo com seus interesses e seus anseios.

Expressões como “modernidade nas escolas”, “qualidade total no ensino”, “financiamento empresarial para as universidades”, “aumento da produtividade na educação”, entre outras, fazem parte do escopo e da retórica neoliberal para convencer a todos da supremacia de suas ideias. Que segundo Souza e Assunção (2017), o neoliberalismo integrou a educação brasileira e vinculou suas funções, atribuindo-as às necessidades do mercado, estabelecendo um compromisso com a criação em novos moldes, pautada na modernidade e na atualidade, alinhada ao mercado de trabalho.

A educação no Brasil passou por um ajuste progressivo às tendências neoliberais, vinculando cada vez mais sua função às necessidades do mercado, e seu compromisso com a criação de uma escola moderna, atualizada, comprometida com o mercado de trabalho, ou seja, orientada para sobreviver às novas demandas no mundo globalizado e competitivo, para tanto passou a se adequar aos preceitos estipulados pelos organismos internacionais, como o banco mundial, cujo objetivo seria criar alternativas para resolver os problemas relativos à educação (SOUZA; ASSUNÇÃO, 2017, p. 54)

Em sintonia com o discurso dos organismos Internacionais, a retórica neoliberal claramente tenta estimular a diminuição dos investimentos estatais para ações direcionadas tanto ao social quanto à educação, em m uma clara tentativa de transformar a instituição escolar em uma empresa, que visa acima de tudo o lucro. Nesse sentido, há uma visão dos alunos e seus respectivos pais como meros consumidores, de modo que a educação passa a ser um produto pronto a ser vendido, negociado, exposto no mercado como se estivessem em prateleiras que

estipulam sua qualidade, ao passo que o poder aquisitivo de cada consumidor determina qual a qualidade do produto que pode adquirir. No discurso pregado pela ótica do neoliberalismo, a educação, enquanto produto ofertado, emprega sempre o termo qualidade total, e a esse respeito Marrach (2016) nos afirma que:

O termo qualidade total aproxima a escola da empresa. Em outras palavras, trata-se de rimar a escola com negócio. Mas não qualquer negócio. Tem de ser um bem-administrado. O raciocínio neoliberal é tecnicista. Equaciona problemas sociais, políticos, econômicos como problemas de gerência adequada e eficiente ou inadequada e ineficiente (MARRACH, 2016, p. 8).

É possível observar que o discurso neoliberal está presente nos principais marcos legais da educação brasileira, buscando viabilizar as estratégias que a ideologia propunha e entendia como necessária para a melhoria da educação. Para sua viabilização, foi promulgada a Lei 9.394, em 20 de dezembro de 1996, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, contendo em seu texto várias dessas ideias. Para constatar essa afirmativa, basta observamos seus três primeiros artigos, que expressam claramente a relação formal entre educação e trabalho:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais - §2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social - Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho - Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (BRASIL, 1996, p. 8-9).

Também é possível verificar na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) textos que reforçam as ideias neoliberais na educação. Segundo o item nº 10, disposto no documento, há a necessidade do indivíduo de “agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários”.

O empreendedorismo de si é o exemplo mais claro da consolidação do paradigma neoliberal, em que a flexi/responsabilização passa a pauta sistematicamente às escolhas de vida e às relações sociais. “Nessa perspectiva, a finalidade da educação contemporânea já não é mais a de tornar o indivíduo autônomo, mas de torná-lo um empresário de si”. (RAASCH; FILISBINO; BRAATZ, 2017, p. 7).

Outra ação do neoliberalismo é estabelecer a meritocracia no sistema de ensino, camuflada na ideia de competitividade, passando a escola a funcionar não apenas como formadora de mão de obra, mas responsável por estimular entre seus alunos a concorrência e a competitividade. Segundo interpretam Almeida e Trevisol (2019), formar mentes que entendam que dar ênfase à competitividade e à concorrência permite aceitarmos de maneira natural as crises sociais causadas pelo modelo neoliberal, nos induzindo a perder a capacidade de criticar e analisar a conjuntura social.

Ter uma lei que regulamente algo não necessariamente mudará uma realidade, mas será o marco inicial, a ferramenta que propiciará ao cidadão e a sociedade condições de exigir seus direitos que nela estiverem contidos. Nesse contexto, Castro nos afirma que o direito educacional pode ser entendido como:

Conjunto de normas, princípios, leis e regulamentos que versam sobre as relações de alunos, professores, administradores, especialistas e técnicos, enquanto envolvidos, mediata ou imediatamente, no processo ensino-aprendizagem. É o conjunto de normas, de todas as hierarquias: Leis Federais, Estaduais e Municipais, Portarias e Regimentos que disciplinam as relações entre os envolvidos no processo de ensino aprendizagem (CASTRO, 2020).

1.3 Educação e Políticas Públicas

A nossa Constituição Federal, em seu Art. 6º, evidencia a Educação como direito social. O mesmo artigo menciona não apenas a educação como direito social, incluindo nessa mesma categoria áreas como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, proteção à maternidade e à infância, sendo incluída nesse rol ainda a assistência àqueles que se encontrem desamparados.

Mesmo garantido por lei, e em pleno século XXI, ter acesso à educação é uma realidade que ainda não está presente na vida de todos os brasileiros. De acordo com o IBGE, no segundo semestre de 2021 o país contabilizava números que apontavam para 224 mil crianças na idade entre 6 e 14 anos que não estavam devidamente matriculadas, de modo que o instituto atrela a esses números fatores como a pandemia gerada pelo COVID-19, mas também relata que esta não é a única nem tampouco a principal causa do descontrole no que se refere ao acesso à educação.

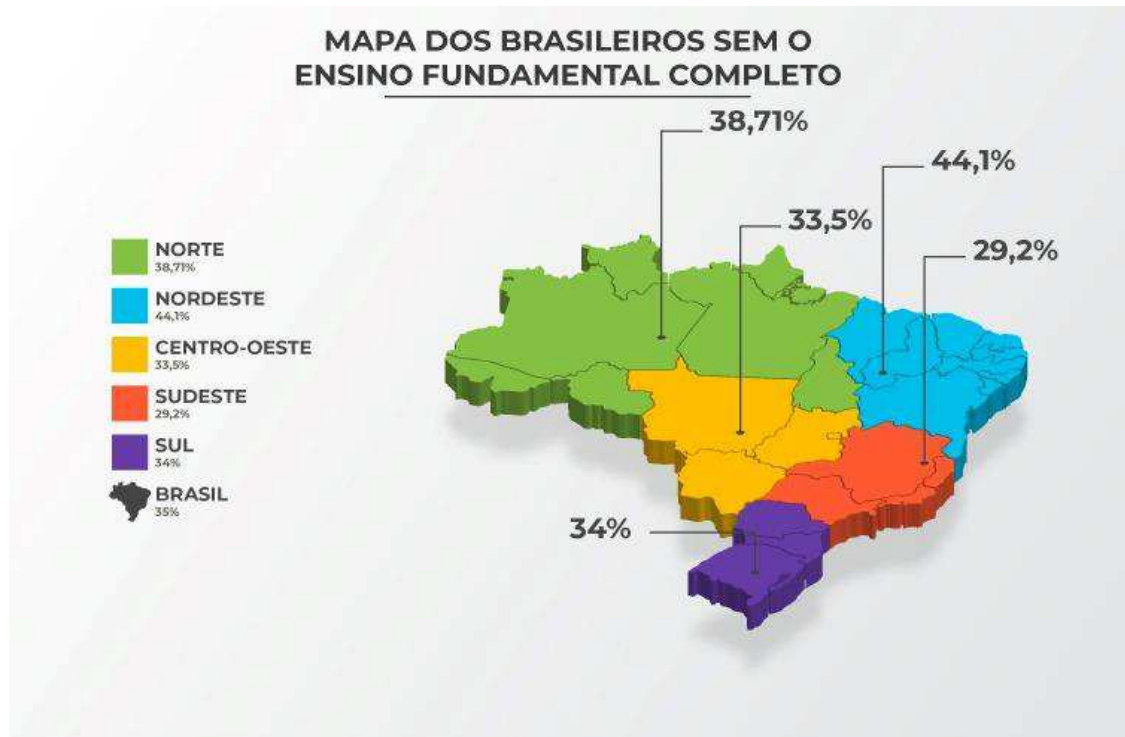
Não nos detivemos a realizar uma análise detalhada da atual situação da crise pela qual passa a educação brasileira, mas entendemos como importante estabelecer uma breve explanação sobre a temática, compreendendo que essa realidade pode ampliar as desigualdades sociais que já são gritantes no país e, que o poder econômico ou a falta dele, aliado ao processo educativo, pode ser determinante para a manutenção ou para a ampliação das desigualdades já existentes.

É sabido que inúmeros fatores contribuem para o afloramento e a maximização dos índices de desigualdades sociais e da exclusão em nosso país, mas não restam dúvidas de que a ineficiência do Estado em ofertar uma educação de qualidade ou mesmo a ausência da educação é fator preponderante na ampliação dessas desigualdades no decorrer da história do Brasil.

Para embasar as informações supracitadas, montamos um mapa, que aponta o índice de brasileiros que em pleno século XXI ainda não conseguiram concluir o ensino fundamental, nível que é direcionado à população de 9 a 14 anos e concebido como a segunda etapa da Educação Básica². No mesmo mapa, apontamos os dados divididos por cada região geográfica do país, segundo informações contidas no IBGE e que fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua (PNAD), divulgadas pela última vez nesse formato no primeiro trimestre do ano de 2020, com informações relativas ao exercício anterior.

² Educação Básica – LDB Art. 21. formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Figura 01: Brasileiros de 15 anos ou mais que não concluíram o ensino fundamental



Fonte: IBGE (2019) – PNAD Contínua

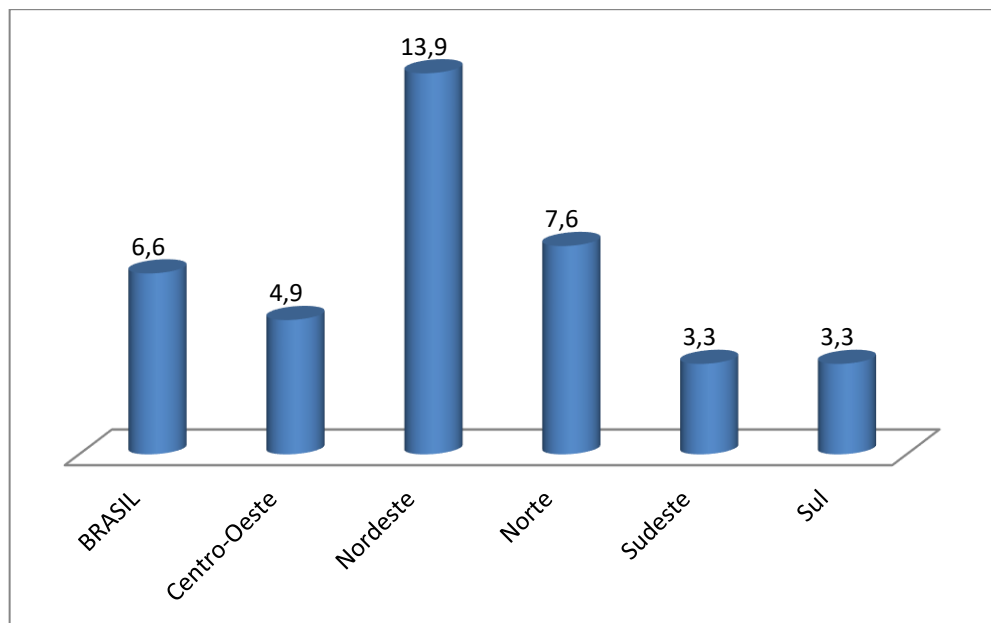
No mapa acima observamos o quanto o país ainda precisa avançar neste ponto. São aproximadamente 35% da população brasileira com mais de 15 anos que tem esse direito negado e que, como já citamos, é constitucional. Se fizermos um ranking das regiões brasileiras com bases nesses números, encontraremos a região Sudeste com a melhor classificação, se é que podemos utilizar esse termo, com 29,2%; na segunda posição, encontramos a região Centro-oeste, com 33,5% da sua população sem direito à educação; em terceiro lugar, a região Sul, com 34%; na quarta e penúltima colocação, a Região Norte, com estarrecedores 38,7% de seus habitantes; no final da fila está a região Nordeste, que carrega os piores índices, com um total de 44,1% da população que tem esse direito negado.

Os números poderiam ser ainda piores se incluíssemos aos dados os números da pré-escola, que recebe alunos de 4 a 5 anos de idade. De acordo com a LDB, em seu Art. 4º, o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia da educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade (BRASIL, 2020 p 9). Por entendermos que a obrigatoriedade da matrícula em pré-escola ser relativamente recente

e ser ainda uma etapa que é de responsabilidade dos estados e principalmente dos municípios, optamos por não utilizar esses dados neste levantamento.

Outro dado que retrata bem como os direitos educacionais no Brasil são negligenciados, diz respeito à taxa de analfabetismo absoluto da população brasileira, que vem sendo reduzida anualmente, mas continua alta. Como nos mostra o gráfico 01, é de 6,6%, o que resulta em mais de 11 milhões de brasileiros que são definidos como analfabetos. Segundo o dicionário da Língua Portuguesa, essa definição aponta para o estado ou condição da pessoa que não tem instrução formal, que não sabe ler e escrever.

Gráfico 01: Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais em 2019



Fonte: IBGE (2020) – PNAD Contínua

Ao observarmos o gráfico 01, que destaca o número de analfabetos divulgados pelo IBGE/PNAD no ano de 2019, percebemos que o país tem 6,6% de sua população analfabeta, evidenciando uma pequena evolução com relação ao ano de 2018, que foi de 6,8%. Quando analisamos por região, percebemos que o Nordeste tem os piores indicadores, com 13,9% de analfabetos; seguido pela região Norte, que apresenta em sua população 7,6% de analfabetos; a região Centro-Oeste vem na sequência, com 4,9% de analfabetos e, apresentando os melhores

índices, aparecem as regiões Sul e Sudeste com os melhores desempenhos, ambos com 3,3% de sua população sem ser alfabetizada.

No gráfico, a exemplo do mapa 01, encontramos a região Sudeste com o melhor desempenho e a região Nordeste com os piores números; em relação às demais regiões, as sequências são praticamente as mesmas, o que tende a promover uma triste coincidência quando apresentamos dados a respeito desses dois direitos relativos à educação em nosso país.

Desde a realização da Conferência Mundial da Educação, intitulada como Educação para Todos e que teve como sede a cidade de Jomtien, na Tailândia, que o problema do analfabetismo em todo o mundo vem sendo um tema de destaque, posto como um dos principais problemas a serem solucionados em várias nações do planeta.

O gráfico acima detalha a realidade de mais de 11 milhões de jovens e adultos brasileiros que não tiveram o direito de serem alfabetizados, uma condição teoricamente simples para qualquer nação que pretenda se desenvolver. No entanto, essa é uma parcela significativa da população, maior inclusive do que vários países europeus. É consenso que o ser humano só atingirá sua realização plena através do processo educativo e desenvolvê-lo é indispensável para o crescimento das nações

Como posto anteriormente, não foi nosso intuito realizar uma pesquisa aprofundada sobre dados da educação brasileira. Para tanto, utilizamos apenas dois indicadores, o de estudantes com 15 anos ou mais que não concluíram o ensino fundamental e o número total de analfabetos que atingem os brasileiros com mais de 15 anos, sendo respectivamente de 35% e 6,6%. Em operação matemática simples, tomando por base o ano de 2019, ultrapassaremos o referente a esses dois índices e estaremos com cerca 40% de nossa população analfabeta ou que não conseguiu concluir o ensino fundamental.

O fato é que nossa pesquisa se desenrola em municípios que estão inseridos no Nordeste, que tanto na figura quanto no gráfico acima, apresentam os piores índices quando se trata em não garantia de direitos vinculados à educação, deixando claro o quanto essa região sofre e é negligenciada a esse respeito. Para sanar tamanha dificuldade, entendemos que só será possível através da efetivação de políticas públicas em diversas áreas e da garantia que elas possam ter longevidade a fim de alcançar resultados, que, quando se trata de educação, só acontecem a médio e longo prazo.

Porém, antes de serem implantadas, as políticas públicas passam por um processo de formulação e execução, necessitando estar na “mira” das ações governamentais. De acordo com Capella (2006), para que uma questão venha a fazer parte da agenda governamental, é necessário que se desperte a atenção e o interesse daqueles que formulam essas políticas, mas em virtude de suas complexidades e da quantidade de questões, algumas geralmente são preteridas em detrimento de outras. O fato é que os dados que foram citados nos parecem mais do que suficientes para ocupar espaço na agenda governamental. Não estamos afirmando que não existam políticas para solucionar tal ou tais problemas, mas nos parece que as existentes não estão sendo capazes de solucioná-los.

Dado o grande volume de decisões e a incapacidade de lidar com todas as questões ao mesmo tempo, a atenção dos formuladores de políticas depende da forma como eles as percebem e as interpretam e, mais importante como elas são definidas como problemas. As questões se transformam em problemas ao chamar a atenção dos participantes de um problema decisório, despertando a necessidade de ação por três mecanismos básicos: indicadores; eventos, crises e símbolos; e feedback das ações governamentais (CAPELLA, 2006, p. 26).

É comum encontrarmos em diversos textos a expressão “políticas públicas”, mas raramente encontramos uma definição para tal denominação. Não buscaremos, como nos conceitos anteriormente discutidos, uma avaliação profunda do tema, bem como não teremos a ousadia de formular um novo conceito ou uma nova definição. Porém, tentaremos deixar claro qual o real significado da expressão, em que, de acordo com Chrispino (2016), a expressão com certeza quer significar um conjunto de expectativas geralmente dirigidas ao poder público, e é tão ampla que podemos chegar ao cúmulo de debater o assunto “políticas públicas” a partir de conceitos, sentidos e entendimentos distintos, mas não explicitados.

Diferentemente do que ocorreu na maioria das áreas do conhecimento que surgiam na Europa, os estudos sobre política pública foram gestados nos Estados Unidos da América – EUA, tanto como ciência quanto disciplina acadêmica. Ao buscarmos na literatura encontraremos inúmeras definições para o tema, mas utilizando o que afirma Chrispino (2016, p. 6), de forma macro as políticas públicas são ações intencionais de governo que visam atender as necessidades da coletividade. Para sermos mais específicos e, como não pretendemos realizar

uma exegese acerca das definições de política públicas, escolhemos entre tantas que poderiam expressar o que queremos afirmar, a definição formulada por Nirenberg, que pontua que:

As políticas públicas constituem um conjunto de objetivos, decisões e ações que leva a cabo um governo para solucionar os problemas que em determinado momento histórico, os cidadãos e o próprio governo consideram prioritários. São estratégias intencionais, dirigidas a objetivos que se deve alcançar, fazendo convergir uma visão e uma ação de longo prazo, mas com efeitos também em curto e médio prazo (NIRENBERG, 2013, p. 6).

É bem verdade que políticas públicas não são construídas apenas com boas ideias, mas é necessário aporte financeiro para a sua concretização. Toda intenção deve considerar os custos e a origem dos recursos para sua realização. Por isso, quando mencionamos a realização de políticas públicas, torna-se necessário conhecer os limites e possibilidades do orçamento público, que é a organização das receitas e despesas disponíveis para utilização do poder público.

Em 2003, com a chegada do presidente Lula ao poder, houve o novo momento econômico vivenciado pelo país, em que passamos a acompanhar a adoção de uma nova política pública na área de educação, que se contrapunha às políticas neoliberais e estabelecia uma expansão e reformulação da Rede Federal de Educação, possibilitando oportunidades para centenas de milhares de jovens e adultos provenientes da classe trabalhadora brasileira.

Segundo Aguiar e Pacheco (2019):

Os Institutos Federais foram pensados para desempenhar um papel central e estratégico nessa nova política de educação profissional e tecnológica, com foco na promoção da justiça social, na equidade, no desenvolvimento sustentável com inclusão social, na busca de soluções tecnológicas e inovadoras e na socialização do conhecimento científico (AGUIAR; PACHECO, 2019, p. 19).

Os Institutos Federais foram concebidos como instrumentos para a efetivação de uma política pública direcionada para a área da educação com um papel estratégico no desenvolvimento da cultura e da produção local, possibilitando aos seus campi, dotados de autonomia realizem uma atuação permanente e articulada ao contexto socioeconômico da região onde atuam. Contribuindo, assim, com a definição de políticas de desenvolvimento para

um determinado território em perfeita consonância com o planejamento das políticas públicas nacionais (AGUIAR; PACHECO, 2019, p. 20).

2 O ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE NO BRASIL: UMA HISTÓRIA MARCADA PELA DUALIDADE E O DESCOMPASSO

Neste capítulo buscamos expor o processo de evolução da Rede Federal de Educação no Brasil, tentando acompanhar o histórico de sua trajetória, identificando os mecanismos que deram propulsão a sua criação e conhecendo as várias mudanças impostas ao seu funcionamento no decorrer desses mais de 110 anos. Postulamos, ainda, as constantes transformações que a referida rede tem sofrido, como os fatores que foram marcantes e determinantes para chegar a sua atual configuração, tornando-se necessário conhecer as fases que compuseram o processo de expansão dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia do país, os critérios estabelecidos para sua execução e a atual constituição da Rede Federal de Educação. Ao tentar elencar os períodos de maior significado para a educação profissional em uma sociedade marcada pela desigualdade, Caires e Oliveira (2016) pontua que:

Pensar a democratização da educação profissional em uma sociedade desigual implica, de um lado, a crítica consciente destes mecanismos pretéritos sem a qual a democracia torna-se forma velada de ocultação de uma odiosa modalidade de desigualdade. De outro lado, aponta para os gestores e formadores de docentes aquelas políticas de superação pelas quais poder-se-á ir cumprindo o mandato constitucional de redução das desigualdades sociais (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p. 22).

Assim, objetivamos, neste capítulo, deixar a disposição dos leitores o caminho trilhado pela Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, bem como os momentos mais marcantes de sua trajetória, a influência de mecanismos internacionais e do sistema capitalista, que deixaram marcas significativas, e a retomada do país em realizar investimentos na área da educação profissional.

2.1 A dualidade do Ensino básico e profissional no Brasil

No Brasil, a relação entre a educação básica e profissional tem sua trajetória marcada pela dualidade. Nesse aspecto, até o século XIX não encontramos registros que possam ser

vinculados ao campo da educação profissional. O que se tem registro da época é a existência de uma educação propedêutica direcionada para as elites, para a formação dos futuros dirigentes, herdeiros da classe dominante.

Segundo nos afirma Caires e Oliveira (2016):

A história da dualidade do sistema escolar brasileiro, consubstanciada na coexistência de duas redes de ensino, uma voltada para a capacitação profissional, direcionada para as classes menos favorecidas, e a outra dedicada a oferta dos Ensinos Secundários e Superior, direcionada para a elite intelectual condutora da nação (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p. 54).

Para Saviani (2008), a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil é marcada pela dualidade estrutural estabelecida por um sistema voltado, por um lado, para a formação intelectual e destinado às elites dominantes, e, por outro, a uma educação para a formação das classes trabalhadoras. Soma-se a isso uma recorrente descontinuidade das políticas públicas na área e de reformas educacionais nas suas diferenciadas possibilidades e modos de oferta.

Durante todo século XIX, não se encontram registros de ações que possam ser caracterizadas como sistemáticas ou que possam ser entendidas como relacionadas ao campo da educação profissional no país. Até esse período, era ofertada uma educação propedêutica, desfrutada apenas pelas elites.

Os primeiros relatos do que hoje pode ser caracterizado como os primórdios da educação profissional no país, surgem a partir de 1809, com a criação do Colégio das Fábricas, pelo então Príncipe Regente, futuro D. João VI (Brasil, 1999 -Parecer nº 16/99-CEB/CNE). Acerca disso, Caires e Oliveira (2016) afirmam que:

Em relação à temática enfocada, a permissão para a instalação e o funcionamento de empresas industriais, proporcionada pela condição do Brasil de sede do reino de Portugal, deu base e incentivou a criação do Colégio das Fábricas em 1.809. Todavia a implantação de indústrias não aconteceu na velocidade esperada e essa instituição, destinada a formação de mão de obra fabril, não prosperou. Esse colégio funcionou, apenas, até o ano de 1911, tendo sido desativado totalmente em 1912 (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p. 29-30).

Financiado pelo poder público, o Colégio das Fábricas formava trabalhadores capacitados para a instalação de atividades manufatureiras e construção de novas máquinas, que seriam remetidas para as províncias. O não atendimento de suas atividades financeiras a partir de sua própria produção levou o Colégio a uma extrema dependência do Estado, o que culminou com o seu fechamento precoce. Mediante a situação de escassez de mão de obra para as inúmeras ocupações necessárias ao desenvolvimento da colônia, várias instituições, predominantemente no âmbito da sociedade civil, foram criadas para atuar no ensino das primeiras letras e na iniciação dos ofícios destinados sempre aos jovens e crianças socialmente excluídas, para ser mais claro, aos pobres.

Em um período de reduzidos empreendimentos na área industrial, no qual havia uma discriminação por parte da elite brasileira para certos trabalhos manuais, que não eram bem vistos pelos mais abastados na realização de ofícios, que exigissem esforço físico, vivenciava-se uma profunda escassez de mão de obra, fato que, obviamente, dificultava o desenvolvimento do país, pois funções básicas e necessárias não eram supridas em virtude da ausência de trabalhadores com a mínima qualificação, sendo urgente uma ação para sanar tamanha deficiência. A solução encontrada foi a adoção da aprendizagem compulsória, destinada às crianças e aos jovens marginalizados socialmente, ou seja, aos pobres, órfãos e desvalidos da sorte (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p. 30).

Dessa forma, podemos entender que a educação profissional no Brasil tem sua origem a partir de uma perspectiva de cunho assistencialista, criada inicialmente para amparar as crianças órfãs e desfavorecidas financeiramente, de maneira que “o direcionamento discriminatório e, assistencialista, que era reservado ao aprendizado de ofícios manuais, se caracterizava por ser um ensino necessário inicialmente à indústria” (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p. 39). Por um lado, no que tange aos ofícios, a preparação dessas pessoas que, de certa forma estavam a margem da sociedade, ocorria na vivência cotidiana, sem que se materializasse a formalização de práticas de ensino. Por outro, a educação intelectual e humanística estava organizada de forma a ser direcionada para a elite da população nacional, visando formar os brasileiros que fossem oriundos das camadas sociais mais elevadas.

2.2 O Brasil e a trajetória do ensino técnico profissionalizante

O advento do ensino técnico-profissional no Brasil foi marcado pelo contexto do Império, seguido da Primeira República (1889–1930), quando já figuravam indícios do capitalismo liberal, movido pelos intentos de expansões produtivistas praticados por países europeus. Dessa forma,

[...] com o falecimento de Afonso Pena, em julho de 1909, Nilo Peçanha assume a Presidência do Brasil e assina, em 23 de setembro de 1909, o Decreto nº 7.566, criando, inicialmente em diferentes unidades federativas, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, dezenove “*Escolas de Aprendizes Artífices*”, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito. (BRASIL, 2007, p. 2)

Surge assim, no século passado, a Rede Federal de Educação, na gestão do então Presidente da República Nilo Peçanha, que assina em 23/09/1909 o decreto 7.566, criando dezenove Escolas de Aprendizes e Artífices, dentre as quais dezoito são instaladas nas capitais e uma na cidade de Campos, no interior do estado do Rio de Janeiro. A Escola de Aprendizes tinha uma educação voltada para o trabalho, para uma formação profissional, objetivando a aquisição de uma profissão, de um ofício, criando profissionais obedientes e qualificados para assumirem postos na indústria do país.

Portanto, houve, ao longo do tempo, a criação de várias instituições de ensino, dentre elas: as Escolas de Aprendizes e Artífices, os Liceus Industriais, as Escolas Industriais Federais e Técnicas, as Escolas Técnicas Federais, as Escolas Agrotécnicas Federais, as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).

Com a criação das escolas de Aprendizes Artífices, o Brasil passava a sinalizar para uma mudança de posicionamento em relação à educação profissional do país, visando atender às necessidades emergentes advindas dos empreendimentos provenientes dos campos da indústria e da agricultura. Com sopros de industrialização e na modernização de suas relações de produção, o país carecia de posições mais efetivas por parte dos dirigentes a fim de buscar normatizar a educação do Estado.

Desde a sua criação, as referidas escolas vêm passando por inúmeras transformações, recebendo inclusive diversas denominações até chegarem à sua constituição atual, sendo alteradas por uma série de leis e decretos que promoveram mudanças significativas em sua abrangência e funcionamento. A primeira delas ocorre em 1937, com a Lei 378, que transforma as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais, agora destinados a formar profissionais em todos os ramos e graus. Meia década depois, em 1942, o decreto-lei de nº 4.127 determinava que os Liceus Industriais agora seriam transformados em Escolas Técnicas e Escolas Industriais Federais: “essas escolas passaram a oferecer formação profissional em nível equivalente ao secundário e, a partir de então, se iniciou o processo de inserção do ensino industrial à estrutura do ensino formal do país” (ROCHA, 2014, p. 22).

Quase uma década e meia depois, no ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em Autarquias e passam a receber o nome de Escolas Técnicas Federais, gozando de autonomia didática e também de gestão, atuando prioritariamente nas áreas da indústria e do serviço.

Durante o governo Juscelino Kubitschek a educação profissionalizante passou por um período de expansão, com as instituições federais passando à condição de autarquia, adquirindo autonomia didática e de gestão. Nesse período (1956-1961), foram criados diversos centros para educação agrícola e industrial. (CAMPOS, 2017, p. 501)

Já em 1967, os estabelecimentos da Rede Federal de Educação foram ampliados, graças à transferência dos órgãos de ensino ligados ao Ministério da Agricultura para o MEC. (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p. 77). Essa decisão influenciou de forma positiva na ampliação de Cursos Técnicos nas áreas agrícolas, agora também ofertados nas novas Escolas Agrícolas Federais. Em 1978, é publicada a Lei nº 6.545, postulando que as Escolas Técnicas de Minas Gerais, do Paraná e do Rio de Janeiro são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica, tendo a autonomia para ministrar ensino superior, “passando a ofertar cursos de Graduação e Pós-graduação, visando a formação de engenheiros industriais, tecnólogos e professores para o ensino do 2º grau e formação tecnológicos além dos tradicionais cursos técnicos (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p. 84).

2.3 A Rede Federal de Educação e o Neoliberalismo

Com a influência dos Organismos Multilaterais, tais como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), inúmeras reformas educacionais ascenderam, correspondendo ao sistema produtivista. Para Souza e Assunção (2017), essas influências são decorrentes da subordinação do Estado a esses organismos, pois, ao serem dependentes de seus financiamentos para projetos, devem estar em sintonia com as ideologias e recomendações dessas organizações internacionais.

Ao longo das décadas de 1980 e, especialmente, 1990, houve uma significativa diminuição da importância estatal, em que o Estado reduziu seu protagonismo em diversas áreas. Esse movimento teve reflexos na área da educação, expandindo o ensino privado. Apesar das melhorias alcançadas no ensino fundamental, em relação ao ensino profissional e superior, o modelo adotado era excludente.

Segundo as afirmações de Souza e Assunção (2017):

Nas décadas de 1980 e 1990, o modelo neoliberal integrou a educação brasileira, vinculando suas funções às necessidades do mercado, além de preconizar o “compromisso com a criação de uma escola moderna, atualizada, comprometida com o mercado de trabalho, ou seja, orientada para sobreviver às novas demandas no mundo globalizado e competitivo” (SOUZA; ASSUNÇÃO, 2017, p. 54).

A Constituição Federal de 1988 incorporou em seu texto várias das propostas elaboradas pelo Fórum em Defesa da Educação e explicitadas na Carta de Goiânia (1986), ampliando a responsabilidade da esfera pública na garantia da educação para todos (SAVIANI, 1999). Entendemos como parte desse mesmo processo as discussões e propostas direcionadas à elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), dessa vez orientada pela Constituição Federal.

Em 1994, a Lei nº 8.948 instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, o que fez com que as Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais fossem gradativamente transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), mas esse dispositivo legal só viria a

ser regulamentado em 1997, após a publicação do Decreto nº 2.406. Em 1996, a Educação recebe seu marco legal a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), pioneira em utilizar a expressão “educação profissional”, já que majoritariamente recebia uma característica generalista.

No ano de 1997, é publicado o decreto de nº 2.208, voltado à regulamentação da educação profissional e evidenciando a separação do ensino técnico e médio, exposto em seu Art. 5º, ao afirmar que “a educação de profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio”. Em 1998, com a publicação da Lei nº 9.649, iniciou-se um período crítico de estagnação da Rede Federal de Educação Profissional, a partir da limitação de seu texto, imposta através da inclusão de um novo parágrafo ao Art. 47 da Lei 8.948/94, ao pontuar que a expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderia ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais.

Ao longo dos mandatos do Governo Fernando Henrique Cardoso, tendo sua primeira gestão entre 1995 e 1998 e a segunda de 1999 a 2002, o país passou por inúmeras transformações no âmbito da administração pública, tendo como norte a reforma do Estado. Em seus mandatos, foram adotadas medidas que se refletiram na educação com os seguintes aspectos: afastamento do Estado como agente financiador da educação, privatização das instituições públicas de ensino e o abandono da Rede Federal de Educação. Essas problemáticas se tornaram marcas desse governo, e contribuíram de forma negativa no processo de desenvolvimento econômico e social do país (SILVEIRA, 2009).

Tais aspectos propõem uma ideia de neoliberalismo na educação, que tem sido gradativamente transformada em mercadoria. A ampliação da rede privada de ensino elege a Educação como um negócio, podendo ser algo extremamente lucrativo, pois o aluno passa a ser visto como cliente e como consumidor. Quem adquire a educação como produto passa a estar convicto que está investindo em si próprio e, por assim dizer, comprando sua ascensão social.

O novo modelo da economia global toma largo alcance para a educação, principalmente as mudanças relacionadas ao mercado de trabalho. No modelo capitalista a educação era pensada a partir da formação de sujeitos disciplinados, a partir da força de trabalho qualificada. Já o modelo neoliberal prega que a educação ainda mantenha sujeitos disciplinados, mas amplia essa

demanda para trabalhadores com capacidade de resposta rápida, que saibam trabalhar em equipe, que sejam competitivos, criativos, que saibam trabalhar com alta demanda de produção. (RAASCH; FILISBINO; BRAATZ., 2017, p. 4).

2.4 O Brasil e a retomada do Desenvolvimento da Educação

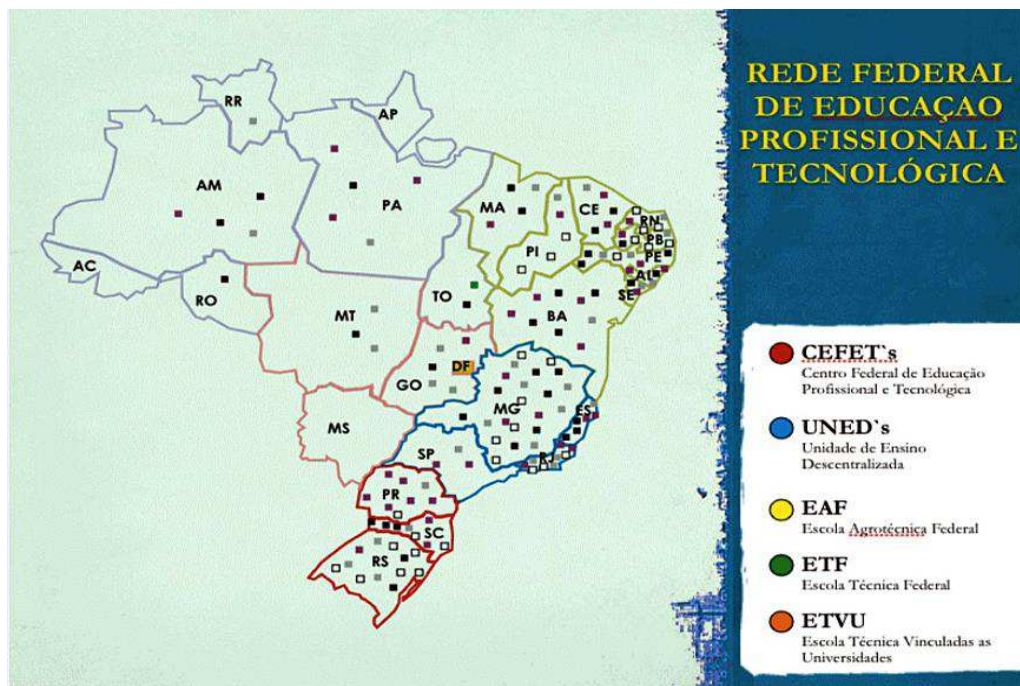
Como exposto no capítulo anterior, o desenvolvimentismo é um conjunto de ideias e práticas efetivas e deliberadas por parte do governo central, que são expressas como projeto de nação. A partir de sua chegada à Presidência da República em 2002, o governo do presidente Lula passa a promover ações que assim o caracterizam, como o Programa Bolsa Família, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o qual iremos nos deter.

No ano de 2005, já no terceiro ano do seu primeiro mandato, o então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva dá início à expansão da Rede Federal de Educação Profissional e tecnológica, o processo teve início quando Lula revoga, através da lei 11.195, de 18 de novembro de 2005, a proibição da criação de novas unidades federais de ensino profissional que estava previsto na lei 8.948/94, ao expressar a seguinte assertiva em seu parágrafo 5º:

A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino (BRASIL, 1994)

É importante ressaltar que entre os anos de 1909 a 2002, ou seja, em quase um século, o Brasil dispunha de 140 instituições de ensino profissional e técnico espalhadas por várias unidades da federação, de acordo com o Ministério da Educação (MEC), sendo possível observar na figura abaixo quem nem todos os estados brasileiros tinham essas instituições ao seu dispor. A partir das informações que subseqüentes, é possível observarmos e analisarmos a evolução da Rede técnica Federal de Educação nesses mais de cem anos de sua existência

Figura 02: A Rede Federal de Educação antes da expansão



Fonte: MEC (2021)

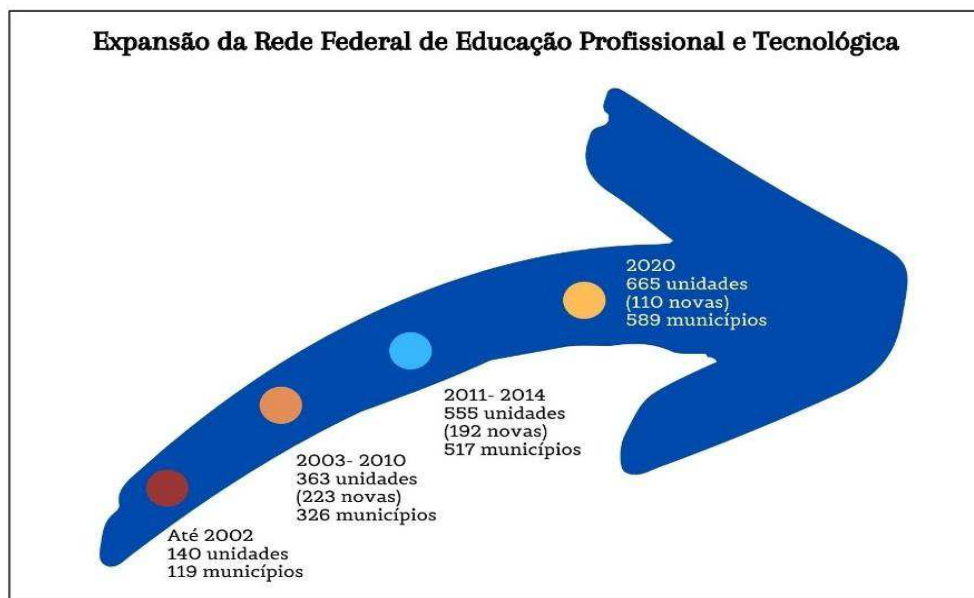
A então tímida representatividade das escolas de ensino técnico e profissional no país levou o Governo Federal a elaborar um plano para expandir essas unidades, que foi organizado em três fases: a ampliação da distribuição espacial, a cobertura das instituições de ensino e, consequentemente, facilitar o acesso da população à Educação Tecnológica e Profissional (EPT) no país (BRASIL, 2021). De acordo com o MEC (BRASIL, 2020), o processo de expansão das instituições federais de educação profissional e tecnológica iniciou-se quando o governo federal revogou, por meio da Lei nº 11.195, de 18 de Novembro de 2005, a proibição de criação de novas unidades de ensino profissional federais prevista no § 5º do Art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.

A primeira fase priorizou inicialmente a construção de escolas em unidades da federação que ainda eram desprovidas destas instituições, em estados como Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, além da instalação de instituições federais de educação profissional nas periferias de grandes centros urbanos e municípios do interior. Nessa primeira fase do plano, o projeto previu a criação de 05 escolas técnicas federais e de 04 escolas agrotécnicas federais, bem como a implantação de 33 novas unidades de ensino descentralizadas, contemplando 23

unidades da federação com a instalação de pelo menos uma instituição federal de educação tecnológica.

Na segunda fase, que teve início em 2007, foi estabelecida como meta a criação, para os próximos quatro anos, de mais 150 novas instituições, que foram distribuídas pelos 26 estados e no Distrito Federal, alcançando, assim, mais 150 municípios diferentes, que, segundo o MEC, foram escolhidos pelo próprio Ministério, atendendo solicitações de interesse manifestadas pelas prefeituras municipais. Iniciada em 2011, a terceira fase promoveu um projeto de criação de 208 novas unidades até 2014, totalizando 562 instituições espalhadas por todo o país, com o propósito de superar as desigualdades regionais e viabilizar condições de acesso a cursos de formação profissional e tecnológica, como é possível observamos:

Figura 03: Expansão da Rede Federal de Educação



Fonte: MEC, elaborado pelo autor (2021)

A figura 03, evidência não só a consolidação da expansão da rede federal de educação pelo país, mas a clara e manifesta decisão do Governo Federal em disseminar significativamente os campi em todo território nacional, tendo saído de 119 municípios atendidos em 2002, para chegar no ano de 2020 ao expressivo número de 589 municípios contemplados por essa política pública.

No ano de 2007, durante o processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o governo do Presidente Lula lança o Plano de Desenvolvimento da Educação, que objetivou, dentre outras intervenções, propor a reorganização das instituições da rede federal para a educação profissional e a retomada de sua gradual valorização, que havia sido desprestigiada pelo Governo FHC. O modelo sugerido pelo Plano foi o dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET). Instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que agora passa a ser conhecida também como Rede Federal, promove um marco na ampliação, interiorização e diversificação da educação profissional e tecnológica no país. Parte integrante do sistema federal de ensino vinculado ao Ministério da Educação, a Rede Federal foi instituída pela reunião de um conjunto de instituições (BRASIL, 2009):

I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais);

II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;

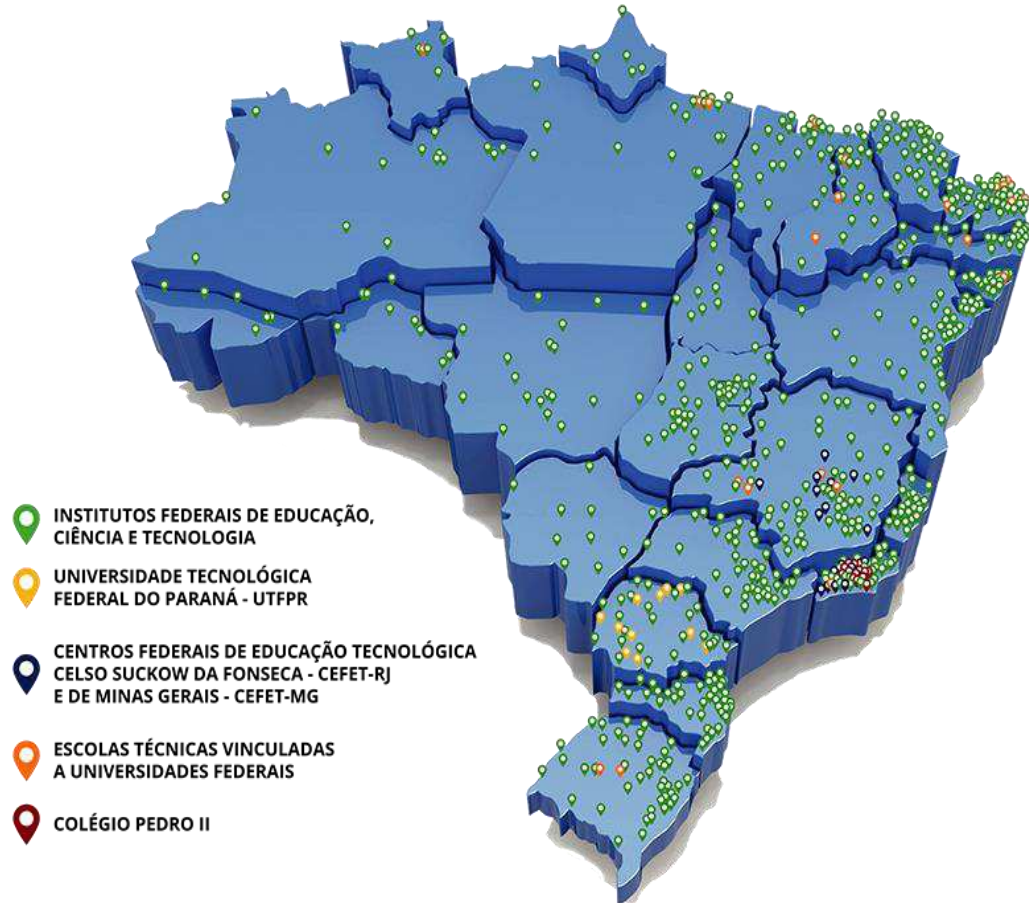
III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG);

IV - Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais;

V - Colégio Pedro II.

De acordo com o Ministério da Educação, até 2021 a Rede Federal estava composta por 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Considerando os respectivos campi associados a essas instituições, tem-se ao todo 661 unidades, distribuídas entre as 27 unidades federadas do país. Onde o mapa disposto logo abaixo, nos dá uma visão panorâmica dessa distribuição espacial dos Institutos Federais na atualidade.

Figura 04: Distribuição espacial da Rede Federal de Educação



Fonte: MEC - 2021

Dessa forma, o então governo sinalizava para um fortalecimento da Educação em um desenvolvimento proposto pelo Estado. A aurora da nova institucionalidade, com objetivos e finalidades estabelecidos pela nova legislação, contidos no decreto nº. 9.095, de abril de 2007, e na Chamada Pública 002/2007, de dezembro de 2007, se consolidou por meio da lei nº. 11.892, sancionada em 2008, que estabeleceu novos elementos e novos atores, que passaram a vigorar no desenvolvimento da educação profissional do país.

As categorias educação, profissionalização e desenvolvimento socioeconômico sempre foram motivos de muitas discussões, principalmente no que diz respeito à formação técnica profissional requerida pelas demandas do mercado, muitas vezes, justificadas pelos projetos de desenvolvimento das

nações. Recentemente, esse processo ocorreu de forma acelerada, onde novas unidades de ensino foram implantadas, tendo como proposta político melhor distribuir a educação técnica e profissional por todo país, proporcionando o ressurgimento da educação profissional como política pública de desenvolvimento nacional e permitindo a inclusão de jovens e de trabalhadores no mercado de trabalho (STUNPF, 2016, p. 35).

De acordo com Furtado (1979, p. 178), “[...] o desenvolvimento se apresenta como um processo de modificação nas estruturas e como uma expansão do fluxo da renda real por unidade do fator de trabalho”. Nesse sentido, percebemos que:

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia configuram-se como importância substantiva no atual cenário da Educação Brasileira, com potencial inclusive de demarcar como inovação exitosa seu modelo de institucionalidade e, a partir da educação profissional e tecnológica influenciar positivamente no desenvolvimento socioeconômico das regiões onde atuam (ANDRADE, 2014, p. 16).

Com cada vez mais relevância, a Educação Profissional e Tecnológica assume função estratégica para a construção da cidadania e para uma melhor introdução dos jovens brasileiros no mercado trabalho e na sociedade. Mais do que gerar emprego e renda, também é uma ferramenta muito importante para a redução das desigualdades sociais e a consolidação do processo de cidadania. Ocupa, ainda, uma posição educacional estratégica no país, junto com outras políticas públicas que visam o desenvolvimento social e econômico da população brasileira, sobretudo os que são oriundos de classes sociais menos favorecidas economicamente. O quadro abaixo ilustra como a expansão e a distribuição da Rede Federal de Educação tem ocorrido, nos permitindo perceber a dinâmica de seu crescimento em busca de uma maior equidade em distribuição espacial, bem como a tentativa de redução das desigualdades regionais.

O quadro 01 destaca a expansão da Rede Federal não apenas nas unidades da federação, mas também a sua evolução pelas regiões geográficas brasileiras, oportunizando uma visão mais ampla do processo e uma maior compreensão de como intensificou, sobretudo a partir do ano de 2003, que coincide com a chegada do Presidente Lula e do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República. Com isso, também a decisão em retomar o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica, em todas as regiões do país:

Quadro 01: Evolução da Rede Federal de Educação do Brasil, por região e unidade da federação (1909 a 2020)

| UF/REGIÃO | FASES | | | | | TOTAL |
|---------------------|------------|------------|------------|-----------|-----------|------------|
| | 1909-2002 | 2003-2010 | 2011-2014 | 2015-2016 | 2017-2020 | |
| Distrito Federal | 0 | 2 | 8 | 0 | 0 | 10 |
| Goiás | 6 | 7 | 8 | 5 | 0 | 26 |
| Mato G. do Sul | 0 | 1 | 9 | 0 | 0 | 10 |
| Mato Grosso | 3 | 7 | 4 | 5 | 0 | 19 |
| Centro-Oeste | 9 | 17 | 29 | 10 | 0 | 65 |
| Alagoas | 4 | 0 | 10 | 3 | 0 | 17 |
| Bahia | 9 | 17 | 4 | 6 | 1 | 37 |
| Ceará | 5 | 17 | 8 | 1 | 1 | 32 |
| Maranhão | 4 | 10 | 12 | 2 | 3 | 31 |
| Paraíba | 6 | 6 | 7 | 5 | 0 | 24 |
| Pernambuco | 8 | 6 | 10 | 0 | 0 | 24 |
| Piauí | 5 | 9 | 6 | 3 | 0 | 23 |
| Rio G. do Norte | 5 | 12 | 4 | 2 | 1 | 24 |
| Sergipe | 3 | 0 | 4 | 2 | 0 | 9 |
| NORDESTE | 49 | 77 | 65 | 24 | 6 | 221 |
| Acre | 0 | 1 | 4 | 1 | 0 | 6 |
| Amazonas | 4 | 6 | 4 | 1 | 2 | 17 |
| Amapá | 0 | 0 | 4 | 2 | 0 | 6 |
| Pará | 6 | 6 | 7 | 1 | 0 | 20 |
| Rondônia | 1 | 4 | 2 | 2 | 1 | 10 |
| Roraima | 1 | 1 | 3 | 1 | 0 | 6 |
| Tocantins | 2 | 4 | 2 | 3 | 1 | 12 |
| NORTE | 14 | 22 | 26 | 11 | 4 | 77 |
| Espírito Santo | 6 | 11 | 3 | 1 | 1 | 22 |
| Minas Gerais | 22 | 19 | 14 | 17 | 1 | 73 |
| Rio de Janeiro | 9 | 18 | 5 | 6 | 12 | 50 |
| São Paulo | 3 | 18 | 14 | 2 | 0 | 37 |
| SUDESTE | 40 | 66 | 36 | 26 | 14 | 182 |
| Paraná | 8 | 13 | 10 | 6 | 0 | 37 |
| Rio G. do Sul | 12 | 12 | 16 | 5 | 0 | 45 |
| Santa Catarina | 8 | 16 | 10 | 3 | 1 | 38 |
| SUL | 28 | 41 | 36 | 14 | 1 | 120 |
| BRASIL | 140 | 223 | 192 | 85 | 25 | 665 |

Fonte: MEC/SETEC/Plataforma Nilo Peçanha (2021)

No quadro acima, fica clara a evolução espacial da Rede Federal de Educação Tecnológica por todo território nacional e que acontece durante os Governos do Presidente Luís Inácio Lula da Silva e da Presidenta Dilma Rousseff. É importante destacar que a volúpia no crescimento da rede tem como elemento propulsor a expansão dos Institutos Federais, que, por meio do processo de interiorização, alarga por todo país o “tecido social” (PACHECO, 2011) e a transforma de maneira sensível em uma das mais importantes estruturas públicas, com potencial indutor do desenvolvimento local e regional, possibilitando a resolução de demandas sociais.

A fim de expor de forma simples e clara, montamos o quadro 01 dividido em 05 partes: a primeira, que compreende o período de 1909 a 2002 (Pré-Expansão); a segunda, que abrange o que muitos intitulam como a primeira fase da expansão, de 2003 a 2010 (fase 01); a terceira, compreendida entre 2011 e 2014 (fase 2); a quarta, que engloba o espaço de tempo de 2015 a 2016 (fase 3) e, pôr fim, a última etapa, que se estendeu de 2017 a 2020 (fase 4). Percebemos, no entanto, que as fases inicialmente estabelecidas pelo MEC/SETEC para a expansão dos IF's não coincidem exatamente com o espaço temporal das fases que acabamos de citar e que discutiremos a partir deste momento.

No ano de 2002, a Rede Federal de Educação Tecnológica do Brasil, como está disposto no quadro 01, contava apenas com 140 unidades, o que retrata bem a pouca importância dada a essa ação, que neste momento já contava com quase um século de existência. Podemos ressaltar, além disso, que alguns estados da federação, como Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal, ainda não dispunham em seus limites geográficos de nenhuma unidade para a educação profissional e tecnológica.

A Fase 1 (2003-2010) da política de expansão teve como principal objetivo a criação de Escolas Técnicas Federais, visando a formação e qualificação profissional com o intuito de dar atenção prioritária aos estados que ainda não dispunham destas instituições e outras unidades, com ênfase nas periferias dos grandes centros urbanos. Outro ponto a ser alcançado seriam os municípios interioranos e distantes dos grandes centros, a fim de que os cursos ofertados fizessem articulação com as potencialidades locais, propiciando o atendimento a esse mercado de trabalho.

Uma posterior ação e que merece destaque foi a decisão de criar um Instituto Federal em cada cidade-polo do país. De acordo com Tavares (2012), para realizar a escolha dessas cidades foram utilizados os seguintes critérios: distribuição equilibrada dos novos campi; abrangência do maior número possível de mesorregiões; relação com as características e produção local; infraestrutura física existente e a possibilidade de estabelecimento de parceria entre instituto e sociedade local.

Com base nas afirmações do quadro 01, observamos que nesta primeira fase foram criados 223 campi, distribuídos em todas as regiões do país. Aqui, apontamos como destaque a região Nordeste no que se refere ao quantitativo de novas unidades, encabeçando a fila com a criação de 77 novas unidades, passando de 49 escolas técnicas em 2002, para 126 em 2010, tendo 215 campi até o ano de 2016, o que resulta em um total de aproximadamente 33% da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 02: Evolução da Rede Federal de Educação na Região Nordeste

| UF/REGIÃO | FASES | | | | | TOTAL |
|-----------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| | 1909-2002 | 2003-2010 | 2011-2014 | 2015-2016 | 2017-2020 | |
| Alagoas | 4 | 0 | 10 | 3 | 0 | 17 |
| Bahia | 9 | 17 | 4 | 6 | 1 | 37 |
| Ceará | 5 | 17 | 8 | 1 | 1 | 32 |
| Maranhão | 4 | 10 | 12 | 2 | 3 | 31 |
| Paraíba | 6 | 6 | 7 | 5 | 0 | 24 |
| Pernambuco | 8 | 6 | 10 | 0 | 0 | 24 |
| Piauí | 5 | 9 | 6 | 3 | 0 | 23 |
| Rio G. do Norte | 5 | 12 | 4 | 2 | 1 | 24 |
| Sergipe | 3 | 0 | 4 | 2 | 0 | 9 |
| NORDESTE | 49 | 77 | 65 | 24 | 6 | 221 |

Fonte: MEC/SETEC/Plataforma Nilo Peçanha (2021)

É possível observar no quadro acima que no período de 2017-2020 a região teve o pior desempenho no que se refere a expansão da Rede Federal de Educação, agregando nesse recorte apenas 06 novas unidades, o que representa em números o pior resultado desde que a expansão liderada pelos governos do Partido dos Trabalhadores teve início, no ano de 2005. Quando nos reportamos aos estados, Minas Gerais é o que ocupa o primeiro posto entre as unidades da federação, com 19 novos campi construídos nesta primeira fase da expansão.

Na fase 2 (2011-2014), o projeto de expansão já se mostrava consolidado e foram construídos mais 192 campi, que, somados com os da 1ª fase, chegam ao expressivo número de 415 novas unidades em pouco mais de uma década. Ao passo que as unidades dos Institutos Federais foram implantadas e inauguradas, novas solicitações por todo país começavam a chegar e alterações no cronograma e nos quantitativos precisaram sofrer alterações.

De acordo com Silva (2018):

Conforme a expansão dos IF's avançava autoridades políticas regionais (governadores, deputados estaduais e prefeitos) exerciam pressão sobre os políticos da esfera federal (ministros, secretários, deputados federais, senadores) em busca do maior número possível de unidades de ensino para seu estado ou região (SILVA, 2018, p. 63).

Para atender a essa nova demanda, o MEC teve que ampliar o número projetado inicialmente para a construção de novas instituições, alteração que provocou e ainda provoca divergências entre os números reais que compõem essa fase da expansão e que também causa discordância de quantitativos na fase seguinte do processo. Destarte, é possível observar que, em números totais, nessa fase o Nordeste continuou a ser a região que recebeu o maior número de instituições, com um total de 65 novas unidades, mas, com relação a percentuais, nenhuma região conseguiu superar o Norte, que recebeu 29 novos campi, mais que dobrando o número de institutos ali existentes, que, somando as duas fases anteriores, apresentava apenas 26 campi. Ao buscarmos esses quantitativos por unidades da federação, constatamos que o estado do Rio Grande do Sul recebeu, dentro de suas delimitações estaduais, 16 novas unidades da Rede Federal de Educação Tecnológica e Profissional.

Na fase 3 (2015-2016), é perceptível que foi dado prosseguimento à expansão dos campi dos Institutos Federais, mas já se observa que o crescimento não tem o mesmo vigor

apresentado nas fases anteriores. Segundo Silva (2018, p. 63), as informações constantes no relatório de gestão da Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC) apontam para a implantação de 60 novas unidades de ensino a cada ano, durante a vigência do próximo Plano Nacional de Educação (2011 a 2020), levando a Rede Federal à configuração de 1.000 unidades até o final da década. Para que o plano pudesse ser concretizado, seriam necessários investimentos anuais da ordem de R\$ 600 milhões, para as ações de construção e aquisição de equipamentos, e de R\$ 200 milhões para despesas com pessoal (MEC/SETEC, 2011).

O quadro 01 destaca que a fase 3 acrescentou nesses últimos quatro anos um total de 85 novos campi, retratando um certo arrefecimento em sua trajetória de avanço na construção e na criação de novas unidades. É importante frisar que nessa fase, ainda que mais curta que as demais, nenhuma região conseguiu igualar em números totais as fases anteriores ou muito menos superá-las. No entanto, podemos citar como única evolução significativa o estado de Minas Gerais, com o surgimento 17 novas unidades da Rede Federal. Neste ponto, acreditamos ser válido relatar que o último ano dessa fase coincide com o conturbado e controverso processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff³.

A fase 4 (2017-2020), última etapa de nossa análise, é apontada como o pior desempenho da expansão da Rede Federal de Educação, somando nesses últimos 4 anos apenas 25 novas Instituições Federais. Coincidentemente, nesse espaço de tempo tivemos no comando central do país o Presidente Michel Temer (2017-2018) e Jair Messias Bolsonaro, governando os últimos dois anos (2019-2020). Inegavelmente, existe no atual período político uma mudança de postura do Governo Federal com relação a importância dada aos Institutos Federais e a Rede Federal de Educação.

Concordamos com Frigotto e Oliveira (2021), ao afirmarem que a educação pública brasileira vive um contexto de arrochos e cortes em seu financiamento, e que as medidas que vêm sendo implantadas tendem a produzir mais cortes nas unidades da Rede Federal. É preciso acompanhar com atenção as medidas que estão sendo tomadas pelo Governo Federal em

³ A sociedade brasileira ficou polarizada entre duas correntes: os que eram favoráveis à tese de crime de responsabilidade e os que caracterizavam esse movimento como golpe de estado. Após o término do processo no Senado, em 31 de agosto de 2016, que retirou Dilma da presidência por 61 votos a favor contra 20, apontou-se que aspectos econômicos e políticos foram preponderantes na decisão dos congressistas muito mais do que propriamente as implicações jurídicas das denúncias contra Dilma. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/impeachment-de-dilma-rousseff/>.

detrimento aos IF's e da rede como um todo, medidas que visam promover alterações em partes específicas da Lei 11.892/98, que criou os institutos. Segundo o que apontam Frigotto e Oliveira (2021), baseado nas últimas ações sinalizadas pelo Ministério da Educação, é possível vislumbrar que:

Além de atacar o ensino médio integrado, que vem alcançando resultados positivos sob diversos aspectos, à proposta representa um retrocesso na criação dos IF's, uma vez que a formação profissional integrada e omnilateral dará lugar a cursos de capacitação que tenderão a ser mais superficiais, parciais e aligeirados (FRIGOTTO; OLIVEIRA, 2021, p. 2)

Entre as ações pretendidas pelo Governo Federal, merece atenção o fato da ampliação em 75% das matrículas que agora serão destinadas aos cursos técnicos e o abandono da oferta prioritária para os cursos técnicos integrados ao ensino médio, sinalizando uma tendência de ampliar a ofertas de cursos subsequentes ou concomitantes. Vale ressaltar que os Institutos Federais devem cumprir seus objetivos constitucionais, descritos no Art. 8º da Lei de nº 11.982/2008:

No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea *b* do inciso VI do caput do citado art. 7º (BRASIL, 2008)

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com 100% de gratuidade e pouco mais de 110 anos, completados exatamente no dia 23 de setembro de 2019, ainda é motivo de comemoração, embora a atual conjuntura política do país tenha deixado todos temerosos com o futuro dos Institutos, sobretudo na qualidade dos serviços ofertados, haja vista os constantes cortes de verbas que incidem sobre essas instituições, apresentando-se como fator de preocupação aos que estão inseridos no processo.

Ter uma infraestrutura adequada em nossas escolas, quadros de profissionais professores valorizados e capacitados, uma diversidade de materiais pedagógicos, uma

comunidade ativa e participante da vida escolar parece ser uma receita fadada a dar bons frutos para a nossa educação, muito embora reunir todos esses ingredientes e fazê-los funcionar não parece ser uma tarefa fácil. No entanto, não é impossível, desde que todos os envolvidos no processo educacional e, em especial os professores, estejam sempre na mesma sintonia, o que também não é simples de acontecer.

No momento, apesar das incertezas e das limitações impostas pelo atual governo, a educação profissional e tecnológica ministrada principalmente nos Institutos Federais de Educação, dotados de reconhecida infraestrutura e qualificação elevada de seu corpo docente, vive um momento diferenciado e goza de excelente repercussão em âmbito nacional, em que acumulou uma experiência significativa e experimentou as mais diversas mudanças, buscando se aproximar do mundo de trabalho e das necessidades do cidadão.

3 O ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE NA PARAÍBA, NO SERIDÓ ORIENTAL PARAIBANO E AS CARACTERÍSTICAS REGIONAIS

Neste capítulo, realizamos uma abordagem histórica sobre a implantação e evolução do IFPB no estado da Paraíba. Assim, buscamos apresentar as denominações que o Instituto recebeu ao longo desses mais de 110 anos, bem como apontar as principais características de cada uma delas, conforme os respectivos períodos de vigência. Visando conhecer a dinâmica de sua expansão, refletimos acerca da disposição espacial dos campi pelo estado, como se desenvolveram as etapas do processo de expansão da Rede Federal de Educação nas fronteiras paraibanas e sua interiorização. Para compreender a dinâmica geográfica e o contexto onde estamos inseridos, promovemos uma abordagem das principais características que envolvem a Microrregião do Seridó Oriental Paraibano, da Mesorregião da Borborema e do semiárido brasileiro, onde ambas estão inseridas.

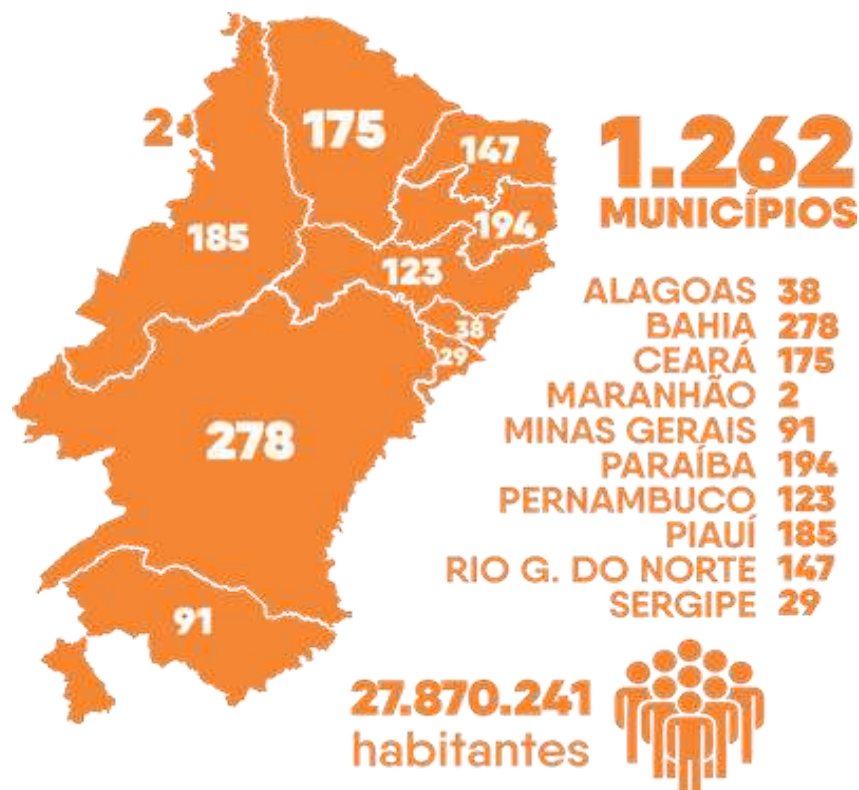
Já em sua primeira fase, criada no ano de 2005, o plano de extensão da Rede Federal de Educação, deixou clara a intenção de levar os institutos não apenas às capitais dos estados, mas também aos municípios interioranos. Claramente, o intuito é desenvolver outras regiões que não fossem apenas as capitais estaduais ou regiões em seu entorno. A nova política foi direcionada também para áreas mais afastadas dos grandes centros populacionais e econômicos do país.

De acordo com o IBGE (2000), as mesorregiões e as microrregiões foram criadas sobretudo com um propósito estatístico, justamente por não se caracterizar como uma unidade política ou administrativa. Para Silva (2018), trata-se de uma regionalização, que envolve uma subdivisão dos estados brasileiros em áreas geográficas com semelhanças socioeconômicas. Por essa finalidade, são utilizadas como unidades de planejamento territorial e de estratégias de implementação de políticas públicas.

Acerca dos contornos geográficos, nossa pesquisa se debruçará sobre a microrregião do Seridó Oriental Paraibano, localizada na Mesorregião da Borborema, onde ambas estão encravadas em um contexto mais amplo, do semiárido brasileiro. Aqui, entendemos ser relevante realizar uma rápida abordagem a respeito de suas principais características, de modo a salientar que o semiárido não abrange apenas os estados que compõem geograficamente a

região Nordeste, e que nem todos os estados nordestinos delimitados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística podem ser abrangidos significativamente por suas características. A fim de ilustrar esse argumento, destacamos os estados de Minas Gerais e Maranhão (este último com apenas 02 municípios) respectivamente, como fica claro na figura abaixo:

Figura 05: Municípios do semiárido brasileiro



Fonte: INSA (2021)

De acordo com o Instituto Nacional do Semiárido (INSA⁴), o semiárido brasileiro, além de se estender pelos nove estados da região Nordeste, também ocupa a faixa norte do estado de

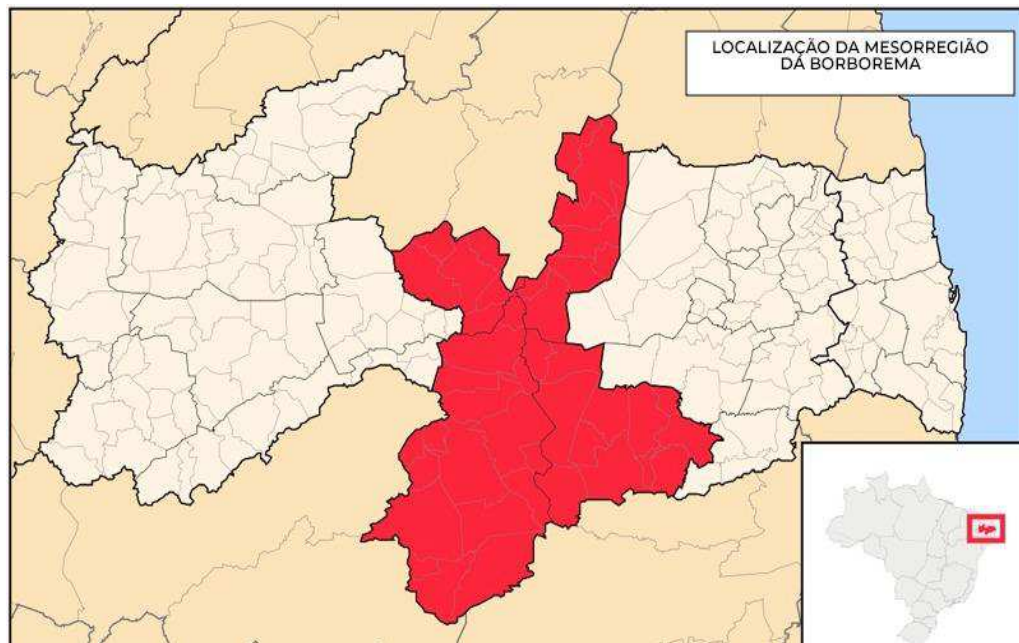
⁴ INSA - Instituto Nacional do Semiárido - criado pela Lei nº 10.860, de 14 de abril de 2004, é uma Unidade de Pesquisa com enfoque no Semiárido brasileiro, voltado para articular, realizar, promover e divulgar a Ciência, Tecnologia e Inovação como patrimônios universais para o bem da sociedade e, direcionado, ao Semiárido brasileiro

Minas Gerais, algo em torno de 12% do território brasileiro. Abriga em suas fronteiras cerca de 28 milhões de habitantes, dos quais 38% estão situados na zona rural da já mencionada região.

O semiárido brasileiro é comprovadamente um dos mais povoados do planeta, apesar de se tratar de uma região rica sob determinados aspectos, tais como: social, cultural, ambiental e econômico, suas adversidades climáticas, associadas às questões geográficas, fatores históricos e políticos que são centenários. Algumas dessas questões vêm impondo à sua população sérias dificuldades e limitações para seu desenvolvimento, deixando sua população ávida por políticas públicas efetivas que lhes possibilitem dias melhores.

Segundo Silva (2010), o semiárido brasileiro apresenta uma elevada dependência dos recursos naturais e os mais baixos indicadores sociais do país. No que se refere às atividades econômicas, ainda predominam os sistemas agrícolas explorados com baixa eficiência de produção, responsáveis por uma crescente degradação dos seus recursos naturais.

Antes de abordarmos sobre a microrregião que delimita nossa pesquisa, realizamos uma breve explanação da Mesorregião da Borborema, que contorna geograficamente nosso Seridó Oriental. A Mesorregião tem uma área de 15.572 km², é formada por 44 municípios localizados no Planalto da Borborema, entre o sertão e o agreste, que se agrupam em quatro microrregiões: o Cariri Ocidental, o Cariri Oriental, o Seridó Ocidental Paraibano e o Seridó Oriental Paraibano, que abrigam cerca de 316,900 mil habitantes. Tem como principais centros urbanos as cidades de Monteiro, Picuí, Juazeirinho e Santa Luzia e sua economia concentra-se na extração mineral, na produção de sisal e algodão e na pecuária de caprinos. Sua densidade demográfica é de 20,4 hab/km² e espelha as dificuldades enfrentadas pela população que vive nessa mesorregião, pois dada a escassez relativa de recursos naturais que a caracteriza, apresenta a menor densidade demográfica entre as zonas geoeconômicas do estado, com Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$ 10.348,91 (IBGE, 2019). A figura abaixo ilustra a posição geográfica da Mesorregião da Borborema dentro do estado da Paraíba e suas fronteiras com as demais Mesorregiões.

Figura 06: Mapa da Mesorregião da Borborema

Fonte: IBGE (2018)

Para tanto, a inserção de políticas públicas efetivas na região seria a ação mais óbvia para sanar ou pelo menos amenizar tamanhas dificuldades impostas pelas questões já citadas anteriormente. Nesse panorama, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia surgem como verdadeiros “oásis”, trazendo enormes expectativas para o desenvolvimento das regiões em que agora se apresentam.

Reconhecidamente, os Institutos são voltados para o apoio na formação para o trabalho e, após sua reformulação legal no ano de 2008, abarcam distintas finalidades, entre elas um forte incentivo para as Licenciaturas e intensa interiorização de suas unidades escolares. Segundo Andrade (2014), os Institutos Federais têm o desafio de identificar parcerias estratégicas e mobilizar os ativos locais, bem como explorar as potencialidades e oportunidades contidas em cada mesorregião em que estão situados:

Outros componentes da função social do IFPB são a geração, disseminação, transferência e aplicação da ciência e tecnologia visando ao desenvolvimento do estado a fim de que seja ambientalmente equilibrado, economicamente viável e socialmente justo, amplificando, assim, a sua contribuição para a melhoria e qualidade de vida de todos. (BRASIL, 2020, p. 9).

3.1 IFPB e o seu histórico de implantação na Paraíba

O Instituto Federal da Paraíba é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta da educação profissional e tecnológica vinculada ao Ministério da Educação, criada nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Possui natureza jurídica de autarquia e é detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. De acordo com a Lei 11.892/08, a administração dos Institutos Federais tem garantido, pelo Art. 9º da mesma lei, sua descentralização, informação que também está disposta em seu Regimento Geral.




Com mais de 110 anos de história, ou seja, uma instituição pública secular, o instituto federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba, recebeu ao longo do século XX e início do século XXI diversas denominações: 1ª) Escola de Aprendizes e Artífices (EAA), de 23 de setembro de 1909 à 14 de janeiro de 1937; 2ª) Liceu Industrial de João Pessoa (LIJP), de 15 de janeiro de 1937 à 26 de fevereiro de 1942; 3ª) Escola Industrial de João Pessoa (EIJP), de 27 de fevereiro de 1942 à 18 de junho de 1958; 4ª) Escola Industrial Cariolano de Medeiros (EICM), de 19 de junho de 1958 à 23 de agosto de 1965; 5ª) Escola Industrial Federal da Paraíba (EIFPB), de 24 de agosto de 1965 à 05 de junho de 1968; 6) Escola Técnica Federal da Paraíba (ETFPB), de 06 de junho de 1968 à 22 de março de 1999; 7) Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB), de 23 de março de 1999 à 29 de dezembro de 2008; 8) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), de 30 de dezembro de 2008 até os dias atuais.

Criada com o nome de Escola de Aprendizes e Artífices, em 23 de setembro de 1909, funcionou com essa denominação até o dia 14 de janeiro de 1937. Instituída pelo decreto do Presidente Nilo Peçanha, pretendia alfabetizar e iniciar no mundo do trabalho jovens pobres das periferias da então cidade de Parahyba do Norte (BRASIL, 2020). A Escola de Aprendizes ofertava, em seu nascedouro, apenas os cursos de alfaiataria, marcenaria, serralharia, encadernação e sapataria. É a partir desses moldes que tem início a história da educação tecnológica no estado da Paraíba.

Embora se trate de uma instituição centenária, a marca IFPB é bem jovem, contendo apenas 12 anos, sendo oportuno ressaltar que o Instituto Federal da Paraíba surge da junção entre

o Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB) e a Escola Agrícola Federal (EAF) de Sousa, e que ao longo desses pouco mais de 110 anos a instituição recebeu algumas marcas que a caracterizaram no decorrer de sua história, como retrata o quadro abaixo:

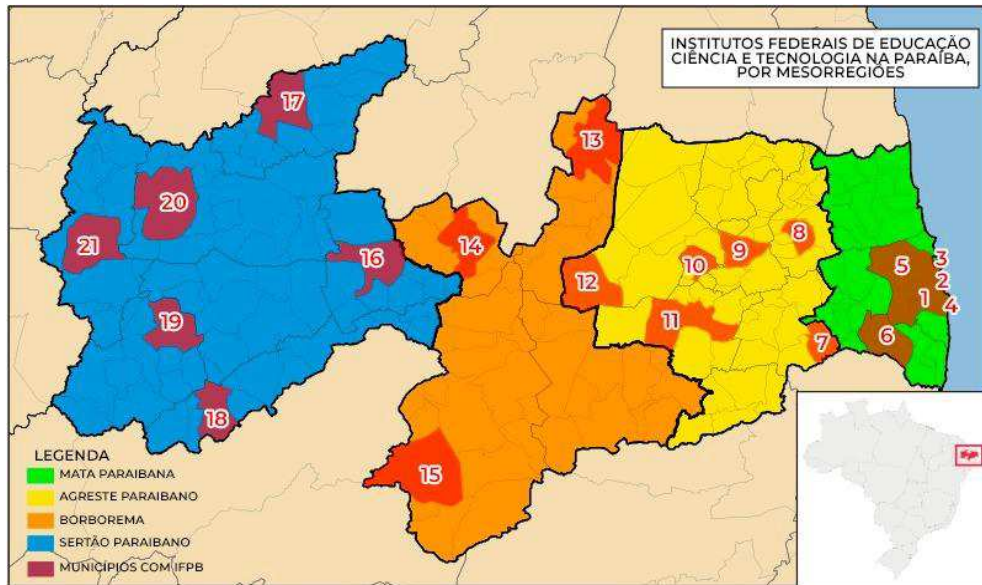
Quadro 03: Histórico das marcas da Educação Profissional e Tecnológica na Paraíba

| EAA | ETFPB Marca/institucional | CEFET-PB Marca/institucional | IFPB Marca/institucional |
|--------------------------------------|---|--|---|
| EAA LIJP EIJP EICM EIFPB |  |  |  |
| (1ª à 5ª denominação) 1909 a 1968 | (6ª denominação) 1968 a 1999 | (7ª denominação) 1999 a 2008 | (8ª denominação) A partir de 29/12/2008 |

Fonte: IFPB/PDI (2020)

O quadro acima mostra claramente que, para se chegar o formato atual, a Rede Federal de Educação vivencia quatro momentos bem distintos. O primeiro, que passa por sua gênese em 1909 e vai até o ano de 1968, sendo encabeçado pela Escola de Aprendizes e Artífices; o segundo, que se estenderá até o ano de 1999 e recebe o nome de Escola Técnica Federal da Paraíba, em que é possível observarmos uma marca institucional; o terceiro momento também oportuniza uma logo institucional, denominada de Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET – PB) e que assim será até o dia 29 de dezembro de 2008; por fim, o último momento compreende o final de 2008 até os dias atuais, a partir do Instituto Federal da Paraíba.

A figura abaixo ilustra como os campi do IFPB foram distribuídos por todas as mesorregiões do estado paraibano, deixando evidente a intenção de distribuir os institutos para regiões interioranas, buscando desenvolvê-las com base nas suas principais características e potencialidades:

Figura 07: Mapa de distribuição dos campi do IFPB por Mesorregião

| | | |
|---------------------------|---------------------------|----------------------------|
| 1. Campus João Pessoa | 8. Campus Guarabira | 15. Campus Monteiro |
| 2. Campus Cabedelo | 9. Campus Areia | 16. Campus Patos |
| 3. Campus Cabedelo Centro | 10. Campus Esperança | 17. Campus Catolé do Rocha |
| 4. Campus Mangabeira | 11. Campus Campina Grande | 18. Campus Princesa Isabel |
| 5. Campus Santa Rita | 12. Campus Soledade | 19. Campus Itaporanga |
| 6. Campus Pedras de Fogo | 13. Campus Picuí | 20. Campus Sousa |
| 7. Campus Itabaiana | 14. Campus Santa Luzia | 21. Campus Cajazeiras |

Fonte: PDI/IFPB (2020), elaborado pelo autor.

A figura acima detalha por Mesorregião como está a distribuição dos campi do Instituto Federal da Paraíba em todo o estado, permitindo assim, uma visão mais ampla e global de como está disposta sua a localização geográfica de cada Campus.

A Mesorregião da Mata Paraibana, entre outras características apontadas pelo IBGE (2020), é composta por uma população estimada em cerca 1.542,431 habitantes, o que a classifica como a mais populosa do estado; conta em seu território com a presença de 06 campi do Instituto Federal, que estão localizados nas cidades de João Pessoa (com dois campi, sendo um em mangabeira), Cabedelo (com duas unidades), Santa Rita e Pedras de Fogo.

Já na Mesorregião do Agreste Paraibano, que conta com 66 municípios e uma população estimada em 1.273,243 habitantes, tem à sua disposição 06 Institutos Federais, localizados nos municípios de Itabaiana, Guarabira, Areia, Esperança, Campina Grande e Soledade. A Mesorregião da Borborema, por sua vez, é composta por 44 municípios e tem a menor população entre as regiões que compõem o estado, que está estimada em 316,900 habitantes; conta também com o menor número de campi do Instituto Federal, apenas 03 em suas dependências, situados nos municípios de Picuí, Santa Luzia e Monteiro.

Já a Mesorregião do Sertão paraibano, área que concentra uma população estimada em cerca de 906,758 habitantes distribuídos por 83 municípios, possui 06 Campi do Instituto Federal da Paraíba, localizados nos municípios de Patos, Catolé do Rocha, Princesa Isabel, Itaporanga, Sousa e Cajazeiras.

Acima, detalhamos como os Campi do Instituto Federação de Educação, Ciência e Tecnologia estão distribuídos nas Mesorregiões do estado da Paraíba. Porém, para a composição da Rede Federal de Educação em nosso estado, é relevante observar a necessidade de reunir a esses Campi as Escolas Técnicas Vinculadas, que, de acordo com a Plataforma Nilo Peçanha (2021), são: A Escola Técnica de Saúde (ETS), vinculada à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), localizada na cidade de João Pessoa; o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN), vinculado também à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mais especificamente no Campus III da cidade de Bananeiras, e a Escola Técnica de Saúde de Cajazeiras (ETSC), vinculada à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), no Sertão Paraibano.

Formado por 21 campi do Instituto Federal da Paraíba e mais 03 escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais, a Rede Federal de Educação do estado da Paraíba é composta por 24 unidades físicas, no entanto é preciso destacar que, de acordo com Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Instituto ainda conta com os polos de ensino à distância, especificados mais detalhadamente na figura abaixo:

Figura 08: Mapa de atuação do IFPB

Fonte: IFPB (2020)

A figura acima, nos permite constatar que os campi estão distribuídos pelo território paraibano e atendem seus estudantes em 03 formatos distintos: totalmente presencial, à distância e presencial e unicamente à distância. Oferecem o ensino à distância os polos de Alagoa Grande, Araruna, Duas Estradas, Lucena, Mari, Pombal e Taperoá; nas cidades de Cabedelo (centro), Esperança, Itaporanga, Mangabeira, Santa Luzia e Santa Rita as aulas são totalmente presenciais; nos campi das cidades de Areia, Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Guarabira, Itabaiana, João Pessoa, Patos, Pedras de Fogo, Monteiro, Picuí, Princesa Isabel, Soledade e Souza o ensino se dá tanto presencial quanto à distância.

Apesar de desconhecido por boa parte da população, possivelmente por ser uma prática mais comum nas instituições de ensino privado, a Educação a Distância – EaD também é ofertada por Instituições públicas e pelo próprio Instituto Federal de Educação, como consta na figura 08. De acordo com o MEC, hoje são ao todo 140 Instituições públicas atendendo neste formato, outra informação relevante é que desde o ano de 2020 que o SISU passou a ofertar vagas para cursos de Educação a Distância, ampliando as possibilidades de ingresso nesses cursos através do ENEM.

A expansão dos Institutos Federais busca atender a três dimensões: a dimensão social, ao abranger municípios populosos com baixa receita per capita; a dimensão geográfica, interiorizando a oferta pública de educação profissional e ensino superior; e a dimensão de desenvolvimento, ao identificar e estimular arranjos produtivos locais. A tabela a seguir apresenta o panorama da expansão dos Institutos Federais de Educação no Brasil e no estado da Paraíba, desde a sua criação pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, em 1909, até o presente:

Tabela 01: Expansão da Rede Federal no Brasil e na Paraíba

| Ano | Brasil | Paraíba |
|-------------|---------------|----------------|
| 2002 | 140 | 03 |
| 2008 | 215 | 04 |
| 2010 | 363 | 09 |
| 2014 | 555 | 24 |
| 2018 | 659 | 24 |
| 2020 | 665 | 24 |

Fonte: MEC (2021), elaborado pelo autor

Torna-se evidente, a partir dessa expansão, uma crescente no número de Instituições Federais de Educação Tecnológica e Profissional, aliadas às novas possibilidades de atuação e as propostas político-pedagógicas que surgem desse processo, em que o caráter social é preponderante, emergindo a necessidade de uma nova institucionalidade. Como consequência, a criação dos Institutos Federais caracteriza a materialização desse novo projeto e pode ser compreendida como uma ação do governo, que visa inserir em maior evidência a educação profissional e tecnológica no cerne da sociedade.

Nesse sentido, os Institutos Federais fundamentam-se em uma ação integrada e referenciada na ocupação e no desenvolvimento do território, entendido como lugar de vida. (BRASIL, 2020, p. 21). Abaixo, montamos um quadro a fim de melhor detalhar como ocorreu o processo de expansão das três fases previstas pelo Governo Federal na Paraíba:

Quadro 04: Fases da Expansão da Rede Federal de Educação na Paraíba

| FASE | CIDADE | IMPLANTAÇÃO |
|----------|--------------------------|-------------|
| Primeira | Cajazeiras | Existente |
| | Campina Grande | Existente |
| | João Pessoa | Existente |
| | Souza | 29/12/2008 |
| Segunda | Cabedelo (centro) | 09/2009 |
| | Monteiro | 21/09/2009 |
| | Patos | 04/01/2009 |
| | Picuí | 23/09/2009 |
| | Princesa Isabel | 22/09/2010 |
| Terceira | Areia | 31/01/2014 |
| | Cabedelo (Polo avançado) | 21/02/2015 |
| | Catolé do Rocha | 2012 |
| | Esperança | 02/2015 |
| | Itabaiana | 23/01/2015 |
| | Itaporanga | 20/10/2014 |
| | Guarabira | 10/10/2011 |
| | Mangabeira | 21/08/2014 |
| | Pedras de Fogo | 31/01/2014 |
| | Santa Luzia | 2015 |
| | Santa Rita | 06/2014 |
| | Soledade | 2016 |

Fonte: PDI/IFPB (2020), elaborado pelo autor

Observando o quadro 03, percebemos que a expansão da Rede Federal de Educação no estado paraibano só vem a ocorrer, de fato, no final do ano de 2008, com a promulgação da lei 11.892/08, que não somente cria os Institutos Federais, mas também a própria Rede Federal de Educação. Antes da criação dessa lei, a Paraíba contava com apenas 03 CEFETs (localizados nas cidades de Cajazeiras, Campina Grande e João Pessoa) e com a Escola Agrícola Federal de Souza, que, após a lei, passa a compor a atual Rede Federal e é promovida a um campus do Instituto Federal de Educação da Paraíba, o que caracterizamos como primeira fase de nossa expansão.

Na segunda fase, a Paraíba agrega aos campi já existentes mais 05 unidades, inauguradas entre os anos de 2009 e 2010. Conforme descreve o quadro acima, os novos polos estão localizados nas cidades de Cabedelo, Monteiro, Patos, Picuí e Princesa Isabel, que, somados

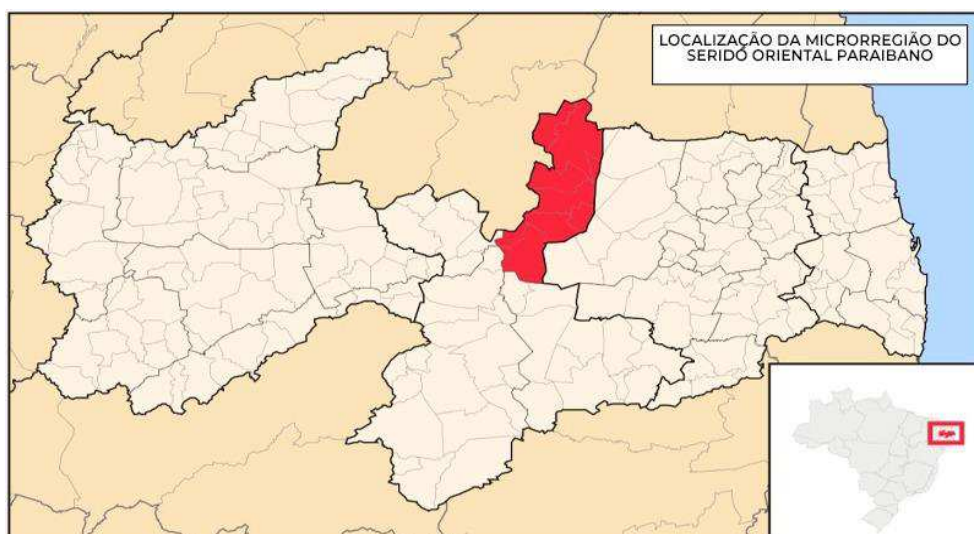
aos demais, deixa o estado com um total de 09 campi, mais que o dobro do que havia até então. Ao observarmos mais atentamente sua localização geográfica, é possível constatar que ambos são construídos em microrregiões distintas, reforçando o compromisso com a interiorização dos novos Institutos Federais.

Em sua terceira fase, a expansão expressa sua maior pujança, integrando aos 09 campi já existentes mais 12 unidades, entregues à população paraibana entre os anos de 2011 e 2015. Do ano de 2015 até os dias atuais, a Paraíba conta com 21 Campi do IFPB e mais 03 escolas técnicas vinculadas, conforme postulamos anteriormente, sendo essa a atual configuração da nossa Rede Federal de Educação.

3.2 O IFPB na microrregião do Seridó Oriental Paraibano

Segundo Silva (2018, p. 97), as microrregiões geográficas são subdivisões das mesorregiões e possuem a mesma concepção, com finalidades estatísticas e de planejamento regional. Geralmente, as microrregiões são denominadas priorizando um município que as compõem. Sendo assim, o município ou a cidade polo ocorre em virtude de sua importância, sobretudo nas relações econômicas e sociais para a microrregião, sendo possível, muitas vezes, somar a esses fatores a representatividade política de determinada cidade ou região.

Figura 09: Microrregião do Seridó Oriental Paraibano



Fonte: IBGE (2018)

De maneira a avaliar esse processo de expansão e seus efeitos, realizamos um estudo de caso sobre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus-Picuí, que fica localizado na microrregião do Seridó Oriental Paraibano e está a cerca de 230 km de distância da capital do estado. Essa microrregião é composta pelos municípios de Baraúna, Cubati, Frei Martinho, Juazeirinho, Pedra Lavrada, Picuí, Nova Palmeira, Seridó e Tenório, com uma área de 2.605 km², uma população de 79.978 habitantes; apresenta uma densidade demográfica de 30,70 hab/km² e a média do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM da microrregião é de 0,583, que, de acordo com o IBGE, é considerado baixo, em que apenas dois municípios tem um índice médio: Frei Martinho e Picuí. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é uma medida que é composta por indicadores provenientes de três dimensões: pelo grau de escolaridade média de anos de estudo da população adulta e expectativa de vida escolar; pela renda, que avalia o poder de compra de seus habitantes e pelo nível de saúde, que se baseia na expectativa de vida da população, que reflete as condições de saúde e dos serviços de saneamento ambiental. O índice varia de 0 a 1 e quanto mais o município se aproxima do 1, maior será o seu IDHM.

Outro dado que será possível constatar, é que maioria dos municípios apresenta um número baixo de habitantes, podendo ser melhor observado nas informações contidas na tabela abaixo:

Tabela 02: IDHM e População estimada (2021) do Seridó oriental Paraibano

| Cidade | IDHM | População estimada (2021) |
|---------------|-------|---------------------------|
| Baraúna | 0,558 | 5.033 |
| Cubati | 0,566 | 7.866 |
| Frei Martinho | 0,641 | 2.933 |
| Juazeirinho | 0,567 | 18.422 |
| Pedra Lavrada | 0,574 | 7.954 |
| Picuí | 0,608 | 18.737 |
| Nova Palmeira | 0,595 | 5.011 |
| Seridó | 0,555 | 10.919 |
| Tenório | 0,581 | 3.103 |

| | |
|-------|--------|
| TOTAL | 79.978 |
|-------|--------|

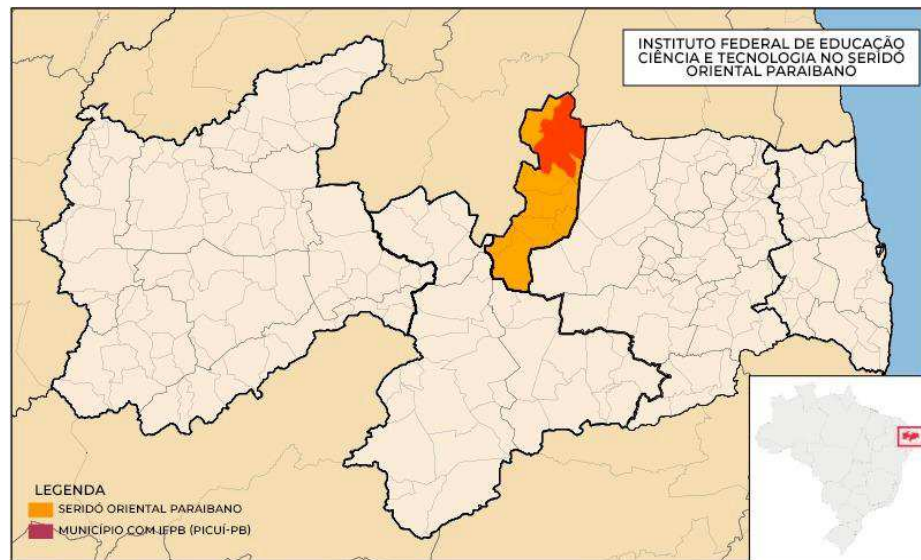
Fonte: Dados do IBGE (2021), elaborado pelo autor

Ainda que o IFPB-Picuí atenda a alunos provenientes de outros municípios e microrregiões da Paraíba e até mesmo de outros estados, é importante ressaltar que esses estudantes fizeram parte da referida pesquisa, mas frisamos que o enfoque recai sobre os impactos sociais e econômicos da implantação do Instituto na microrregião do Seridó Oriental Paraibano.

3.3 O IFPB-Picuí e uma descrição de seus dados sócio-históricos

Como já citado, o Campus está localizado na cidade de Picuí-PB, na Mesorregião da Borborema e Microrregião do Seridó Oriental Paraibano. Limita-se, ao norte, com os municípios de Campo Redondo e Coronel Ezequiel (RN); ao Sul, com os municípios de Pedra Lavrada e Nova Palmeira (PB); ao Leste, com os municípios de Nova Floresta, Cuité e Baraúna (PB); e ao Oeste, com o município de Frei Martinho (PB) e o município de Carnáuba dos Dantas (RN). Na figura abaixo, o mapa localiza a posição geográfica do município de Picuí, sede do IFPB na microrregião e, como mostra a sua localização, faz fronteira tanto com outras microrregiões e com o estado vizinho do Rio Grande do Norte, o que pode propiciar a vinda de estudantes destas localidades para o IFPB-Picuí.

Figura 10: Localização do IFPB-Picuí no Seridó Oriental Paraibano



Fonte: IBGE (2018), elaborado pelo autor.

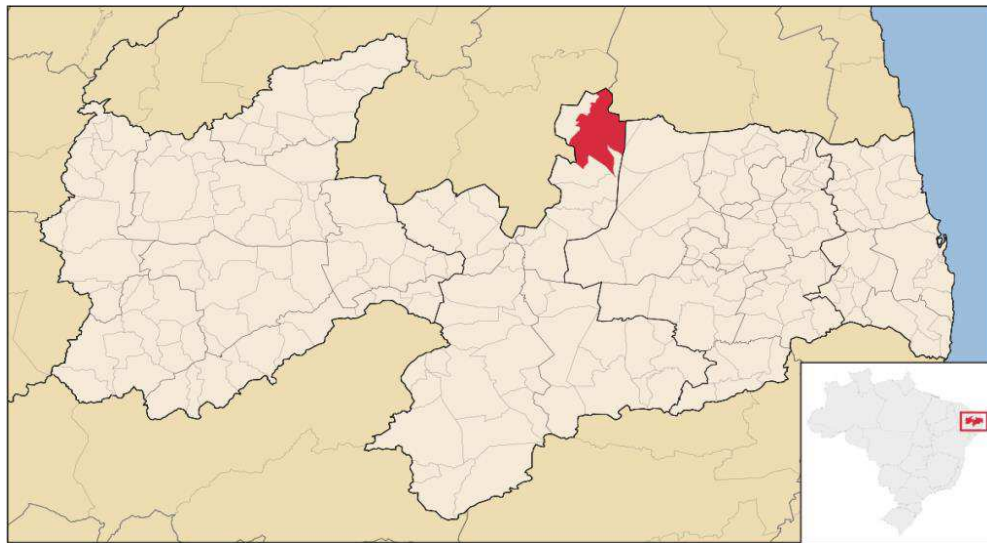
Considerado como município polo da Microrregião do Seridó Oriental Paraibano, com elevado potencial turístico e conhecida nacionalmente como a Terra da Carne de Sol, o município também se destaca no extrativismo mineral de produtos como cassiterita, shelita, tantalita, berilo, quartzo, turmalina, entre outros, que acreditamos ter influenciado decisivamente a implantação de alguns cursos técnicos que são ofertados no referido campus.

O município também desfruta de uma posição geográfica estratégica e uma variada rede de serviços (bancos, sistema de saúde e comércio), que atua como atrativos para a população não somente de outras microrregiões, como também de habitantes de outros estados da federação. Outro ponto a ser destacado é que o município de Picuí tem um histórico relevante quando se trata de ensino de nível técnico profissionalizante, pois, no início da década de 1970 houve a criação da Escola Comercial 5 de agosto, que posteriormente viria a se chamar Escola Cenequista Ana Maria Gomes e fazia parte da CNEC⁵, funcionando até o final do século passado, no ano de 2000. A escola tinha um eixo voltado tanto para o ensino secundário quanto para o

⁵ CNEC – A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, com ideal de escola comunitária e pertencente à comunidade, conduzida e mantida por ela própria, tinha como sua principal fonte de recursos o poder público. Baseada em um sistema de bolsas de estudo ou de mensalidades de baixo custo, a campanha do ponto de vista de seus gestores era tida como uma instituição semiprivada.

ensino técnico, ofertando os cursos de mineralogia e contabilidade, esse último em nível médio. Na figura 11, disposta logo abaixo nos permite ter uma visão geral da localização geográfica do município de Picuí-PB e de sua fronteira com outras microrregiões paraibanas e inclusive com o estado vizinho do Rio Grande do Norte.

Figura 11: Representação do município de Picuí-PB



Fonte: IBGE (2018)

Inaugurado em 21 de setembro de 2009, o IFPB-Picuí inicia suas atividades em uma sede provisória, no bairro Juscelino Kubistchek - JK, mais especificamente na Escola Municipal Presidente Tancredo Neves, cedida pelo município para início de suas atividades. Resultado da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Conforme exposto em site oficial, o IFPB-Picuí passa a funcionar em sua sede definitiva a partir do dia 08 de junho de 2011, tendo o início de sua construção no dia 04 de maio de 2009, a partir de um orçamento de R\$ 4.767,585,60 (quatro milhões, setecentos e sessenta e sete mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos), conforme comprova a foto da placa de construção exposta abaixo.

Figura 12: Placa informativa de construção do IFPB-Picuí



Fonte: Arquivo do IFPB-Picuí (2021)

O início da construção do Campus do Instituto Federal na cidade de Picuí e no Seridó Oriental Paraibano retrata bem o momento de evolução na economia que vivenciava o nosso país, que culminava com a segunda fase da expansão da Rede Federal de Educação, tida como a fase da consolidação. Como ação do governo da Presidenta Dilma Rousseff, foi a fase de maior ampliação dos Institutos Federais no estado da Paraíba, tornando-se um marco na evolução da Educação Tecnológica e Profissional de nosso estado.

Aqui abrimos um pequeno espaço para ressaltarmos o empenho e articulação política do então Prefeito da cidade de Picuí Buba Germano e da Senadora da República pelo Estado do Rio Grande do Norte, mas que é natural da cidade de Nova Palmeira, uma das cidades que compõem a microrregião do Seridó Oriental Paraibano, a Senhora Fátima Bezerra.

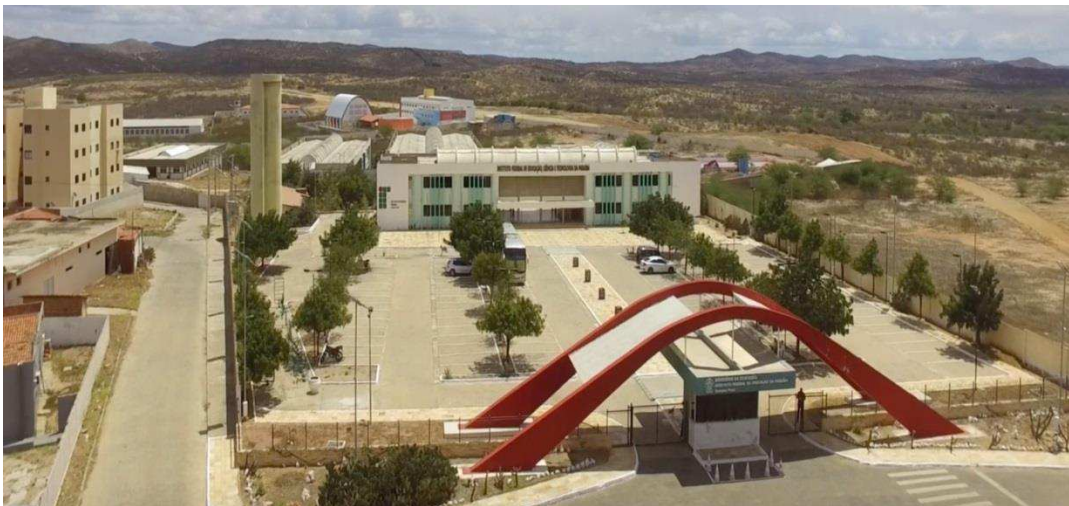
Na fase de implantação, o Campus do IFPB-Picuí começou a sua trajetória ofertando à população o curso superior de Tecnologia em Agroecologia, contando com 18 alunos matriculados; no subsequente, os cursos de Técnico em Mineração, com 74 estudantes matriculados inicialmente, e o curso de Técnico em Manutenção e Suporte de Informática, que iniciou suas atividades com 75 alunos matriculados. O Instituto teve, no início de seu funcionamento, em 2009, um total de 167 estudantes que compuseram o seu primeiro quadro discente.

Atualmente, o campus oferta dez cursos, distribuídos em quatro modalidades abaixo apresentadas:

- Técnico Integrado ao Ensino Médio em Edificações, Geologia, Informática e Mineração;
- Técnico subsequente em Mineração e Eletrônica; Segurança do trabalho (EAD);
- Superior presencial de Tecnologia em Agroecologia e Superior EAD de Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa;
- Especialização em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido.

O ingresso aos cursos técnicos se dá através do Processo Seletivo dos Cursos Técnicos (PSCT) e aos cursos superiores através do Sistema Único de Seleção Unificada (SISU), com a classificação obtida através da nota obtida na avaliação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), realizado anualmente pelo MEC ou através do Processo Seletivo dos Cursos Superiores (PSCS) do IFPB.

Figura 13: Vista do Campus do IFPB-Picuí



Fonte: IFPB (2020)

O Campus do IFPB-Picuí está localizado na rodovia PB-177, s/n, no Bairro Cenecista, na cidade de Picuí-PB. De acordo os dados fornecidos pela própria Instituição, a estrutura física tem passado por várias modificações e ampliações desde o início de seu funcionamento no ano

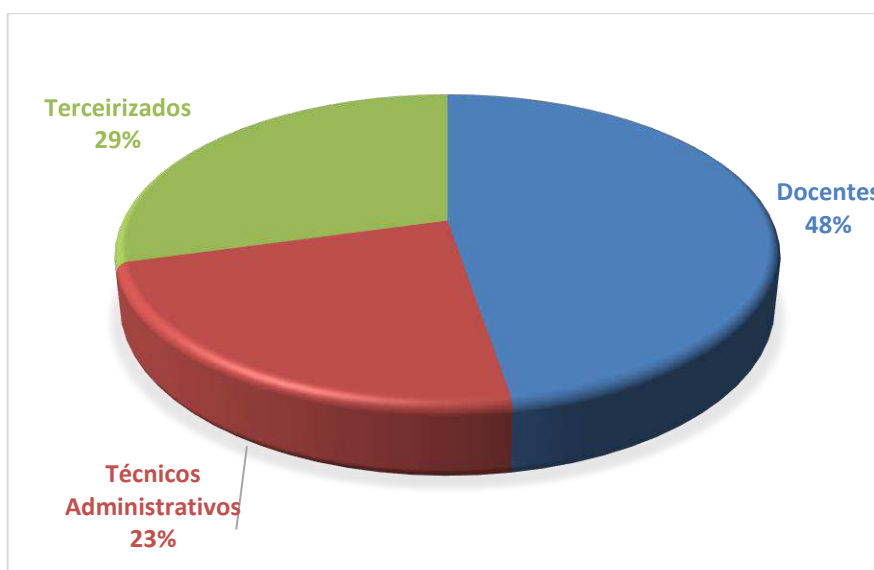
de 2011, se organizando da seguinte forma: os blocos A, B e C são destinados principalmente para as salas de aulas, laboratórios e coordenações dos cursos, contando ainda com o bloco administrativo, a biblioteca, o refeitório, a quadra poliesportiva e a área agroecológica, como podemos observar na tabela 03:

Tabela 03: Descrição dos blocos A, B e C do IFPB-Picuí

| Espaço | Quantidades |
|------------------------------|--------------------|
| Academia | 01 |
| Almoxarifado | 01 |
| Banheiros | 06 |
| Cantina | 01 |
| Deposito | 02 |
| Gabinete odontológico | 01 |
| Laboratórios | 25 |
| Mini auditório | 01 |
| Sala de aula | 24 |
| Sala de convivência (alunos) | 01 |
| Sala de Coordenação | 08 |
| Sala de dança | 01 |
| Sala de desenho | 02 |
| Sala de vídeo | 01 |
| Sala dos Professores | 01 |
| Sala de núcleo | 03 |

Fonte: IFPB-Picuí (2021)

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2020-2024) do IFPB, em 2020 o campus de Picuí contava com 1.789 alunos, distribuídos nas diversas modalidades de ensino e com um total de 133 servidores diretos. No gráfico abaixo podemos observar como está distribuída quantitativamente cada categoria:

Gráfico 02: Funcionários do Campus do IFPB-Picuí

Fonte: IFPB-Picuí (2021)

- Docentes – são um total de 63 professores, em que 58 são efetivos e apenas 5 são contratados;
- Técnicos Administrativos – são 30 no total, todos efetivos e distribuídos nos cargos de: Administrador (01), Assistente de alunos (04), Assistente em administração (06), Assistente Social (01), Auxiliar de biblioteca (01), Auxiliar de nutrição (01), Bibliotecário (01), Médico (01), Nutricionista (01), Odontólogo (01), Pedagoga (02), Psicólogo (01), Técnica em assuntos educacionais (01), Técnico de laboratório (05), Técnico em odontologia da informação (01), Tradutora de interprete de libras (02);
- Terceirizados: 35 servidores distribuídos nas funções de: auxiliar de manutenção (07), auxiliar de serviços gerais (13), recepcionista (04), segurança (09) e tradutor de interprete de libras (02)

O Campus de Picuí conta no seu quadro de profissionais, portanto, com um total de 88 servidores efetivos, conforme dados fornecidos pela própria instituição. Com base em seus locais de nascimento, identificamos que desse total 50 pessoas têm seus registros de nascimento no estado da Paraíba, o que significa que 57% dos efetivos são advindos do nosso estado; já o vizinho estado do Rio Grande registra 20 servidores concursados no IFPB-Picuí; 07 são

oriundos do estado Ceará; Pernambuco aparece com 04 do total dos efetivos, a mesma quantidade apresenta o estados de São Paulo; com um registro apenas aparecem os estados de Minas gerais, Rio de Janeiro e Sergipe, conforme melhor descrito abaixo:

Quadro 05: Locais de nascimento dos servidores do IFPB-Picuí

| ESTADO | QUANTIDADE | PERCENTUAL |
|---------------------|------------|-------------|
| Paraíba | 50 | 57% |
| Rio Grande do Norte | 20 | 22,7% |
| Ceará | 07 | 8% |
| Pernambuco | 04 | 4,5% |
| São Paulo | 04 | 4,5% |
| Sergipe | 01 | 1,1% |
| Minas Gerais | 01 | 1,1% |
| Rio de Janeiro | 01 | 1,1% |
| TOTAL | 88 | 100% |

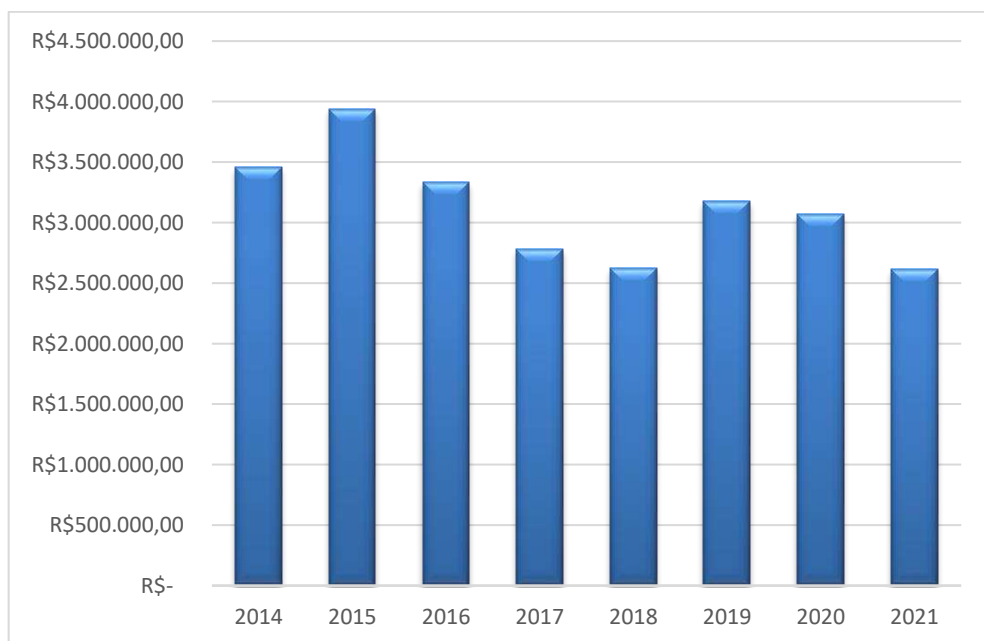
Fonte: IFPB (2022), elaborado pelo autor.

Identificar a naturalidade de cada servidor efetivo não nos garantirá um resultado fiel do local em que residia no momento em que ocupou a vaga, por isso, torna-se importante frisar que não faz parte de nossas aspirações investigar essa origem detalhadamente, mas nos isso nos permite observar como as vagas ofertadas foram ocupadas pelas pessoas que residem no entorno da Instituição. O quadro acima nos mostra que os nascidos no estado da Paraíba são maioria absoluta, absorvendo mais da metade das vagas e, somados ao Rio Grande do Norte, estado que faz fronteira com o campus, chega a praticamente 80% dos postos de trabalho. Com relação às cidades de nascimento, nos dados disponibilizados pelo IFPB, constatamos que 20% dos concursados são oriundos das cidades de Picuí-PB e demais municípios que se situam em seu entorno.

O corte no orçamento destinado aos Institutos Federais e o contingenciamento de seus recursos tem sido algo com que profissionais e alunos dessas instituições têm convivido

constantemente nos últimos anos, e o campus de Picuí não foge à regra, fato que também deve ser comum aos demais campi espalhados pelo país. Impostas pelo Governo Federal, essas medidas vêm criando inúmeras dificuldades financeiras e dificultando o bom funcionamento dos campi que compõem a Rede Federal de Educação. O gráfico 03 representa a evolução do orçamento destinado ao campus entre os anos de 2014 e 2021, deixando evidente que a atual política do Governo Federal é de reduzir investimentos na Educação Profissional e Tecnológica.

Gráfico 03: Orçamento do Campus IFPB-Picuí (2014-2021)

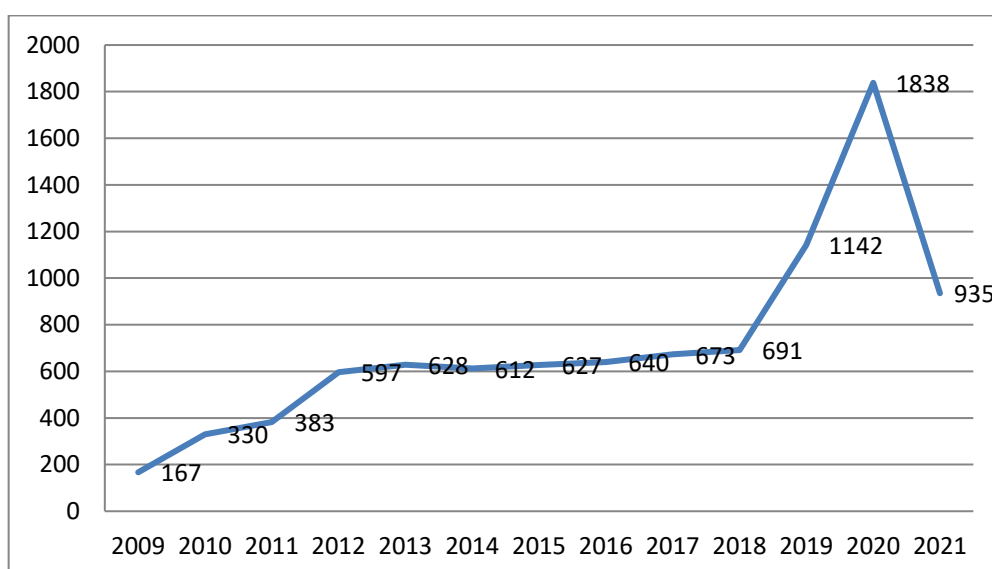


Fonte: IFPB-Picuí 2021

O gráfico, por sua vez, expõe que 2016 foi o primeiro ano em que o Instituto sofreu redução em seu orçamento. Coincidência ou não, primeiro ano em que o Partido dos Trabalhadores (PT) não estava mais à frente do Governo Federal e ano em que o país passa a ser governado pelo então Presidente Michel Temer, que já sinalizava mudanças na área da educação e preocupava não somente especialistas, mas também a comunidade educacional. Outro ponto a ser destacado é o crescente número de matrícula do campus, que é inversamente proporcional aos recursos a ele destinados; esse fato tem imposto limitações à realização de suas ações. A redução nos investimentos é assustadora, basta termos como base o ano de 2014,

no qual o orçamento anual beirava as cifras de quase 3,5 milhões de reais, enquanto em 2021 os valores chegaram a pouco de 2,6 milhões. Nesse período, a queda no orçamento chega a quase um milhão de reais, somando a essa realidade a ação nefasta do contingenciamento de gastos, adotada desde a chegada do presidente Bolsonaro à presidência da República. No gráfico abaixo, é perceptível que a evolução do número de matrículas dos estudantes desde a implantação do campus até 2021, não condiz com a evolução do orçamento que o Instituto tem recebido, sobretudo nesses últimos anos:

Gráfico 04: Total de alunos do IFPB-Picuí de 2009 a 2021



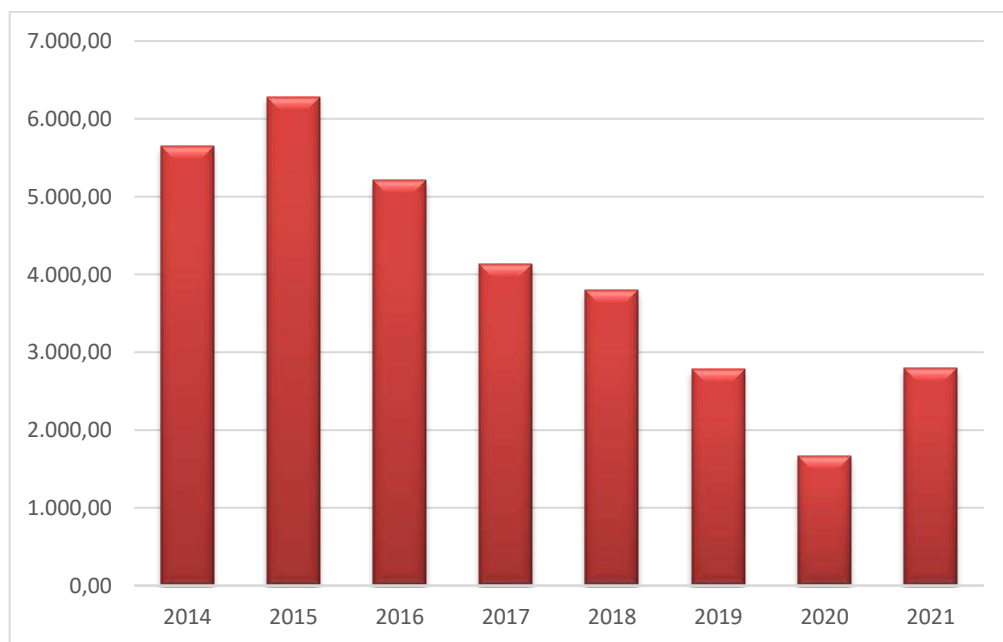
Fonte: IFPB-Picuí 2021

É possível observar, portanto, que o número de alunos no campus vem em uma crescente desde sua implantação, indo de 167 matrículas, no ano de 2009, para 1.838 estudantes em 2020, mesmo em plena pandemia. Logo no ano seguinte, esse quantitativo tem uma queda brusca, decrescendo para o número de 935 alunos, que, segundo informações do próprio campus, ocorreu em virtude da Instituição não ter ofertado os cursos de extensão para o ano de 2021, essa medida justifica-se pelo resultado da redução de seu orçamento anual e do contingenciamento dos recursos imposto pelo Governo Federal. Em números totais, o Campus registra nesse período, como nos mostra o gráfico acima 9.263 matrículas.

Em uma clara tentativa de diminuir gastos e manter a saúde financeira da instituição, não houve a oferta dos cursos de extensão para o ano de 2021, porém, provavelmente essa

medida não será suficiente para que o campus consiga realizar suas ações como em anos anteriores, haja vista que o orçamento a ele destinado não tem acompanhado o crescimento do número de matrículas, da inflação, bem como a desvalorização pela qual passa o real. No gráfico abaixo é possível ter uma menção do quanto a média anual de investimento por aluno na instituição tem decrescido:

Gráfico 05: Evolução orçamento na média do por aluno do IFPB-Picuí (2014-2021)



Fonte: IFPB-Picuí (2021)

Criado em 2008, os Institutos Federais de Educação contam para 2021 com o orçamento previsto de R\$ 1,95 bilhão de reais, sendo esse o menor valor destinado aos institutos desde o ano de 2013, em uma época na qual os recursos destinados ultrapassavam o valor de R\$ 2 bilhões. Segundo Sad (2021), a situação torna-se mais preocupante quando verificamos que esses números não estão levando em consideração algumas questões atuais do país, como a inflação e o crescimento da rede, por exemplo, que no ano de 2013 contava com aproximadamente 500 mil alunos em 415 unidades. Para 2021, segundo a plataforma 110 anos

da Rede Federal e a Nilo Peçanha, temos uma rede com mais de 1 milhão de estudantes, distribuídos em 665 unidades espalhadas pelo país.

Os gráficos 03, 04 e 05 retratam bem a nova realidade que vem sendo imposta ao IFPB-Picuí nos últimos anos, de modo que o mais preocupante é a progressão da ação, tendo em vista que o orçamento destinado a Rede federal não tem levado em consideração pontos entendidos como fundamentais para manter e/ou ampliar suas atividades, sobretudo a desvalorização monetária e a crescente procura por vagas nas instituições que compõem a Rede Federal.

4 OS EGRESSOS DO IFPB-PICUÍ E A SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO MICRORREGIONAL

A ideia de realizar um estudo sobre o campus do IFPB na cidade de Picuí-PB surge pela necessidade de analisarmos as implicações acerca de sua relevância para a região, tendo em vista que após mais de uma década de seu funcionamento, faz-se necessário conhecer o seu papel no desenvolvimento profissional e tecnológico. É sabido, pois, que os institutos Federais de Educação têm desenvolvido um ensino de qualidade, não perdendo de vista que os recursos recebidos são bem superiores às demais escolas públicas do país. Nos últimos anos, com a mudança de comando do Estado, essas instituições têm sido alvo de repetidos cortes em seu aporte financeiro, fato que vem preocupando não só a comunidade estudantil, mas também todos os profissionais que nela trabalham.

Nesta etapa de nosso estudo, buscamos informações acerca do público alvo de nossa pesquisa, no intuito de sistematizar as informações coletadas e possibilitar a realização de análises qualitativas dos dados obtidos através dos números fornecidos pelo campus IFPB-Picuí; esse acesso nos permitiu reunir informações mais detalhadas dos cursos técnicos integrados, que são alvo de nosso trabalho, da evolução das matrículas e da taxa de evasão dos egressos dos cursos de Edificações, Geologia, Informática e Mineração, no período compreendido entre 2009 e 2020.

Ainda neste momento, empreendemos uma maior compreensão acerca dos objetivos propostos pelo trabalho; para tanto, recorreremos a uma análise mais detalhada do perfil dos egressos que participaram de nossa pesquisa. Tomando por base os questionários aplicados e as informações neles contidas, a apresentação dos dados que consideramos mais relevantes para a pesquisa, buscando, entre outras informações, experiências vividas por esses estudantes. Outro ponto a ser destacado diz respeito à série de entrevistas realizadas com os próprios egressos já participantes da coleta de informações dispostas nos questionários, como também outros atores que consideramos relevantes para nossos objetivos, entre eles o prefeito do município de Picuí-PB, o diretor de ensino da Instituição e os coordenadores dos quatro cursos envolvidos em nosso estudo.

Como mencionado, o IFPB-Picuí deu início às suas atividades no segundo semestre do ano de 2009, e entendemos ser importante ressaltar que neste ano nenhum curso integrado ao ensino médio, alvo de nossa pesquisa, veio a funcionar. Na tabela abaixo há as informações mais detalhadas no que se refere ao início de funcionamento de cada curso.

Tabela 04: Início dos cursos integrados do IFPB-Picuí

| Curso | Ano de início | Nº de alunos da 1ª turma |
|--------------------|----------------------|---------------------------------|
| Edificações | 2010 | 40 |
| Informática | 2010 | 38 |
| Geologia | 2013 | 40 |
| Mineração | 2020 | 40 |

Fonte: IFPB-Picuí (2021)

A tabela acima retrata informações importantes para o desenrolar de nossa pesquisa, na qual observamos que os cursos integrados ao Ensino Médio da instituição só tiveram início no ano de 2010, com os cursos de Edificações e Informática, posteriormente, no ano de 2013, passa a funcionar o curso de Geologia e apenas no ano de 2020 é que o curso de Mineração, em seu formato integrado, passa a ser inserido na instituição, completando, assim, o quadro atual dos cursos integrados ao Ensino Médio do IFPB-Picuí.

Mediante esses dados, é possível mensurar metodologicamente o número de entrevistas a serem direcionadas para cada curso, tendo em vista que o curso Integrado de Geologia só veio a iniciar suas aulas no ano de 2013, e que, provavelmente, não terá absorvido a mesma quantidade de matrículas do que os cursos de Edificações e Informática, que funcionam desde o ano de 2010. Outro ponto a ser destacado diz respeito ao curso Integrado de Mineração, que se inicia apenas no ano de 2020, e, com base nos objetivos propostos em nosso trabalho, não estaria no escopo de nossa pesquisa, pois pelo tempo de existência ainda não houve a conclusão de nenhuma turma. Mas, por entendermos ser um curso de constatada relevância para a região, analisamos os dados do curso de Mineração em seu formato subsequente.

A tabela 04 informa que o campus de Picuí só ofertou o curso de Mineração integrado ao Ensino Médio apenas uma década depois do funcionamento do primeiro curso integrado; o fato causa estranheza, tendo em vista que tanto o município sede da instituição quanto outros municípios da microrregião do Seridó Oriental Paraibano são destaques na mineração de vários produtos, inclusive com importância histórica. A isso, nos referimos ao período da segunda guerra mundial, em que vários desses municípios exportaram grandes quantidades de minérios, principalmente para os Estados Unidos da América, servindo de matéria prima na fabricação de seu armamento bélico.

Quando indagada sobre o assunto, a direção do campus relatou que desde 2010 a instituição oferta o curso de Mineração no seu formato subsequente ao Ensino Médio, sendo o percurso natural iniciar com o subsequente e na sequência avançar para o integrado, fato que só vem a ocorrer no ano de 2020. Outra justificativa apresentada foi a necessidade de inserir o mais rápido possível no mercado de trabalho microrregional profissionais técnicos na área de mineração, tendo em vista as oportunidades de trabalho surgidas na região pelo crescente número de empresas que ali se instalavam.

No intuito de melhor conhecer o universo a ser quantificado, o gráfico abaixo demonstra o quantitativo de matrículas que os cursos integrados de Edificações, Informática, Geologia e o subsequente de Mineração, que serão a parte central de nosso trabalho, receberam desde seu início até o ano de 2020. A partir desse momento, é possível definirmos a próxima etapa de nosso estudo, que será a aplicação do questionário, visando, a partir das respostas obtidas, realizarmos as análises necessárias para alcançarmos os objetivos propostos pela pesquisa.

Antes de tratarmos sobre as informações coletadas pelos questionários, é importante observarmos o gráfico abaixo, que detalha de forma global os estudantes que realizaram seu ingresso nos cursos integrados de Edificações, que somaram no período 474 matrículas, do curso de Informática, com 448 alunos matriculados, o curso de Geologia, que nos apresenta um total de 332 estudantes inscritos, e o subsequente de Mineração, com 655 matrículas. Com base nesses números, torna-se possível compreender que no período que delimita o recorte temporal de nosso trabalho, que abrange até o ano de 2020, são contabilizados 1.909 estudantes matriculados e distribuídos pelos quatro cursos ofertados.

Gráfico 06: Matrículas dos cursos integrados entre 2010 e 2020

Fonte: IFPB-Picuí (2021), elaborado pelo autor

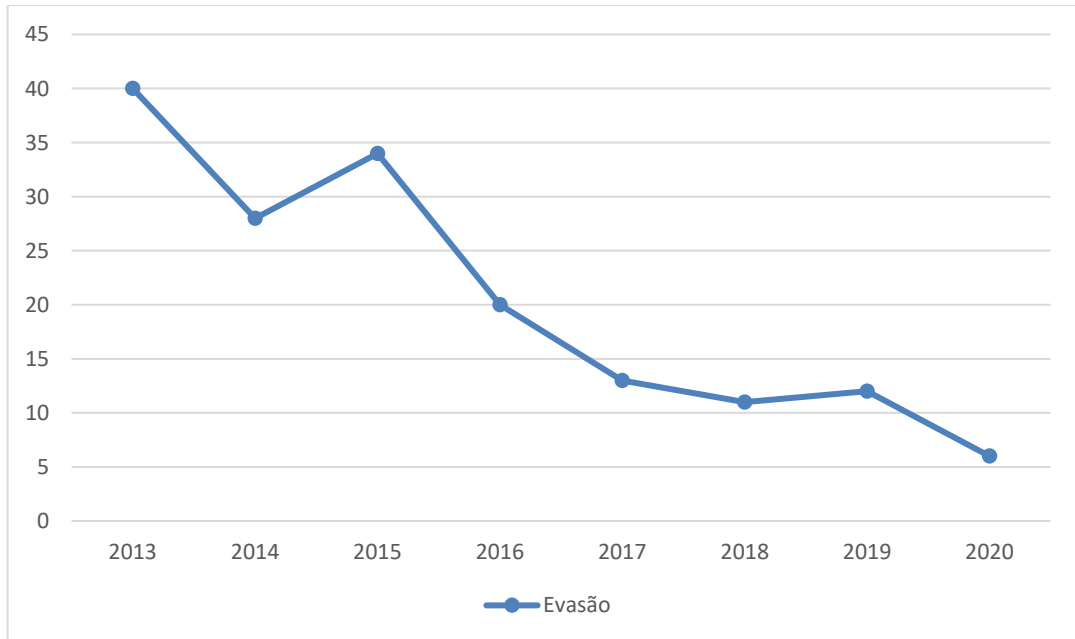
A fim de analisar mais detalhadamente os números dispostos no gráfico 06, percebemos que o curso de Geologia obteve o menor número de matrículas para o período pesquisado, sendo importante mencionar que o fato se justifica pelo início de suas aulas apenas no ano de 2013. No entanto, possui uma média semelhante aos demais, no que se refere à quantidade de matrículas de estudantes por ano, com 41,5 matrículas efetuadas. Sendo assim, superado pelo curso de Edificações, que apresenta uma média anual de 43,1 matrículas, e superior ao integrado de Informática, que no período teve uma média anual de 40,7 estudantes. Já o subsequente de Mineração, por sua vez, apresentou uma média anual de 55 matrículas.

Outro ponto que merece destaque, antes de nos enveredarmos nas informações contidas no questionário de nossa pesquisa, diz respeito ao número de evadidos dos cursos Integrados ao Ensino Médio, sendo necessário efetuarmos uma divisão entre os dados dos cursos integrados e o subsequente, que nos permitirá uma análise mais eficientes dos números disposto no gráfico 7 abaixo.

Para os cursos integrados, é possível evidenciarmos que apresentam uma taxa elevada de evasão em todos os cursos, sendo de 17,7% em Edificações, de 20,1% em Informática e de 17,8% no curso de Geologia. Mesmo apresentando o maior índice de evasão no curso de

Informática, é perceptível que não existe uma grande diferença entre os cursos integrados, em que os três juntos apresentam uma taxa de evasão de 18,53%, não destoando dos índices nacionais.

Gráfico 07: Taxa de evasão dos cursos integrados do IFPB-Picuí de 2013 a 2020



Fonte: IFPB (2021), elaborado pelo autor

Podemos observar, ainda no gráfico 07, que a evasão em todos os cursos tem decrescido no decorrer dos anos e, se tomarmos por base o ano de 2013, ano em que os três cursos integrados estão em funcionamento, é possível perceber uma grande redução nesses índices. No ano de 2013, os cursos integrados somaram juntos o quantitativo de 40 alunos evadidos; em 2018, no último ano antes da pandemia e das mudanças impostas por ela na educação como um todo, esse número cai para apenas 11 evadidos, o que significa uma redução de 72,5%; ampliando o comparativo para 2020, último ano que compreende nossa pesquisa, esse número se intensifica significativamente para apenas 06 alunos evadidos, de modo que em 08 anos (2013-2020) esse índice tem uma redução de 85%.

Para entendermos superficialmente como a instituição alcançou esse resultado em menos de uma década, recorreremos à direção do IFPB-Picuí, que atribui esse sucesso a algumas ações

realizadas pela instituição, como a redução do tamanho das turmas de 01 com 40 estudantes, para duas com 25 alunos, implantação de núcleos de aprendizagem, realização de busca ativa e apoio dos municípios na oferta do transporte escolar. Segundo Mário Henrique, coordenador do curso integrado de Edificações do IFPB-Picuí,

No cotidiano percebemos uma dificuldade muito grande para que os alunos possam se deslocar de suas cidades até o Campus, mesmo não sendo uma obrigação jurídica das prefeituras em destinarem transporte para esses estudantes, a visão seria mais ampla, pois os cursos ofertados no Instituto geram mão de obra qualificada, geram desenvolvimento e melhorias em sua qualidade de vida, que vai culminar com o desenvolvimento do município e conseqüentemente regional.

A mesma preocupação é compartilhada por Lidiane Félix, coordenadora do curso de Mineração. Segundo a coordenadora, “a falta de transporte para os estudantes que residem em outros municípios impacta diretamente na permanência dos estudantes em nosso campus”. Segundo o relato dos coordenadores, mesmo sabendo que esse não é o único motivo da evasão, torna-se necessário uma sensibilização dos gestores municipais com relação ao transporte tanto para a permanência quanto para o sucesso desses alunos, que culminará com o desenvolvimento de seus respectivos municípios.

Com relação ao curso subsequente de mineração, é notório que desde o seu primeiro ano de funcionamento, em 2009, até o ano de 2019, último ano em que foram ofertadas matrículas nesta modalidade, sua trajetória foi marcada por um índice muito elevado de evasão, alcançando a marca de 61,5%, e que, segundo a direção do IFPB-Picuí, foi um dos atenuantes que ocasionaram a sua mudança para o formato integrado. Em 2020, primeiro ano de funcionamento no novo formato, o curso registrou a evasão de 03 alunos, apresentado uma evolução extremamente significativa com relação aos anos anteriores.

Não é nossa pretensão realizarmos, um estudo aprofundado sobre a evasão dos cursos integrados do Ensino Médio ou do subsequente em Mineração do IFPB-Picuí, mas, acreditamos ser relevante termos essas informações à disposição, a fim de possibilitar uma visão global dos dados, bem como para que as informações coletadas possam servir de base para futuros estudos.

4.1 Os egressos participantes da pesquisa: uma análise do perfil da amostra

A partir deste momento, buscamos analisar as informações contidas nos questionários aplicados aos egressos, apresentando os dados que consideramos mais relevantes para a pesquisa, conhecendo as experiências vividas pelos estudantes e outras informações que possam ser relevantes para alcançar os objetivos de nosso trabalho. Para tanto, a fim de alcançar a maior credibilidade possível para a pesquisa, estabelecemos como meta 154 questionários, aplicados através do *Google Forms* aos participantes, através do aplicativo *WhatsApp*, representando, assim, 30% do total de estudantes egressos dos cursos integrados ao Ensino Médio de Edificação, Informática, Geologia e do curso técnico subsequente de Mineração, do Instituto Federal instalado na cidade de Picuí-PB, conforme detalha os números contidos no gráfico abaixo:

Gráfico 08: Concluintes do IFPB-Picuí até 2020 dos cursos de Edificações, Informática, Geologia e Mineração



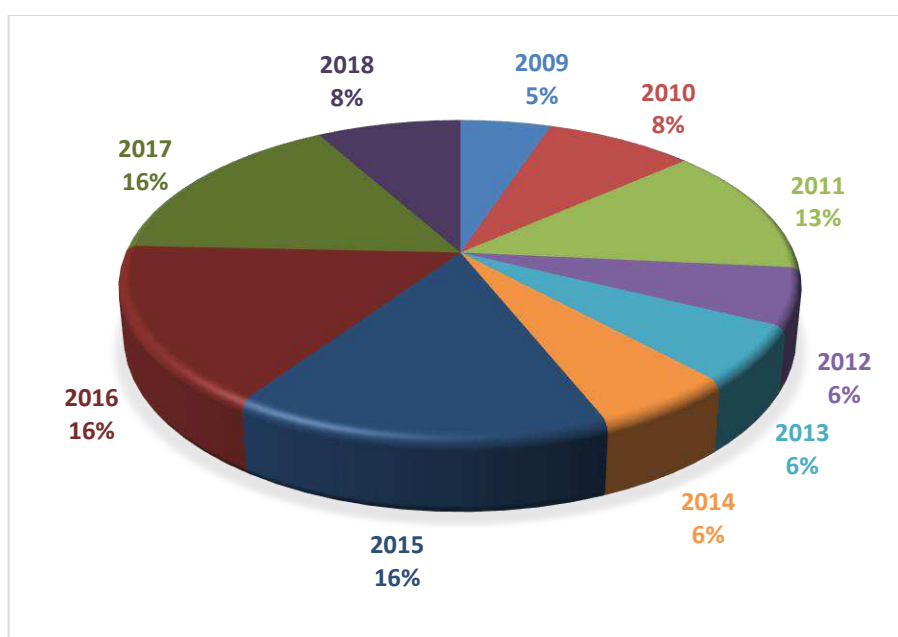
Fonte: IFPB (2021), elaborado pelo autor

Com relação ao quantitativo de egressos, o gráfico acima nos fornece as informações necessárias e que serviram de base para a aplicação dos questionários. Houve um total de 513

concluintes, sendo 166 do curso de Edificações, 134 do curso de Informática, 84 do curso de Geologia e 129 do curso de Mineração. Para chegarmos ao resultado desejado, estabelecemos como meta atingir o percentual de resposta de 30% para cada curso pesquisado, o que nos implicou na aplicação de 154 questionários e nos garantiu uma margem segura e confiável para realizarmos a análise e interpretação das informações fornecidas pelos egressos participantes.

No gráfico abaixo, podemos observar que foi possível alcançar alunos que ingressaram no IFPB-Picuí no período de 2009 a 2018, compreendendo esse último ano como data limite de ingresso para conclusão de curso no período almejado pela temporalidade de nosso trabalho. Observando o mesmo gráfico, percebemos que os anos de 2015, 2016 e 2017 apresentam os maiores quantitativos de egressos participantes na aplicação do questionário. Nas demais datas, percebemos que todas se fizeram presentes no fornecimento de dados e informações para consecução dos objetivos da pesquisa, ou seja, obtivemos respostas de egressos em todos os anos letivos de que se fazia necessária para a formatação mais fidedigna possível de nossos estudos. Com base nessas informações, entendemos, pois, que os números apresentados representaram de maneira satisfatória as nossas expectativas e que as interpretações realizadas estão amplamente respaldadas a fim de promover confiabilidade aos resultados obtidos.

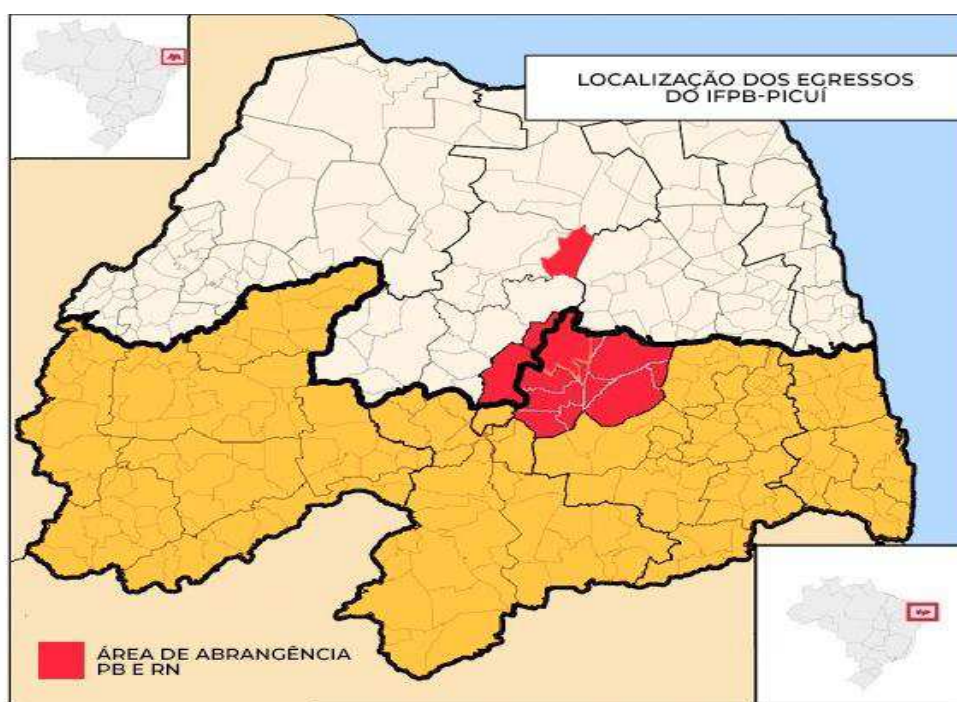
Gráfico 09: Os egressos e o ano de entrada no IFPB-Picuí



Fonte: Elaborado pelo autor (2021), elaborado pelo autor

Como já exposto, nosso estudo tem como foco principal as cidades que compõem a microrregião do Seridó Oriental Paraibano. Mas, com o desenvolver do trabalho e a evolução na aplicação dos questionários, foi possível comprovar que a área de atuação do IFPB-Picuí é bem mais abrangente do que pensamos de início. Ela não transpassa apenas fronteiras regionais, mas alcança municípios de outros estados, nesse caso em específico, do Rio Grande do Norte, conforme representa a figura abaixo, oportunizando uma visão mais conclusiva dessa área de abrangência.

Figura 14: Mapa da Área de abrangência da pesquisa (Tirar a cor de Picuí)



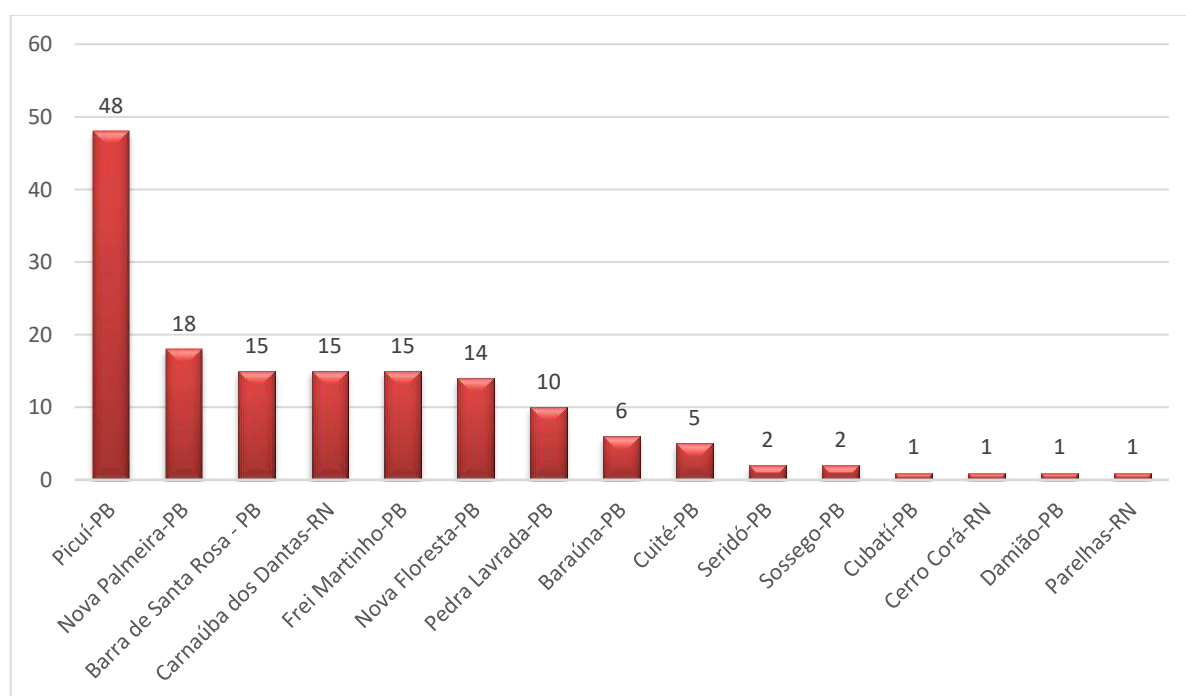
Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Ao encerrar a aplicação do questionário, que se deu entre os meses de outubro e novembro de 2021, o resultado foi de 154 questionários respondidos, dispostos da seguinte forma: 50 foram respondidos pelos alunos que concluíram o curso de Edificações, 40 pelos egressos do curso de Informática, 25 pelo curso de Geologia e 39 por quem já concluiu o curso de Mineração. Observando o gráfico 08, perceberemos que a quantidade de questionários aplicados irá coincidir rigorosamente com 30% dos estudantes egressos de cada curso presente

na pesquisa, buscando, assim, dar a maior paridade e equidade possível para a interpretação das informações coletadas.

Com relação à disposição geográfica na coleta das informações, obtivemos respostas nos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. No estado da Paraíba, angariamos respostas em duas microrregiões: no Curimataú Ocidental e no Seridó Oriental, sendo último, como anteriormente enfatizado, o foco de nosso trabalho. No Curimataú Ocidental, localizamos respostas nas cidades de Cuité, Barra de Santa Rosa, Damião, Nova Floresta e Sossego; já no Seridó Oriental Paraibano, as respostas foram obtidas nas cidades de Baraúna, Cubati, Frei Martinho, Nova Palmeira, Pedra Lavrada, Picuí e Seridó. Os únicos municípios que compõem a microrregião do Seridó Oriental Paraibano onde não conseguimos localizar egressos para aplicar nosso questionário foram as cidades de Juazeirinho e Tenório. Para a ausência de respostas nesses dois municípios, creditamos o fato da distância que os separam da sede do IFPB-Picuí como principal atenuante. No gráfico abaixo essas informações são dispostas de forma mais detalhada:

Gráfico 10: Origem dos estudantes que responderam o questionário



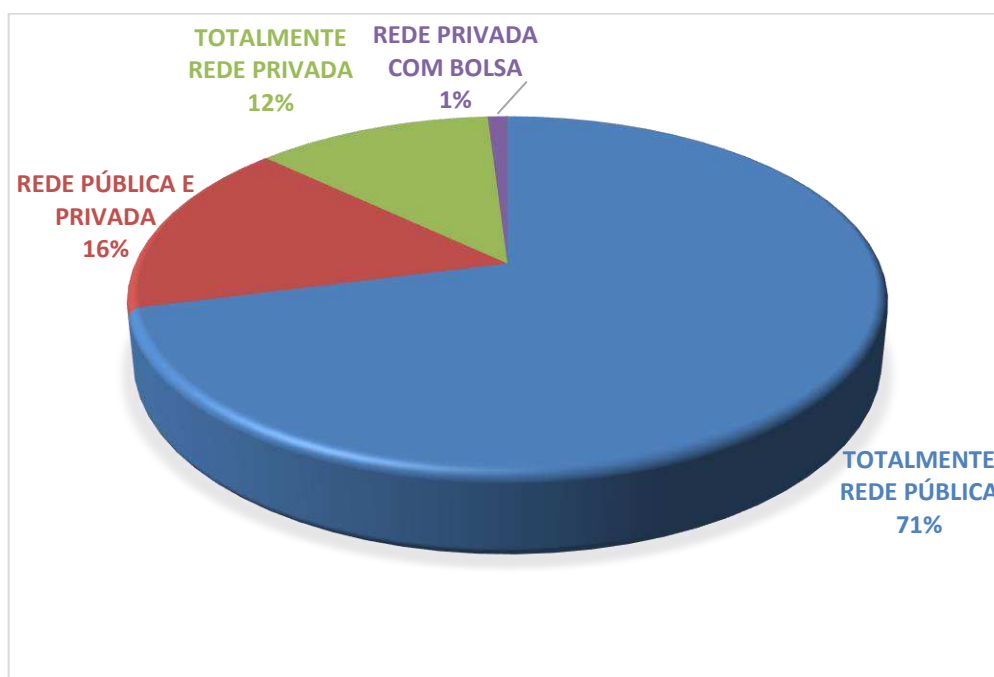
Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

O estado do Rio Grande do Norte, conforme mostra o gráfico acima, é representado a partir das informações coletadas oriundas dos municípios de Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá e Parelhas. É importante frisar que na base de dados do sistema de matrículas do IFPB-Picuí, os municípios que lideram o ranking das matrículas na atualidade são as cidades de Picuí-PB e Carnaúba dos Dantas-RN, respectivamente.

Tanto o gráfico 10 como a figura 14 mostram que os estudantes egressos do IFPB-Picuí são oriundos principalmente do município sede, mas também emergiram de outras cidades localizadas ao seu entorno, destacando que a instituição vem cumprindo com seus objetivos principais, mas também superando as expectativas, tendo em vista que sua área de abrangência tem se expandido além das fronteiras microrregionais e estaduais.

De posse das informações dispostas nos questionários, observamos que, apesar de uma certa paridade, a presença feminina é mais marcante no IFPB-Picuí, isso no que se refere a números, a quantitativos, tendo por base que 53% dos egressos são do sexo feminino e que 47% das vagas ocupadas no instituto são por pessoas do sexo masculino, é perceptível que o público feminino tem se mostrado mais adepto aos cursos ofertados pela instituição.

Com relação à trajetória dos egressos, observando os dados da amostra, percebemos que 110 estudantes que responderam às perguntas (o que representa 71% do total da amostragem) estudaram durante toda sua vida em escolas da rede pública de ensino. No gráfico abaixo está exposto que 16% dos alunos frequentaram tanto a rede pública quanto a rede particular, ao passo que 12% daqueles que responderam o questionário afirmaram que estudaram unicamente em escolas da rede privada de ensino e apenas 1 egresso respondeu que estudou na rede privada com bolsa de estudo, o que representa menos de 1% do público pesquisado.

Gráfico 11: Origem dos estudantes com relação à esfera de ensino

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

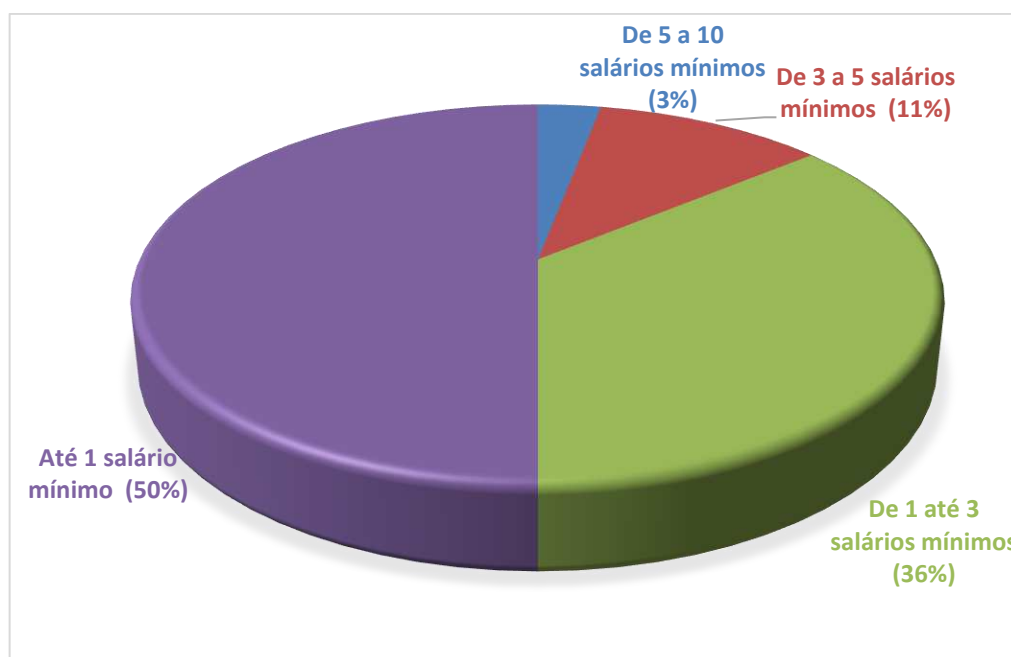
O gráfico 11 representa a predominância de estudantes que vieram da rede pública de ensino para o IFPB-Picuí. Observando atentamente, fica claro que o Instituto Federal também despertou o interesse daqueles que estudaram na rede privada, representando uma fatia considerável dos integrantes da amostra, que, se somados aos que frequentaram totalmente rede privada e aos que estiveram em ambas às esferas, esse quantitativo pode chegar a 29% do total dos egressos. De certa forma, esse número pode ser considerado significativo, tendo em vista que são poucas as cidades, onde os questionários foram aplicados, que ofertam educação em rede particular. Com base em depoimento dos egressos, podemos interpretar que essa procura se justifica pela qualidade do ensino ministrado pela Instituição e que, segundo o depoimento registrado na entrevista da aluna Gilza Macedo, do curso de Edificações:

Não fazia ideia do que seria o IFPB, estudava o 9º ano na escola particular do IDES na cidade de Picuí e fomos convidados para participar de uma feira de ciência no campus. Percebi uma dinâmica muito interessante entre professores e alunos e a partir desse momento, comecei a pesquisar sobre os Institutos Federais e descobri as inúmeras possibilidades que ele poderia me ofertar, que poderiam mudar a minha vida, citando como exemplo a possibilidade de

intercâmbio, curso de inglês, entre outros. Para quem mora em uma cidade pequena o IFPB é de “encher os olhos”, ampliou meu horizonte e me abriu um monte de possibilidades.

No gráfico seguinte, destacamos a renda mensal da família dos egressos, referente ao período em que adentraram em seus respectivos cursos no IFBB-Picuí. O gráfico 12, deixa bem claro o baixo poder aquisitivo da grande maioria das famílias dos estudantes da instituição, observando que 50% delas viviam, na época, com até um salário mínimo por mês, ao passo que 36% dessas famílias tinham à sua disposição uma renda mensal que variava de um até três salários mínimos; ainda é possível percebermos que 11% delas dispunham de uma renda familiar que variava entre três e cinco salários mínimos; entre os que detinham o maior rendimento mensal, detectamos que somente 04 famílias, o que representa apenas 3% de toda a amostra, tinham à disposição familiares rendimentos que alcançavam de cinco até dez salários mínimos:

Gráfico 12: Renda mensal da família dos egressos ao adentrarem nos cursos



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Ao realizarmos uma análise mais minuciosa do gráfico 12, podemos observar que a renda mensal declarada pelos egressos pode ser considerada baixa, tendo em vista que 86% dos entrevistados afirmaram que seus familiares sobreviviam com até três salários mínimos por mês. Dessa forma, concordamos com Silva (2017) acerca da importância do processo de interiorização, que possibilita o acesso de estudantes das classes menos favorecidas economicamente, aqui nos referindo especificamente à expansão dos Institutos Federais de Educação.

Para Antoniely Araújo, egressa do curso de Geologia no ano de 2018, a instituição amplia as chances de qualificação profissional e possibilita aos seus estudantes mudarem sua história de forma positiva, ascendendo socialmente: “era muito jovem e engravidei durante o curso, fiquei sem saber o que fazer, fiquei sem rumo, mas o IFPB foi como uma verdadeira mãe para mim”. Antoniely afirma que o apoio que teve do departamento social e psicológico do campus foi fundamental para sua permanência no curso, que certamente teria desistido se não houvesse esse tipo de apoio:

O IFPB é um mundo de oportunidades, fui muito importante para minha vida, hoje trabalho na empresa Elizabeth, mas, na minha primeira experiência em uma aula de campo, lembro que paramos para almoçar em um restaurante e, naquele momento não tinha condições de pedir uma quentinha naquele ambiente, hoje, graças a qualificação profissional que tive no IFPB, consigo fazer refeições em bons restaurantes.

Ao avançarmos na análise dos dados fornecidos pelos questionários, obtivemos a informação de que 70% dos egressos dos cursos técnicos avaliados ingressaram em Instituições de Ensino Superior, ou seja, das 154 respostas obtidas 108 afirmaram que buscaram e conseguiram êxito na luta pelo acesso a um curso universitário. Os dados podem nos trazer várias informações, dentre elas a de que os egressos, ao buscarem um espaço na instituição, buscam não somente uma formação técnica que os possibilite atuar no mercado de trabalho, mas principalmente a conquista de um diploma de curso de nível superior.

Ana Gláucia, egressa do curso de Edificações, destaca que buscou uma vaga na Instituição em virtude da qualidade do ensino que era ministrado, o que, segundo ela, lhe traria maiores chances de chegar à universidade. Segundo a técnica em edificações, “meu objetivo sempre foi ir pra universidade, fui para o IFPB porque todos falavam muito bem da qualidade

do ensino, de como os professores eram qualificados e, estudando no IF, minhas possibilidades aumentariam”.

Ao identificarmos que 70% dos egressos do campus Picuí conseguiram acesso às universidades e tiveram a oportunidade de se graduar, o gráfico 12, que detalha que que 50% das famílias desses estudantes sobreviviam com até um salário mínimo/mês, dá a esses números uma proporção mais relevante, mais impactante. Tendo por base essas informações, comprovamos, de maneira irrefutável, a importância da interiorização dos Institutos Federais de Educação, ao trazerem consigo uma infraestrutura física diferenciada, além do ensino que claramente eleva os padrões de qualidade na região, promovendo a democratização ao acesso aos cursos superiores.

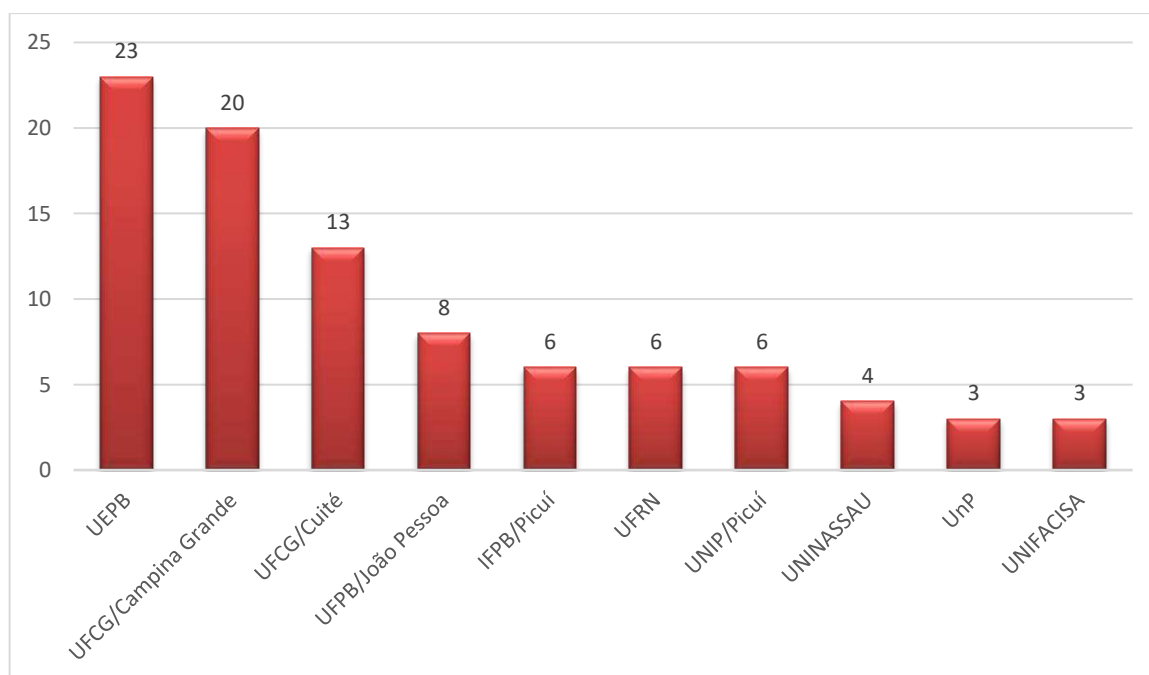
Para o Prefeito Olivânio Remígio, da cidade de Picuí-PB, “o IFPB é fruto de uma política pública muito bem sucedida de interiorização dos Institutos Federais por todo o País”. Segundo o prefeito, a Instituição, além de ofertar o ensino técnico de qualidade, proporciona também um ensino de excelência, que possibilita aos jovens que nele estudam uma grande chance de acesso às universidades, inclusive em suas próprias dependências, por ofertar cursos de graduação e pós-graduação. No entendimento do prefeito, essas ações elevam não apenas o nível profissional, mas também cultural da população; percebe, ainda, que a interiorização amplia o leque social, possibilitando que as camadas menos favorecidas da população tenham maiores possibilidades de ascensão social:

Lembro da imensa dificuldade que tive para conseguir ser aprovado no antigo processo de vestibular. Conheci muitos bons alunos que não tiveram a mesma sorte, ficaram pelo caminho, ocasionado principalmente pelo restrito número de vagas ofertadas nas instituições de ensino superior. Não que as vagas existentes no presente sejam suficientes, mas hoje, nossa região conta com o IFPB na cidade de Picuí e da UFCG Campus de Cuité, o que tem possibilitado mais oportunidades de acesso qualificação aos jovens de nossa região.

A partir desse momento, buscamos identificar quais foram os principais destinos acadêmicos desses estudantes, ou seja, quais foram as principais Instituições de Ensino Superior que eles tiveram acesso. Explicitaremos quais foram os principais cursos superiores escolhidos pelos egressos, a fim de identificar se os cursos do Ensino Médio Integrado ofertados tiveram

alguma influência sobre a escolha de sua futura vida universitária. Para isso, a fim de elucidar essas questões, recorreremos a gráficos, quadros e tabelas. No próximo gráfico, apontamos apenas as 10 instituições que apresentaram o maior número de ingresso dos alunos oriundos do Campus do IFPB-Picuí.

Gráfico 13: Principais destinos dos egressos do IFPB-Picuí



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Acima, estão as 10 Instituições que mais receberam egressos do ensino médio do campus Picuí, contabilizando 92, de um total de 108, que afirmaram estar em um curso superior. Nas faculdades e/ou universidades que ficaram de fora do gráfico, nenhuma somou mais de um estudante em suas dependências, por isso não foram inseridas. A primeira informação que podemos extrair dos dados expostos é a de que a principal escolha dos estudantes tem sido as universidades públicas federais, e a cidade de Campina grande, com a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), se destaca como principal destino. Outro Campus que chama a atenção pela procura, ocupando a terceira colocação como principal destino, é o campus da UFCG localizado na cidade de Cuité-PB, que

mesmo não ofertando tantos cursos quanto às universidades citadas, tem atraído muitos egressos do IFPB-Picuí.

As universidades federais tanto da Paraíba quanto do Rio Grande do Norte, conforme apontam as informações contidas no gráfico 13, também fazem parte das opções escolhidas pelos estudantes participantes da pesquisa. O IFPB-Picuí, é importante frisar, também tem absorvido em seus cursos superiores alunos que concluíram o ensino médio em suas próprias dependências. Ao finalizar a análise dessas informações, percebemos que uma minoria, pouco mais de 10% dos estudantes, dos 102 expostos no gráfico, tem optado em cursar sua graduação em faculdades e/ou universidades particulares. Por não fazer parte dos nossos objetivos, não colhemos informações para compreender essa escolha.

Considerando essas informações, podemos afirmar que a interiorização dos Institutos Federais representa uma ação concreta do Estado não apenas no acesso ao ensino médio técnico profissionalizante e a qualidade nele ofertada, mas também por atuar como uma ferramenta decisiva na democratização do Ensino Superior, favorecendo de maneira efetiva o acesso de estudantes das camadas menos abastadas ao ensino público de nível superior.

A despeito dos cursos superiores que os egressos do IFPB-Picuí frequentaram e/ou estão frequentando, as informações contidas na tabela abaixo tornam possíveis identificar uma certa relação entre os cursos ofertados durante o ensino médio. No entanto, estes dados não nos permitem afirmar que suas escolhas universitárias são fruto exclusivamente da influência que receberam nos cursos que realizaram no ensino médio da referida Instituição Federal.

Ressaltamos que todas as informações foram extraídas do questionário base de nossa pesquisa, de modo a perceber que os cursos superiores escolhidos são bastante heterogêneos, demonstrando uma diversidade muito grande no universo de suas escolhas. Os números apresentam dados consistentes quando mencionamos a bem sucedida política de interiorização dos IF's e a democratização do acesso ao ensino superior. Para ressaltar essas afirmativas, tomamos por base os gráficos anteriores, ao destacarem que: 71% dos estudantes do IFPB-Picuí são oriundos das escolas públicas, 86% das famílias dos egressos sobreviviam com no máximo 03 salários mínimos por mês, 70% dos estudantes que concluem seus estudos na Instituição chegam às universidades e 10% já cursam uma pós-graduação.

Tabela 05: Cursos superiores escolhidos pelos egressos do IFPB-Picuí

| Curso | Quantidade |
|------------------------------------|-------------------|
| Engenharia Civil | 11 |
| Licenciatura em Letras | 10 |
| Direito | 7 |
| Enfermagem | 6 |
| Ciências da Computação | 6 |
| Arquitetura e Urbanismo | 6 |
| Odontologia | 5 |
| Agroecologia | 5 |
| Administração | 5 |
| Geografia | 4 |
| Licenciatura em Química | 3 |
| Fisioterapia | 3 |
| Psicologia | 2 |
| Licenciatura em Pedagogia | 2 |
| Licenciatura em História | 2 |
| Gestão Pública | 2 |
| Geologia | 2 |
| Farmácia | 2 |
| Engenharia Elétrica | 2 |
| Engenharia de Minas | 2 |
| Engenharia de Energia | 2 |
| Ciências Contábeis | 2 |
| Ciências Biológicas | 2 |
| Tec. de Processo Gerenciais | 1 |
| Serviço Social | 1 |
| Relações Internacionais | 1 |
| Nutrição | 1 |
| Medicina | 1 |
| Licenciatura em Matemática | 1 |
| Licenciatura em Física | 1 |
| Gestão Comercial | 1 |
| Gestão Ambiental | 1 |
| Engenharia de Produção | 1 |
| Engenharia de Petróleo | 1 |
| Engenharia de Materiais | 1 |
| Engenharia de Alimentos | 1 |

| | |
|-----------------------------|-----|
| Engenharia Ambiental | 1 |
| Ciências Sociais | 1 |
| TOTAL | 108 |

Fonte: Dados coletados nos questionários e elaborado pelo autor (2021)

Essas são informações que comprovam a eficiência da política pública no que se refere à ampliação do leque de oportunidades aos menos afortunados. A tabela 05 nos permite observar que esses alunos não apenas ocupam vagas nas universidades, mas também alcançam cursos que outrora seriam ocupados quase que em sua totalidade por estudantes oriundos de famílias de alto poder aquisitivo.

4.2 Os Egressos do IFPB-Picuí e sua inserção no mercado de trabalho

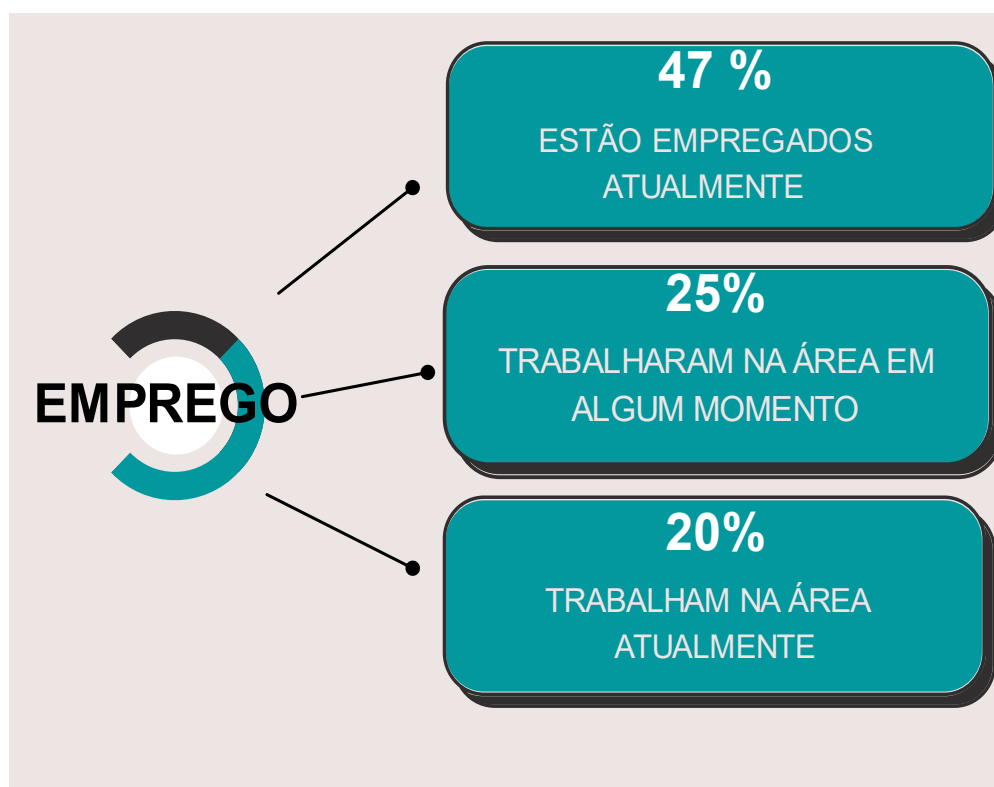
De acordo com a Austin Rating⁶, em informação divulgada no dia 22/11/2021, o Brasil tem a 4ª maior taxa de desemprego do mundo em um ranking de 44 países. O levantamento realizado pela agência de classificação de riscos também mostra que o país tem uma média de desemprego que supera em mais que o dobro a dos países que compõem o grupo dos dezenove países mais ricos do mundo e a União Europeia – G20. Observando os dados fornecidos pelo IBGE, no 2º trimestre de 2021 o Brasil registrou uma tímida queda em seu índice de desemprego, apresentando uma taxa de 13,5%, o que, em números totais, gira em torno de 14 milhões de desempregados.

É nesse contexto atual do país que chegamos a uma etapa muito importante para as pretensões de nossa pesquisa, que é conhecer a atual situação dos egressos do IFPB-Picuí e sua relação com o mundo do trabalho, já que definimos como problemática evidenciar se a expansão da rede federal de educação técnico-profissionalizante no Seridó Oriental Paraibano trouxe condições de inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho.

⁶ Austin Rating - É uma agência classificadora de risco de crédito de origem brasileira. Foi a primeira empresa nacional a conceder ratings no Brasil. Além do pioneirismo na classificação de risco de crédito, a empresa se caracteriza pelo desenvolvimento de metodologia própria, a qual adapta padrões internacionais ao mercado financeiro nacional e suas particularidades. <https://www.austin.com.br/Austin-Historia.html>.

Uma das perguntas do questionário aplicado busca saber se os egressos estão inseridos no mercado de trabalho, indagando, de forma direta, se atualmente estão empregados. Levando em conta a atual conjuntura do nosso país e com base nos dados que acabamos de citar, é possível considerar que a resposta obtida tende a ser animadora, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 14: Egressos do IFPB-Picuí atualmente empregados



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Acreditamos que é importante justificar o porquê de entendermos que o percentual de 47% de egressos estarem empregados foi considerado um número animador. Para isso, basta observarmos que 70% desses estudantes lograram êxito na busca por um curso superior, ou seja, boa parte deles ainda está na academia, em que todos sabem que vincular trabalho e estudo não é tarefa simples e que, na grande maioria dos casos, mediante vários contextos a que os egressos estão inseridos, torna-se quase impossível conciliar essas duas atividades. Dessa forma, entendemos ser importante considerar os números como animadores. É bem verdade que em

nosso questionário não buscamos diferenciar emprego de trabalho, em que sabemos que a informalidade é algo muito presente em região. assunto que faremos uma breve abordagem mais adiante

O aluno Antônio Paulino⁷, que concluiu o curso de Edificações no IFPB-Picuí, destaca que mesmo não atuando na área, relaciona diretamente seu sucesso no mercado de trabalho à formação que obteve no campus, pontuando que:

Não atuo na área de Edificações em que me formei no IFPB, hoje sou servidor público efetivo e estudante do curso de enfermagem no Campus da UFCG de Cuité, onde atribuo tanto minha aprovação no concurso público a qual me submeti quanto a aprovação do ENEM, graças ao ensino que o Instituto me proporcionou.

Egressa do mesmo curso, a aluna Cléria Maria afirma que trabalha desde que concluiu o ensino médio integrado, destacando também que nunca teve grandes dificuldades para se inserir no mercado de trabalho, inclusive, sempre atuando em sua área de formação: “desde que conclui o curso de Edificações no IFPB de Picuí que consegui trabalhar na área, logo em seguida fui aprovada em um curso superior também na mesma área, a qual conclui e a estou atuando até hoje”.

Na sequência, buscamos informações que pudessem estabelecer uma relação com o curso originário de cada estudante e a sua trajetória de trabalho. De acordo com os questionários, foi possível identificar que 25% dos que responderam os questionários em algum momento de suas vidas tiveram empregos que foram diretamente relacionados aos cursos que concluíram, enquanto 20% afirmaram que os empregos ao qual estão vinculados atualmente são resultado da formação que obtiveram no referido Instituto.

O aluno Darvin Luís, egresso do curso de Informática, relata em seu depoimento que foi estudante de uma das primeiras turmas que o IFPB-Picuí ofertou, detalhando o quanto a instituição e a qualidade do ensino que ela lhe proporcionou foi determinante para sua atuação no mercado de trabalho microrregional. De acordo Darvin:

⁷ Os nomes dos egressos participantes da pesquisa e descritos no texto são fictícios

Já atuava na área, trabalhava em uma loja que vendia produtos no ramo de informática, mas me faltava embasamento, o curso de Informática ofertado pelo IFBP me possibilitou esse conhecimento. Hoje tenho minha própria empresa que comercializa produtos e presta serviços na manutenção e suporte de equipamentos de informática atuando em várias cidades da região.

Outra pergunta contida em nosso questionário possibilitou agregar mais lucidez aos dados relativos à escolha da profissão, dispostos no gráfico abaixo, demonstrando os vencimentos recebidos pelos egressos que afirmaram ter conseguido um emprego em sua área de formação:

Gráfico 15: Vencimentos dos egressos do IFPB-Picuí empregados na mesma área de formação



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

As informações contidas no gráfico foram extraídas com base nos 25% dos egressos que afirmaram que trabalham ou já trabalharam na mesma área em que concluíram seus respectivos cursos. Como primeira informação, enfatizamos o fato de que 19% dos que estão sendo remunerados por suas atividades profissionais relatam que recebem vencimentos inferiores ao mínimo nacional estabelecido por lei, o que nos leva a interpretar que estão na informalidade, fato que infelizmente ocorre com muita frequência em nossa região. Contudo, 81% desse

público informou ter vencimentos que ultrapassam um salário, chegando a receber mensalmente valores que ultrapassam a dez salários mínimos.

Não nos alongaremos, tão pouco nos aprofundaremos no tema da informalidade, apenas faremos uma breve explanação. Justamente por entendermos que dada a sua dinâmica e complexidade, seria impossível dentro de nossa abordagem tratarmos o tema com a transparência e profundidade que ele necessita. No entanto, de acordo com Nobrega (2017 p 37) “O fato de as atividades informais estarem fora do trabalho organizado não significa, necessariamente, que elas sejam de menor produtividade e que os seus trabalhadores sejam os de remuneração mais baixa”. Como já mencionamos, não nos detivemos em nossa pesquisa na busca por informações acerca do mercado formal e da informalidade, pelos motivos já mencionados.

Em seu trabalho, Nobrega (2017) atenta para uma certa conexão entre o setor formal e o informal e, uma certa convivência por parte do Estado em manter tal relação, haja vista que, produtos e serviços prestados pela informalidade são consumidos por pessoas de ambos os setores⁸. “O autor ainda afirma que a terceirização reduz os custos, e permite a ampliação da informalidade à medida que, tal processo passa a incorporar os empregos informais, articulando-os à dinâmica capitalista” (NOBREGA, 2017 p 49). Que não tem preocupações com os baixos salários ofertados, tão pouco com a inexistência da proteção social desses trabalhadores.

Retornando aos questionários, também nos relataram que 67% dos egressos empregados estão exercendo suas atividades nas cidades que estão na área de abrangência de nossa pesquisa. Os demais, que correspondem a 33%, conseguiram suas ocupações em demais cidades paraibanas, sendo absorvidos principalmente pelas cidades de Campina Grande e João Pessoa, mas também em diversas outras cidades de vários estados da federação.

Para o egresso Glebbson Cortez, que concluiu o curso de Informática, o ensino que o IFPB-Picuí lhe proporcionou mudou a sua vida, tanto em nível pessoal quanto na carreira profissional. Para ele, foi um verdadeiro “divisor de águas”:

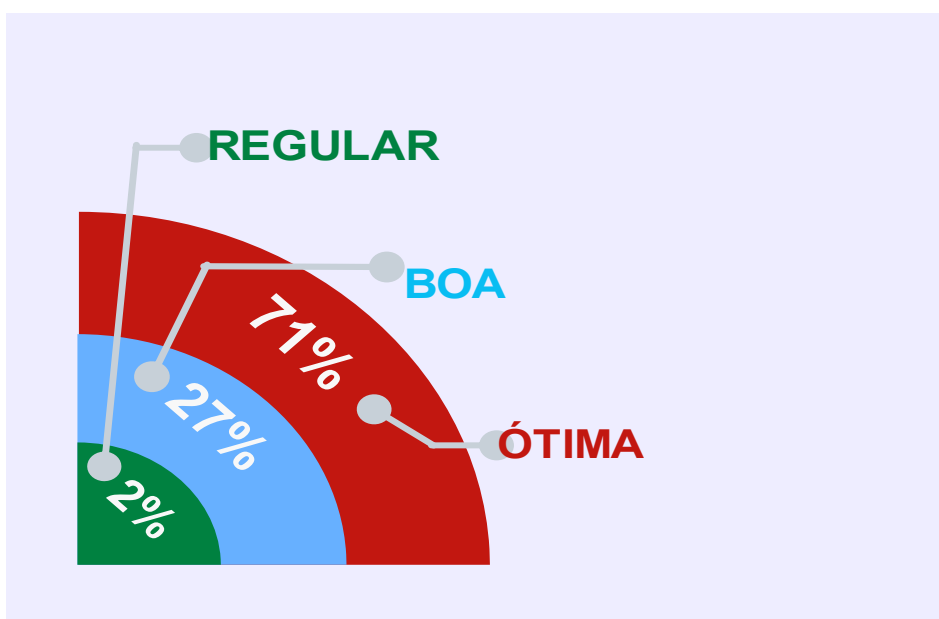
⁸ Ver mais sobre o assunto no trabalho de NOBREGA, José Aderivaldo da. ESTUDO SOBRE AS INTER-RELAÇÕES ENTRE FORMALIDADE E INFORMALIDADE DO TRABALHO NO SEGMENTO DE MINERAIS NÃO METÁLICOS NO SERIDÓ DA PARAÍBA. 2019. 235 f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2019.

Quando saí do IFPB, tenho certeza que não sabia de tudo, mas tudo que absorvi foi de suma importância para mim. Não saí de lá com apenas um certificado, mas com um aprendizado muito consistente, tanto que além do diploma de técnico em Informática, fui aprovado em um concurso público na mesma área, consegui concluir um curso superior também no mesmo seguimento e na atualidade tenho uma empresa que presta serviços na área de rastreamento de veículos e monitoramento por câmeras de segurança.

Quando questionados sobre a relevância do IFPB-Picuí na inserção do mercado de trabalho, as respostas foram positivas: 50,65% consideram que a Instituição contribuiu de forma muito relevante, 38,3% informam que a contribuição é entendida como relevante, já 9,1% dos egressos expressaram que a formação obtida teve pouca relevância e apenas 1,9% dos que responderam o questionário consideram que sua passagem no Instituto não teve nenhuma relevância no impacto de sua inclusão no mercado de trabalho.

O último momento do questionário, consistiu em perguntas que nos permitissem conhecer a opinião dos egressos com relação ao IFPB-Picuí e dos benefícios que sua implantação tem trazido para as cidades de seu entorno. Indagamos os alunos com relação à qualidade dos cursos que são ofertados pela Instituição, e as respostas foram dispostas no gráfico abaixo:

Gráfico 16: Os egressos e a avaliação dos cursos ministrados no IFPB-Picuí



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

O gráfico 15 destaca um indicador que consideramos muito importante para a pesquisa, que diz respeito à avaliação da qualidade dos cursos a partir do ponto de vista dos estudantes. Os números não deixam dúvida quanto à excelência do ensino ministrado, lembrando que dos 154 egressos que responderam ao nosso questionário, 110 avaliam que a qualidade dos cursos ministrados é considerada ótima, o que corresponde a 71,4% do total; 42 estudantes definiram a qualidade do ensino como boa, o que equivale a 27,3% e apenas 2 ex-alunos, o que representa 1,3%, informaram que a entendem como regular. É importante ressaltar que nenhum egresso participante da pesquisa classificou como ruim ou péssima a qualidade do ensino ofertado.

Ao ser questionada sobre a qualidade do ensino ofertado no IFPB-Picuí, a egressa Ocleciana Santana, do curso de Mineração, relata sobre a excelência do curso, que, segundo ela, teve o privilégio de participar e das diversas vantagens que se tem ao estudar em um Instituto Federal:

Os professores são excelentes, extremamente qualificados e comprometidos com a qualidade do ensino, a infraestrutura é incrível, bem superior às demais instituições de ensino existentes na região, além dos laboratórios existentes em cada curso, o IFPB proporciona aos estudantes inúmeras aulas de campo que auxiliam muito no nosso aprendizado e em nossa capacitação técnica.

De acordo com Ocleciana, mesmo estando em um curso superior distinto da área que concluiu no IFPB-Picuí, já recebeu algumas propostas de empresas para atuar como técnica em mineração. Após questionarmos o motivo de não aceitar essas propostas, a técnica em mineração afirma não ter compatibilidade de horário em virtude de sua vida acadêmica e por não ter se sentir seduzida pela proposta salarial ofertada. No entanto, no que concerne à qualidade do ensino proporcionado pelo curso, afirma que se sente em condições de atuar em sua área de formação.

Buscamos, ainda, compreender como os egressos visualizam a contribuição do campus Picuí para o desenvolvimento da região. As respostas evidenciam que a instituição goza de um respaldo muito grande entre os que responderam os questionários: 89% afirmam que as ações por ela desenvolvidas contribuem muito para o desenvolvimento da região em que está inserida; para 9,7% a contribuição é considerada razoável e 2% do montante consideram que é pouca a

contribuição para o desenvolvimento regional. Mais uma vez, não encontramos nenhuma resposta que viesse a classificar o desempenho do instituto como ruim ou péssimo.

Para Alianny Kellem, técnica em Informática, “o IFPB possibilita a democratização do ensino de qualidade para pessoas menos favorecidas. A instituição é como uma “mãe” para seus alunos, trazendo todo o suporte necessário para que eles continuem focados nos estudos”. Para a egressa, a instituição desempenha um papel fundamental na perspectiva de reduzir desigualdades na região, compreendendo que algumas ações de suporte realizadas pelo Instituto, como os auxílios estudantis, por exemplo, são fundamentais para que alunos com pouco poder aquisitivo continuem estudando, especialmente aqueles que residem fora da cidade sede do campus.

A última pergunta do questionário consiste em indagar os egressos acerca da contribuição do IFPB-Picuí para a sua vida. Encontramos apenas duas respostas: a primeira, que o Instituto contribuiu muito, correspondendo ao percentual de 87% das respostas colhidas; na segunda, 13% afirmaram que o Instituto teve contribuição razoável, totalizando 100%, e apontando para a ideia de um altíssimo nível de aceitação e confiança por parte dos estudantes que fizeram parte de nossa pesquisa. As respostas dos egressos demonstram em sua essência um universo muito mais amplo do que simplesmente a chegada ao mercado de trabalho após a conclusão do ensino técnico profissionalizante, de modo que o horizonte pode ser mais amplo e mais dinâmico do que o objetivo inicial que os tenham levado a buscar uma vaga em um Instituto Federal.

Naldemberg, egresso do curso técnico de Geologia e hoje estudante do curso superior em Geologia, afirma ser estudante universitário graças ao curso técnico concluído no Campus Picuí. Relata, ainda, que a instituição abriu inúmeras portas para ele e destaca que “foi através do IFPB que amadureci pessoalmente, academicamente e profissionalmente, fazendo com que eu tivesse uma visão de mundo diferente e significativamente positiva para o meu crescimento pessoal”. Para ele, o ensino ministrado prepara seus estudantes não só para o mercado de trabalho ou para carreira acadêmica, mas principalmente para a vida.

4.3 Os atores sociais e suas percepções sobre o IFPB-Picuí

Nesta seção, expomos o resultado das entrevistas e as opiniões de atores sociais envolvidos no processo. Por ainda estarmos sob os efeitos da pandemia do COVID-19, entendemos ser mais seguro e coerente realizá-las através do aplicativo *Google Meet*. Assim, buscamos entrevistar esses sujeitos que, pelo espaço que ocupam, podem contribuir ricamente com nossa pesquisa a partir de suas opiniões e relatos. O primeiro entrevistado foi o prefeito do município de Picuí, Olivânio Remígio (PT); na sequência, o diretor de ensino do IFPB-Picuí; finalizamos esse processo com os coordenadores dos cursos de Edificações, Informática, Geologia e Mineração.

Com base nas opiniões expressas nas entrevistas, é consenso, entre os atores sociais entrevistados, que a questão orçamentária tem ocasionado inúmeras dificuldades ao IFPB-Picuí, imputando ao campus uma série de limitações que compreendem a manutenção das atividades já desenvolvidas, acesso a novos equipamentos e tecnologias, bem como a impossibilidade de expansão de novas ações. Segundo Hermano Cavalcanti, diretor de ensino:

A questão da redução orçamentária do campus é algo que vem limitado muito o desenvolvimento de nossas ações. Nosso orçamento vai na contramão do resultado de nossas matrículas, que vem crescendo a cada anos. Temos em nosso planejamento a proposta para criação de novos cursos para o campus, mas estamos limitados pela impossibilidade de contratação de novos profissionais para o funcionamento desses novos cursos

Para o coordenador do curso de Edificações, Mario Henrique, os cortes no orçamento impõem ao IFPB-Picuí uma série de dificuldades que impactam diretamente na estrutura e funcionabilidade dos cursos. Existe, no momento, a necessidade de ampliação do quadro de professores efetivos, haja vista que o campus hoje dispõe de muitos professores substitutos e as mudanças constantes no quadro afeta e dificulta o processo. De acordo com o coordenador:

Na perspectiva administrativa, me reporto à limitação dos recursos, nos últimos anos temos sofrido muito com a falta de equipamentos de ordem estrutural e de softwares que são fundamentais para o nosso desenvolvimento, equipamentos em que se tratando de um Instituto Federal é relativamente barato e não deveria ser difícil adquiri-los

Do ponto de vista do prefeito Olivânio Remígio, é de se lamentar a atual política do Governo Federal em relação aos Institutos Federais instalados em todo país. Segundo ele, é preciso ver com muita preocupação os sucessivos cortes e contingenciamentos feitos pelo chefe do poder executivo, que, se continuarem nesse direcionamento, podem causar sérios prejuízos às Instituições que são uma política pública muito eficiente na área de educação.

O Prefeito ainda relata:

Lamento a atual política do Governo Federal em relação a todos os Institutos Federais espalhados pelo Brasil, aqui me refiro os cortes no orçamento e o contingenciamento de recursos. A falta de investimentos por parte do Governo Federal poderá transformar o Campus de Picuí-PB em uma mera escola de ensino médio do interior. O Campus de Picuí tem uma estrutura enorme e a falta de recurso faz com que ele seja pouco aproveitado, uma questão clara dessa falta de recursos diz respeito ao ônibus da Instituição, que há muito tempo não consegue atender aos estudantes, seja por falta de motorista, de combustível ou de manutenção.

Além disso, destaca que não é seu intuito realizar comparações, mas “é notória a diferença de atenção para com os Institutos Federais realizada pelo atual governo e a destinada pelos governos do Partido dos Trabalhadores de Lula e Dilma”, de modo a perceber que o governo do Partido dos Trabalhadores realizou uma verdadeira revolução no ensino técnico profissionalizante no país.

Questionamos os entrevistados acerca dos cursos técnicos do Ensino Médio Integrado, se conseguem atender às principais características e potencialidades inerentes à região. Para Mario Henrique, coordenador do curso técnico integrado em Edificações, a resposta é positiva, e segundo ele, “cada curso passa por um processo revisional periodicamente, onde os professores atualizam as ementas e como os conteúdos devem ser repassados para os estudantes sendo atualizados para se adaptarem e atenderem as demandas do mercado”. Lucius Machado, coordenador do curso de Informática, destaca que é preciso analisar a Microrregião do Seridó Oriental Paraibano e o contexto ao qual ela está inserida, afirmando que os cursos ofertados pelo campus estão em sincronia com suas potencialidades e as demandas do mercado:

É preciso analisarmos a microrregião do Seridó Oriental Paraibano, pois existe nela um potencial de mineração, O IFPB-Picuí oferta hoje os cursos de

Geologia e Mineração que são intimamente ligados a este potencial, ofertamos também um curso de Edificações que está estreitamente ligado a construção civil e conseqüentemente a outras áreas correlatas que dispõem um alto índice de empregabilidade e o curso de Informática que hoje podemos dizer que o curso que mais gera emprego na atualidade.

Diante desses motivos, o coordenador do curso de Informática acredita que os cursos integrados que são ofertados atendem às demandas e características da região em que o IFPB-Picuí está inserido. Com a mesma linha de pensamento, Anderson Souza, coordenador do curso de Geologia, pontua que os cursos ofertados atendem à demanda regional inclusive com potencial de crescimento a médio prazo. Mas, para ele, “como integrantes dos Institutos Federais, precisamos sempre estar atentos às novas demandas e novas potencialidades”.

Acerca da oferta dos cursos integrados, o diretor de ensino do campus, Hermano Cavalcanti, concorda que as necessidades da região têm sido atendidas, mas destaca que em “virtude das novas tendências do mercado já teríamos a possibilidade de ofertarmos novos cursos, cito como exemplo, a produção de energia renováveis que já estão em nossas observações como um novo caminho, uma nova possibilidade de crescimento para a região”. Ainda de acordo com o diretor, hoje essa intencionalidade torna-se inviável, haja vista as limitações impostas pela questão orçamentária já citadas anteriormente.

Para o prefeito, “o Instituto federal de Picuí deveria rever os cursos por ele ofertados”, citando como exemplos os cursos de Agroecologia, Geologia e Mineração, que, para ele, não atendem mais as demandas do mercado da região. Acredita, portanto, que novos cursos deveriam ser implantados em sua estrutura curricular, baseados em estudos que apontem a nova tendência do mercado regional, permitindo, assim, ampliar as oportunidades de trabalhos para os que concluem cursos de nível técnico e superior na Instituição.

Ao abordarmos os entrevistados acerca das principais contribuições que o IFPB-Picuí tem trazido para o município sede e os demais municípios da região, encontramos várias colocações que mostram a diversidade das ações do Instituto. Para o coordenador do curso de Edificações, a principal contribuição é ofertar um ensino público de qualidade, enfatizando que:

A política de expansão e interiorização dos IF's foi fundamental nesse processo, encravando na cidade de Picuí uma verdadeira “joia”, a educação que proporcionamos aqui, acredito que seja um divisor de águas na vida de

cada aluno que passou pelo Campus, como foi na minha, por ter sido também estudante de um Instituto Federal.

Anderson Souza, coordenador do curso de Geologia, analisa que, em se tratando da região, a principal contribuição do campus tem sido a capacitação e a qualificação da população a partir da oferta dos cursos. Acrescenta, ainda, que a qualificação obtida nos cursos técnicos amplia as possibilidades dessas pessoas serem inseridas no mercado de trabalho. De acordo com o coordenador, a cidade sede do Instituto é agraciada com outros benefícios além desses já citados. Nessa perspectiva, “é perceptível que a circulação de estudantes vindo de outros municípios e dos profissionais que trabalham no Campus, tem aquecido alguns setores da economia municipal, como por exemplo o comércio, os serviços, da construção civil e do setor imobiliário.”

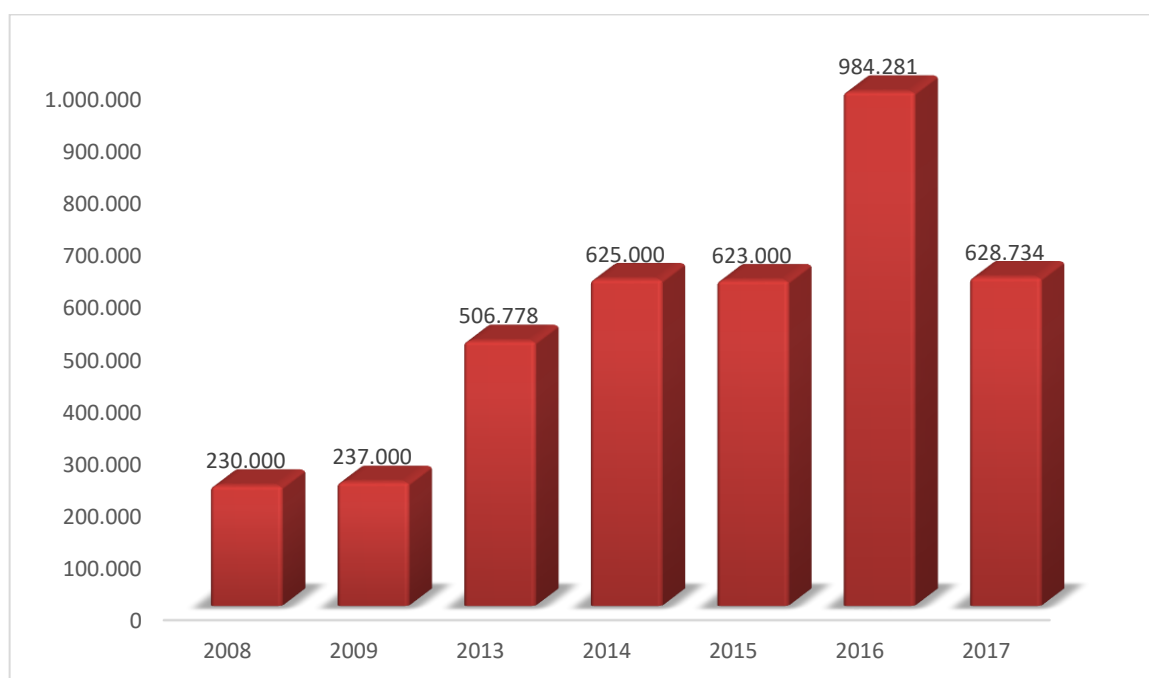
Hermano Cavalcanti, diretor de ensino do Campus, acredita que a principal contribuição do IFPB tem realmente sido na parte educacional. Convicto da evolução advinda com o campus, acrescenta: “além de termos uma grande aprovação de nossos alunos em várias Universidades, a interiorização dos Institutos tem ofertado além dos cursos técnicos, cursos de graduação e pós-graduação, isso vem possibilitando que muitos estudantes se capacitem próximo as suas residências”. Para o diretor, outro ponto a ser destacado é a oportunidade de emprego no próprio campus, que já conta com vários professores que se capacitaram na própria Instituição.

Para Olivânio, com a chegada do IFPB na cidade de Picuí “claramente existe um ganho acadêmico na população, haja em vista a quantidade de trabalhos de conclusão de curso que exploraram e falam sobre a região e enaltecendo suas potencialidades que são consequentemente disseminados entre a população”. O prefeito reconhece, pois, que qualidade do ensino ministrado na Instituição é muito diferenciada da que é praticada na rede estadual. Apesar de compreender que o Instituto poderia ser mais aberto a realizar parceria com os municípios do seu entorno, há a ciência de que esse é outro ponto positivo com a chega do IFPB na cidade, já que realizou parcerias e desenvolveu vários projetos com o instituto. Segundo Olivânio, com a implantação do campus de Picuí, alguns setores da economia local foram atingidos positivamente:

O aumento da receita é outro ponto a ser destacado, não necessariamente na prefeitura e em suas finanças, mas sim na cidade, é visível que existem mais pessoas circulando e consumindo, sejam funcionários do próprio Instituto ou alunos que vieram para estudar, existe um claro aquecimento no setor imobiliário em alugueis e na construção de novos imóveis, posso citar como exemplo o Bairro Pedro Salustino sendo hoje considerado bairro nobre da cidade que fica no entorno do IFPB devido as várias obras de melhoria na infraestrutura que o bairro tem recebido nesse período.

A falta de números oficiais, sobretudo na última meia década, dificulta nossa abordagem acerca de informações relativas à arrecadação das receitas municipais que possam confirmar com precisão as informações fornecidas pelo prefeito. Contudo, o gráfico seguinte nos mostra a dados que ajudam a entender suas afirmações:

Gráfico 17: Arrecadação de ISS do município de Picuí entre 2009 e 2017



Fonte: IBGE (2021), elaborado pelo autor

Mesmo que em suas palavras, o prefeito afirme que não percebe um aumento de receitas nos cofres municipais, o gráfico 17 nos mostra o contrário, sendo perceptível um aumento

significativo do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza – ISS, que é uma receita arrecadada pelos municípios. É inegável que a partir de 2009, início do funcionamento do IFPB-Picuí, essas receitas cresceram consideravelmente até o ano de 2016, vindo a ter seu primeiro decréscimo no ano de 2017. Coincidentemente, o ano de 2017, culmina como primeiro exercício, analisado em nosso gráfico, onde o partido dos trabalhadores não está mais à frente do Governo Federal, outro fato a ser destacado é que neste mesmo período, tem-se a chegada do Prefeito Olivânio ao posto chefe do poder executivo municipal e, que talvez por esse motivo, o mesmo não possa afirmar o crescimento das receitas municipais. O fato de o IBGE só ter dados dessa receita até o último ano exposto em nosso gráfico, nos impossibilita de realizarmos uma abordagem mais detalhada sobre essa temática.

No último momento de nossa entrevista, questionamos os participantes a fim de conhecer seus posicionamentos com relação ao alcance e a execução das principais metas e objetivos do IFPB-Picuí. As repostas obtidas foram sempre no direcionamento de que o Instituto, apesar das dificuldades impostas a qualquer segmento ou instituição, vem alcançando os objetivos e metas a qual sua implantação foi proposta. Para Lidiane Felix, coordenadora do curso de Mineração, é preciso entender que os objetivos principais estão paulatinamente sendo alcançados, pois “estamos abrangendo um número significativo de estudantes, ofertando a ele uma educação de qualidade e uma qualificação profissional que estão permitindo aos egressos seu acesso tanto ao mercado de trabalho quanto as universidades”.

O coordenador Mario Henrique, por sua vez, afirma que o IFPB-Picuí vem atingindo suas metas, mas acrescenta que melhorar é sempre preciso e aponta para a necessidade de “ampliar os cursos ofertados dentro dos eixos que já existem, para que a política de expansão dos Institutos Federais sejam efetivas também na ação de fixar o aluno em sua região, criando cursos de nível superior e de pós-graduação verticalizando as nossas ações”. O diretor de ensino do Campus também destaca que o campus de Picuí cumpre com seus principais objetivos, “haja vista que a procura pelos cursos integrados tem se intensificado nos últimos anos” e comunga da mesma ideia de que a verticalização dos cursos ofertados pela instituição traria inúmeros benefícios para o desenvolvimento regional em vários aspectos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os seus mais 110 anos de existência, a Rede Federal de Educação do Brasil sofreu inúmeras mudanças, passando inclusive por várias denominações. Desde sua gênese como Escolas de Aprendizes e Artífices até sua última nomenclatura, enquanto os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Fica claro que as mudanças não dizem respeito apenas aos nomes com os quais elas se apresentam para a população, mas sim em sua forma de atuação, na maneira de atender seu público, em sua institucionalidade. Promove, pois, uma série de rupturas que a caracterizam durante sua trajetória, tendo a sua última mudança estabelecida pela Lei 11.892/98, que dá sua mais nova versão para a Educação Profissional e Tecnológica do país.

No início do século, mais especificamente no espaço de tempo compreendido entre 2003 a 2016, período em que o Brasil esteve em sua esfera federal sob o comando do Partido dos Trabalhadores, o país vivenciou uma série de mudanças que favoreceram as classes mais populares e tinham o claro intuito de reduzir as desigualdades existentes na população. Nos reportamos especificamente às políticas públicas em educação, materializada pela expansão e interiorização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ocorridas durante os governos dos Presidentes Lula e Dilma, que hoje, se fazem presentes por todo território nacional, em um crescimento quantitativo que supera a ordem dos 300%. Qualitativamente, os referidos Institutos trazem consigo uma nova institucionalidade, que tem sido alvo de diversos olhares e de vários pesquisadores, ávidos por respostas para inúmeros questionamentos.

Após um longo período de estagnação, fruto da política neoliberal, adotada em especial pelas ações dos dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que exerceu grande influência sobre a Educação Profissional e Tecnológica do país, promovida por uma série de ações do Estado, que reduziu paulatina e sistematicamente seu protagonismo na área educacional. Os Governos FHC geraram uma política de formação profissional básica de baixa qualidade e totalmente desvinculada das escolas de educação profissional, voltada sobretudo aos desescolarizados e desempregados (OLIVEIRA, 2014, p. 154). Os reflexos das investidas do neoliberalismo deixaram chagas na área da educação brasileira, abrindo espaço para o setor privado, aqui observado em sua parte profissional e tecnológica, gerado a partir de um novo

contexto vivenciado nas áreas políticas, econômicas e sociais, sedimentadas pela política neoliberal.

Com o objetivo de retomar o protagonismo do Estado, o governo do Presidente Lula lança em 2007 o Plano de Desenvolvimento da Educação, que foi um conjunto de programas que visavam melhorar a educação no Brasil em todas as suas etapas. Entre várias de suas ações, o plano previa a ampliação do parque Federal de Educação e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A criação dos Institutos Federais dá visibilidade a uma convergência de fatores que traduzem a compreensão desse governo quanto ao papel da educação profissional e tecnológica no contexto social do Brasil e deve ser reconhecida como ação concreta das atuais políticas para a educação brasileira (BRASIL, 2008). O conjunto de ações e programa criados visando a melhoria da educação do país e, conseqüentemente alavancar seu desenvolvimento econômico e social, foi a base propulsora que utilizamos para desenvolver nossos estudos.

Ao iniciarmos nossa busca por informações relativas ao Campus do IFPB-Picuí, nos deparamos com uma certa facilidade de acesso às informações institucionais, mas não tivemos a mesma facilidade no quesito localização dos egressos. O campus não dispunha de contatos dos alunos que concluíram o Ensino Médio em suas dependências, nem de possíveis destinos relativos à sua ocupação no mercado de trabalho; essa carência de informações ocorre repetitivamente em todos os campi presentes em nosso estado. No entanto, nos últimos anos existe um esforço da reitoria do IFPB para esquadrihar informações a fim de conhecer os sucessos e dificuldades que os profissionais formados se deparam no mercado de trabalho. Segundo o IFPB, com essas informações será possível melhorar seus cursos técnicos, de graduação e pós-graduação, bem como direcionar projetos de formação continuada às necessidades dos profissionais de cada área. Para isso, dispuseram em seu site um canal de comunicação, em uma tentativa de manter e/ou recuperar o contato com seus egressos.

De posse das informações que 85% dos campi dos Institutos Federais estão alocados em regiões interioranas do país, percebe-se claramente que existe uma aposta por parte do governo federal ao elaborar o plano de expansão, visando o desenvolvimento socioeconômico nas regiões das suas áreas de atuação. Ressaltamos, assim, que a política de interiorização tem como uma das características principais a expansão das unidades físicas, que está pautada em nossa

pesquisa. Dessa forma, nos sentimos atraídos em descobrir se a expansão da rede federal de educação técnico-profissionalizante no Seridó Oriental Paraibano trouxe condições de inserção dos jovens egressos do IFPB-Picuí no mercado de trabalho microrregional.

Para tanto, partimos de uma perspectiva positiva em relação aos nossos questionamentos e formulamos nossas hipóteses, convictos de que expansão da rede federal de educação técnico-profissionalizante no Seridó Oriental Paraibano tem possibilitado aos jovens egressos do IFPB-Picuí a inserção no mercado de trabalho, bem como a atuação na área dos seus respectivos cursos e formação técnica. Ao avançarmos na pesquisa, foi possível identificar inúmeras outras conquistas, que não estão ligadas apenas ao acesso ao mercado de trabalho. É possível afirmar que o processo de expansão e interiorização dos Institutos Federais favoreceu o ingresso de muitos jovens das camadas mais populares nas universidades, muitos oriundos inclusive de várias cidades ao entorno do campus, mas sobretudo daquelas que estão dentro nas fronteiras da Microrregião do Seridó Oriental Paraibano.

O fato pode ser comprovado pelo resultado de nossa pesquisa, que detalha de forma muito clara a extensa área de abrangência do IFPB-Picuí e a verificação de que 86% dos estudantes que ocupam vagas no campus vem de famílias pobres, que não compõem as classes sociais mais elevadas, evidenciando, portanto, que a qualidade do ensino ministrado no Instituto Federal tem contribuído para o processo de democratização do acesso às instituições de ensino superior. Além de possibilitar uma trajetória acadêmica aos que frequentam o IFPB-Picuí, permite a esses alunos não apenas ocuparem vagas nas universidades, mas também alcançarem cursos que outrora seriam apoderados, quase que em sua totalidade, por estudantes oriundos de famílias de alto poder aquisitivo, comprovando, assim, sua eficiência também em promover a sonhada travessia social.

O depoimento de Lidiane Felix, coordenadora do curso integrado de Mineração, vai ao encontro das informações que nossa pesquisa revela: “não consigo descrever o que sinto pelo IFPB, o apoio financeiro que tive da instituição foi determinante para o meu sucesso na vida acadêmica, meu pai abandonou a família e a minha mãe sustentou a mim e meus dois irmãos com apenas um salário mínimo por mês”. De acordo com as informações da coordenadora, hoje ela é doutora na área e realizou uma de suas graduações no próprio IFPB. Assim, evidenciamos

que os Institutos Federais são espaços privilegiados de aprendizagem, capazes de transferir conhecimento e de gerar mudança na qualidade de vida de milhares de brasileiros.

Os Institutos trazem em sua essência e na gênese de sua proposta político-pedagógica a oferta da educação básica, principalmente em cursos de Ensino Médio Integrado a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, fato que se comprova em vários artigos da Lei 11.982/98, a exemplo do Art. 8º, que destaca que 50% das vagas existentes nos Institutos Federais devem ser destinadas à educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, deixando claro que a qualificação profissional e a posterior inserção no mercado de trabalho constam entre os objetivos principais. Pelos desdobramentos de nossos estudos, evidenciados pelos números obtidos em nossa pesquisa, comprova-se que a Instituição vem alcançando seu objetivo principal, que é a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Tomando por base o estudo de caso realizado nesta dissertação, comprovamos que o processo de expansão e interiorização da Rede Federal de Educação na microrregião do Seridó Oriental da Paraíba possibilitou aos jovens oriundos das cidades circunvizinhas ao campus, que em sua maioria são oriundas de famílias com baixo poder aquisitivo, um ensino médio de qualidade, diferenciado do praticado nas demais redes de ensino, oportunizando maiores chances de serem recebidos no mercado de trabalho e ingressarem em variados cursos de diversas universidades, promovendo a democratização da Educação Superior. O relato da coordenadora do curso de Mineração do IFPB-Picuí corrobora com os resultados expostos: “o IFPB vai muito mais além do que simplesmente preparar para o mercado de trabalho, ele é diferente, é especial. Afirmo dessa forma, porque fui aluna da Instituição, ela dá uma base muito boa para a Universidade, o ensino ofertado é de muita qualidade, nos proporciona uma mudança social, nos dá outra visão de mundo”.

A escolha pela realização de entrevistas semiabertas com egressos, o prefeito, coordenadores e diretor do campus se deu em função da necessidade de analisar os resultados obtidos através dos questionários aplicados aos próprios egressos, agregando à pesquisa a percepção dos entrevistados, no sentido de confirmar, ou não, os resultados alcançados a partir das respostas dos alunos. As entrevistas, por sua vez, ratificaram os resultados obtidos e também levantaram algumas questões que entendemos ser relevantes para compreensão do atual cenário em que está inserida a Rede Federal de Educação.

Não restam dúvidas de que a política do governo Bolsonaro desprivilegia a atuação de sucesso dos Institutos Federais, como acabamos observamos no decorrer da pesquisa. Os repetidos cortes no orçamento da educação como um todo e, conseqüentemente, a redução dos investimentos na área da Educação Profissional e Tecnológica, tem resultado em uma série de limitações a uma política pública que tem se mostrado eficiente em vários aspectos e sobretudo na sua missão de democratizar o acesso à educação de nível superior.

Para o diretor de ensino, Hermano Cavalcanti, no momento, os cursos que estão à disposição dos alunos no campus atende às necessidades e características regionais, mas observa que “em virtude das novas tendências do mercado já teríamos a possibilidade de ofertarmos novos cursos, mas, hoje esbarramos na questão orçamentária, que limita nossa disposição em ampliar a quantidade de cursos em nosso campus”, fato que vai de encontro a uma das finalidades dos Institutos Federais, que é estar atento às novas tendências do mercado, explorando as potencialidades para atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva de promover a cidadania.

Iniciamos a pesquisa centrados e com um olhar extremamente voltado à inserção dos egressos ao mercado de trabalho, porém, com o aprofundamento dos estudos, aliados à aplicação do questionário e a realização das entrevistas, aos poucos percebemos o quanto é ampla a atuação dos Institutos e o quanto nossa pesquisa poderia ser reveladora. Não se trata apenas da qualificação profissional, do ingresso no mercado de trabalho, da oferta de um ensino de qualidade, de um elevado índice de aprovação em cursos superiores ou da ampliação das oportunidades, mas sim de um conjunto de “bons frutos” que foram descritos ao longo de nossa pesquisa.

Esses frutos só foram possíveis graças à aplicação de uma política pública que tem culminado, além das evoluções já descritas, em um ganho cultural e intelectual incomensurável, incapaz de ser quantificado, que comprovadamente tem elevado o nível de consciência crítica da população não somente da microrregião do Seridó Oriental Paraibano, que delimita geograficamente a área de atuação de nossos estudos, mas também de todos os municípios do entorno que fazem uso do IFPB-Picuí. Assim, percebemos que a implantação dos Institutos Federais vem mostrando um avanço qualitativo em uma caminhada singular. Trata-se de um projeto de nação, que entende a educação como compromisso de transformação e de ascensão

do conhecimento, de objetivos capazes de transformar a vida social, atribuindo-lhe maior aceção e alcance no conjunto da experiência humana, uma proposta antagonista com uma visão obsoleta de sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Luiz Edmundo Vargas de; PACHEGO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como política pública**. Editora IFRN e Parceria Editorial: Natal, 2019

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; TREVISOL, Marcio Giusti. A incorporação da racionalidade neoliberal na educação e a organização escolar a partir da cultura empresarial. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 12, n. 3, set./dez. 2019. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/1240>>. Acesso em 13 Nov. 2021

ANDRADE, Andréa de Farias Barros. **Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia: uma análise de sua institucionalidade**. Brasília: UnB, 2014.

ÁVILA, Vicente Fideles de. Dupla relação entre educação e desenvolvimento local (endógenoemancipatório). **Paideia**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 13-49, jun. 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. Editora Brasiliense. 2007.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. Brasília: Ministério da Educação - MEC, dezembro de 2017.

_____. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: Ministério da Educação, 2009. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf> Acesso em 15 jun. 2020.

_____. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília: 1994. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18948.htm> Acesso em 13 Nov 2021

_____. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: 1996. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L9394>>. Acesso em 13 Nov. 2021.

_____. **Ministério da Educação. Plataforma Nilo Peçanha**. Disponível em: <<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br>> Acesso em: 30 out. 2021

_____. **Ministério da Educação. A Expansão da Rede Federal.** Disponível em: <portalmeec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/espansao-da-rede-federal> Acesso em 20 dez. 2021

_____. **IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb>>. Acesso em 14 dez. 2021

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico.** São Paulo: EESP/FGV, Texto para discussão n.157, 2006.

CAIRES, Vanessa Guerra. OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Educação Profissional Brasileira: da Colônia ao PNE.** Petrópolis, RJ: Vozes 2016.

CAMPOS, Marcelo Mallet Siqueira. A expansão da rede federal de educação profissional, técnica e tecnológica no período 2003-2014: uma análise a partir da abordagem das capacitações. **Revista Economia e Desenvolvimento, Santa Maria**, v. 28, n. 2, p. 497-516, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/26166>. Acesso em: 12 jun. 2020.

CAPELLA, Ana Claudia. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais - BIB.** São Paulo, nº 61, 1º semestre de 2006, p. 25-52.

CARINHATO, Pedro Henrique. **Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil.** Revista Aurora, v. 2, n. 1, 2008. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/aurora/aurora_n3_misclania_01.pdf acesso em: 16/06/2020.

CASTRO, Amélia Hamze de. **O direito educacional e o direito a educação.** Revista Brasil Escola, 2020. Disponível em: <<https://educador.brasilecola.uol.com.br/politica-educacional/o-direito-educacional-direito-educacao.htm>> Acesso em: 23 dez. 2021.

CHRISPINO, Álvaro. **Introdução ao estudo das políticas pública: uma visão interdisciplinar e contextualizada.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

DA SILVA, Pedro Carlos Gama et al. Caracterização do Semiárido brasileiro: fatores naturais e humanos. **Embrapa Semiárido-Capítulo em livro científico (ALICE)**, 2010.

DATHEIN, Ricardo. Teoria Neoschumpeteriana e desenvolvimento econômico. In: DATHEIN, Ricardo. org. **Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas e as políticas** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: Princípio científico e educativo.** 14ª Edição São Paulo-SP: Cortez. 2011

DURKHEIM. Emile. **Educação e Sociologia.** Coleção a obra-prima de cada autor. São Paulo, SP: Editora Martin Claret, 2001.

DURKHEIM, Emile. **As Regras do Método Sociológico**. Coleção textos Fundamentos de Educação. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.

FERNANDES, Cláudio. “Neoliberalismo”, Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br> Acesso em: 16 de mai de 2022.

FILLOWX, Jean-Claude. *Émile Durkheim* /; tradução: Celso do Prado Ferraz de Carvalho, Miguel Henrique Russo. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. M. (Orgs.). **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo. Paz e Terra. 2018

FRIGOTO, Gaudêncio; OLIVEIRA, Tiago de. MEC fraciona Institutos Federais de Ensino. **Revista de fato**. São Paulo – SP. 14/09/2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/09/14/mec-fraciona-institutos-federais-de-ensino-nomeia-10-reitores-e-poe-cavalo-de-troia-no-sistema>> Acesso em: 09 nov. 2011

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Circulo do Livro S.A, 1974.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1984.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª edição. São Paulo - SP. Atlas 2008.

GRAMÁTICA. **Conhecimentos de Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://www.gramatica.net.br/origem-das-palavras/etimologia-de-educacao/.sso> acesso em 20/07/2020

HADDAD, Sergio. Educação e Desenvolvimento. **Plataforma Político Social**, 2020. Disponível em: <<https://plataformapoliticasocial.com.br/educacao-e-desenvolvimento/>> acesso em 06 jul.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb>. Acesso em 20 dez. 2021 (IBGE 2019)

IFPB. **Plano de Desenvolvimento Institucional PDI: 2020-2024**. [S.L]. Disponível em: <<https://editor.ifpb.edu.br/institucional/pdi>> Acesso em 11 jul. 2021

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. reimp. São Paulo: Atlas, v. 310, 2007.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo - SP. Editora Cortez. 1994.

MARRACH, S. A. Neoliberalismo e educação. In: SILVA JUNIOR, C. A. da et al. **Infância, educação e neoliberalismo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MENDES, Constantino; TEIXEIRA, Joanílio. **Desenvolvimento econômico brasileiro: uma releitura das contribuições de Celso Furtado**. IPEA, Brasília: Out. 2004. Disponível em Edição do KIndle.

NIRENBERG, Olga. **Formulaciòn y evaluaciòn de intervenciones sociales**. Buenos Aires: Noveduc, 2013.

NOBREGA, José Aderivaldo da. **ESTUDO SOBRE AS INTER-RELAÇÕES ENTRE FORMALIDADE E INFORMALIDADE DO TRABALHO NO SEGMENTO DE MINERAIS NÃO METÁLICOS NO SERIDÓ DA PARAÍBA**. 2019. 235 f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2019.

OLIVEIRA, Roberto Veras. Dinâmicas atuais do trabalho na Paraíba: leituras sociológicas. In: OLIVEIRA; Roberto Veras. **O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba Sob o impacto das recentes políticas federais de formação profissional**. 1ª edição. Campina Grande-PB: Eduepb, 2014. 147-178.

OLIVEIRA, Marcelo; OLIVEIRA, Edson Aparecida de Araujo Querido; MORAES, Marcela Barbosa de. **A Relação Entre Educação e Desenvolvimento**. In: VII - MIPG - Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento, UNITAU - Universidade de Taubaté, Taubaté, 2016. Disponível

ORTIGARA, Claudino; GANZELI, Pedro. **Regulação nas políticas para a educação profissional nos governos FHC e LULA: trabalho e cidadania**. São Paulo: Biblioteca ANPAE, 2011. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0109.pdf>. Acesso em 14 jun. 2020.

OTRANTO, Celia Regina. Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET's. **Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas**, Seropédica, v. 1, n. 1, p. 89-110, jun. 2010. Acesso em 15 jun. 2020.

PACHECO, Eliezer. Institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. In: PACHECO, Eliezer (org.). **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: Moderna, 2011.

PORFÍRIO, Francisco. "**Liberalismo**"; Brasil Escola (2020). Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/liberalismo.htm>. Acesso em 06 de mai. 2021. Ministério da Ciência, Tecnologia e inovação. Disponível em:

<<https://www.gov.br/mcti/pt-br/rede-mcti/insa/semiario-brasileiro>> Acesso em 21 de jun. 2021. 2020

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS Hernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAASCH, Patrícia Tatiana; FILISBINO, Fabricio; BRAATZ, Ketlin. **O neoliberalismo na educação: o sujeito como empreendedor de si**. Anais VII CONEDU - Edição Online... Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/69077>> Acesso em 12 nov. 2021

ROCHA, André dos Santos. **A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e as estratégias para realocação de servidores no Instituto Federal da Bahia entre 2009 e 2013**. 2014. 95 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SAVIANI, Deneval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise do projeto do MEC. **Educação e Sociedade**. v.28, n. 100 – Especial, out./2008, p 1231-1255.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. 32ª edição. Campinas – SP. Autores Associados, 1999

SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 10 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991

SALOMÃO, I. C. As origens do desenvolvimentismo brasileiro e suas controvérsias: notas sobre o debate historiográfico. **Nova Economia**, [S. l.], v. 27, n. 3, 2018. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/3220>. Acesso 12 jun. 2020. 2017

SILVA, Leonardo Thompson da. **A dinâmica geográfica da dinâmica da expansão dos Institutos Federais no estado da Bahia: Regionalização e reordenamento**. 2018 161 f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Geografia - BA. Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

SILVA, Lucas Pereira da. **A recente interiorização das Universidades Federais e a questão da democratização do acesso: Uma análise das experiências formativas de jovens do semiárido paraibano no Campus de Cuité/UFCG**. 2017. 249 f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2017.

SILVEIRA, Maicon Cândido da. O neoliberalismo e a educação no Brasil de FHC. **Revista. Senso Comum**, nº 1, p. 50-66, 2009, p. 50 – 69.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **Educação e Desenvolvimento no Brasil**. São Paulo -SP: Integrare Editora. 2008.

SOUZA, Andréia Paulo de.; ASSUNÇÃO, Fernanda Lopes de. **O neoliberalismo na educação.** Revista Contemporânea: Revista Contemporânea: Revista Uniletoledo: Arquitetura, Comunicação, Design e Educação, v. 02, n. 01, p. 51- 61, out/dez. 2017

STUNPF, Jucilene de Souza. **A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: Um estudo do Instituto Federal do Paraná, Campus Avançado Coronel Vivida.** 2016. 170 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2016.

TAVARES, Moacir Gubert. **Evolução da rede federal de educação profissional e tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil.** 2012. Disponível em :<<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/177/103>> Acesso em: 29 out. 2020

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia.** São Paulo: Saraiva, 1998

APÊNDICE

Apêndice A: Questionário



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

QUESTIONÁRIO

- 1 – Nome Completo
- 2 – Telefone (WhatsApp)
- 3 – Data de Nascimento
- 4 – Local de nascimento (cidade/estado)
- 5 – Gênero: ()M ()F ()Outro_____
- 6- Em que esfera você cursou o ensino fundamental?
 - () Totalmente na Rede Pública
 - () Totalmente na Rede Privada
 - () Totalmente na Rede Privada com bolsa de estudos
 - () Rede Pública e Privada
- 7 – Em que ano entrou no IFPB-Picuí?

- 8 – Em que cidade residia quando entrou no IFPB-Picuí?

- 9 – Qual era a renda familiar quando entrou no IFPB-Picuí?
 - () Até um salário mínimo
 - () De 1 até 3 salários mínimos
 - () De 3 a 5 salários mínimos
 - () De 5 a 10 salários mínimos

Acima de 10 salários mínimos

10 – Qual curso concluiu no IFPB-Picuí?

Edificações Geologia Informática Mineração

11 – Qual foi o ano em que você concluiu o curso no IFPB-Picuí?

12 – Após se formar no IFPB-Picuí, você fez algum Curso Universitário?

Sim Não

13 – Caso tenha cursado o Ensino Superior, em que ano você ingressou no Curso?

14 – Caso tenha cursado o Ensino Superior, qual foi o Curso?

15 – Caso tenha cursado o Ensino Superior, qual foi a Instituição?

16 – Caso tenha cursado o Ensino Superior, onde era situada a Instituição? (Cidade/Estado)

17 - Caso tenha cursado o Ensino Superior, em qual ano você concluiu o Curso?

18 – Você fez algum Curso de Pós-Graduação após concluir o seu Curso de Graduação?
(marque todas as opções verdadeiras)

- Especialização lato sensu
- Especialização stricto sensu
- Mestrado
- Doutorado
- Não fiz

19 – Você trabalha ou trabalhou na área do Curso que concluiu no IFPB-Picuí?

Sim Não

20 - Caso tenha trabalhado ou trabalhe na área do Curso que concluiu no IFPB-Picuí, onde você trabalhou/trabalha? (Cidade/Estado) _____

21 - Caso tenha trabalhado ou trabalhe na área do Curso que concluiu no IFPB-Picuí, qual foi a sua melhor remuneração?

- Menos de 1 salário mínimo
- 1 salário mínimo
- Até 3 salários mínimos
- Até 5 salários mínimos
- Até 10 salários mínimos
- Mais de 10 salários mínimos
- Não trabalhei na área do curso que concluí no IFPB-Picuí

22 - Atualmente você está empregado(a)?

- Sim Não

23 – Caso esteja atualmente empregado(a), seu emprego é na área do Curso que você concluiu no IFPB-Picuí?

- Sim Não Não estou empregado atualmente

24 - Caso esteja atualmente empregado(a), em qual cidade fica o seu emprego atual? (Cidade/Estado) _____

25 - Como você avalia a qualidade do curso que você fez no IFPB-Picuí?

- ótima Boa Regular Ruim

26 - Como você avalia a contribuição do IFPB-Picuí para a sua vida?

- Contribui muito
- Contribuiu Razoavelmente
- Contribuiu pouco
- Não Contribuiu

27 - Como você entende que o IFPB-Picuí tem contribuído para o desenvolvimento da região

- Muito
- Razoável
- Pouco
- Não contribuiu

28 - Caso queira acrescentar mais alguma coisa, fique livre para escrever...

Apêndice B: Roteiro para as entrevistas



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS

Prefeito da cidade de Picuí-PB

- 1 – Como você avalia esses 11 de existência do IFPB-Picuí?
- 2 – Quais as principais contribuições trazidas para o município com a implantação do Campus do IFPB-Picuí?
- 3 – Quais os principais impactos sociais que o IFPB-Picuí trouxe para o município?
- 4 – Como você, a política do atual do Governo Federal em relação aos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia?

Egressos

- 1 – Quais os motivos que te levaram a estudar no IFPB-Picuí?
- 2 – Quais as principais contribuições do IFPB-Picuí para a sua formação como pessoa?
- 3 – A conclusão do curso técnico no IFPB-Picuí, facilitou sua inserção no mercado de trabalho
() Sim
() Não
Justifique
- 4 – Como você avalia a qualidade do ensino ministrado no Campus?

Diretor de Ensino e Coordenadores dos Cursos de Edificações, Geologia, Informática e Mineração

- 1 – Quais as principais dificuldades enfrentadas pelo IFPB-Picuí na atualidade?
- 2 – Os cursos do ensino médio integrado atendem hoje, as principais potencialidades e características do município sede e da região?
- 3 – Quais as principais contribuições do IFPB-Picuí para a cidade de Picuí e região?
- 4 – O IFPB-Picuí tem conseguido atingir suas principais metas e objetivos?